



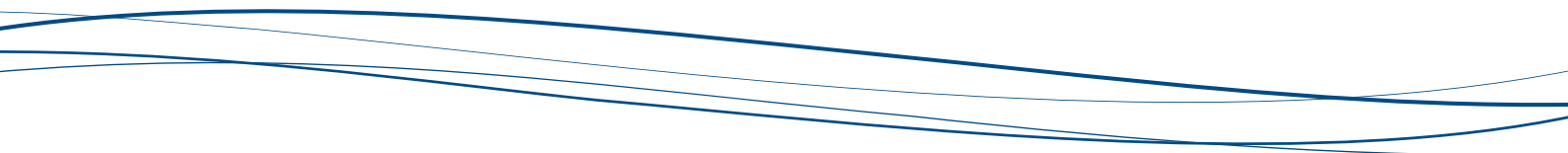
# Relatório e Contas '09







Águas do Algarve, S.A.  
Relatório e Contas '09





[01] Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	08
[02] A Empresa	10
_ Organograma da Empresa	12
[03] Principais Acontecimentos	16

---

## [04] Governo da Sociedade

I. Missão, Objectivos e Políticas	21
I.1 Missão	21
I.2 Visão	21
I.3 Valores	21
I.4 Políticas	22
I.5. Posicionamento e Estratégia Adoptada	23
2. Modelo de Governo	24
2.1 Órgãos Sociais	24
2.2 Estrutura Organizacional	34
3. Remunerações e Outros Encargos	36
4. Regulamentos Internos e Externos	37
5. Informações sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas	37
6. Análise de Sustentabilidade	37
6.1 Gestão do Capital Humano	38
6.2 Controlo de Risco	40
6.2.1 Risco Operacional	40
6.2.2 Risco Financeiro	40
6.2.3 Risco de Mercado	40
6.2.4 Risco Regulatório	41
6.3 Investigação, Desenvolvimento e inovação	41
7. Código de Conduta e Ética	41
8. Relatório dos Administradores Não Executivos	42

---

## [05] Actividade da Empresa

I. Introdução	47
I.1 Responsabilidade Empresarial	47
I.2 Comunicação Institucional	47
I.3 Mecenatos / Protocolos	47
2. Enquadramento Macroeconómico	48
2.1 Global	48
2.2 União Europeia	48
2.3 Portugal	49
3. Enquadramento do Sector	49
4. Cadeia de Valor	51
4.1. Abastecimento de Água	51
4.2 Saneamento	51
5. Regulação	52
5.1 Introdução	52
5.2 Regulação Económica	53
5.3 Regulação da Qualidade de Serviço	53
5.4 Regulação da Qualidade da Água	53



<b>6. Análise Económica e Financeira</b>	<b>54</b>
<b>7. Actividade</b>	<b>56</b>
<b>7.1 Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve</b>	<b>56</b>
7.1.1 Construção de Infra-Estruturas	56
7.1.2 Projectos	57
7.1.3 Empreitadas	57
7.1.4 Gestão e Exploração dos Sistemas	58
7.1.5 Serviço Geral de Manutenção	61
7.1.6 Gestão de Energia	62
7.1.7 Barragem de Odelouca	62
<b>7.2 Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve</b>	<b>64</b>
7.2.1 Introdução	64
7.2.2 Projectos	64
7.2.3 Aquisição de Infra-Estruturas	65
7.2.4 Empreitadas	65
7.2.5 Exploração	66
7.2.6 Análises Laboratoriais - Águas Residuais	70
<b>7.3 Investimento e Financiamento</b>	<b>70</b>
7.3.1 Comparticipação Comunitária nos Investimentos	71
<b>8. Perspectivas para o Futuro</b>	<b>71</b>
8.1 Factores Relevantes para a Actividade	71
8.2 Alteração aos Normativos Contabilísticos Actuais	72
<b>9. Considerações Finais</b>	<b>72</b>
<b>10. Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>72</b>
<b>11. Anexo ao Relatório</b>	<b>73</b>
<b>12. Objectivos de Gestão</b>	<b>74</b>
Indicadores	74

## **[06] Contas do Exercício de 2009**

<b>Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados</b>	<b>78</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	<b>96</b>
_ Balanço	96
_ Demonstração dos Resultados por Naturezas	98
_ Demonstração dos Resultados por Funções	99
_ Demonstração dos Fluxos de Caixa	100
_ Relatórios e Parecer do Fiscal Único	102
_ Certificação Legal de Contas	107



# [01]

## Mensagem do Presidente

“Com o objectivo de manter a confiança dos consumidores mantiveram-se os mais elevados padrões de qualidade, quer no domínio do produto, quer no domínio do ambiente, segurança e responsabilidade social, reflectidos em indicadores e certificações, auditados por entidades externas.”





Senhores Accionistas,

O Relatório e Contas da nossa Empresa não pode deixar de ser um documento de partilha com os nossos Accionistas, Regulação, Clientes, Fornecedores, Financiadores e Colaboradores, de forma transparente, fiável e exacta, daquilo que foram as principais ambições, acções, resultados e perspectivas para o futuro.

O nível de actividade registado no primeiro trimestre do ano reflectia uma redução de cerca de 15% face ao ano anterior, no abastecimento de água. Este facto gerou algum receio quanto ao desempenho da Empresa no ano de 2009.

A percepção que a actividade turística na região seria fortemente afectada, em 2009, pela redução do número de visitantes no período do Verão, nomeadamente ingleses, atendendo à forte desvalorização da Libra, foi contrariada e a Águas do Algarve ultrapassou, pela primeira vez, os 71 milhões de metros cúbicos de água facturada e um crescimento de cerca de 7% em valor, face ao ano anterior.

Já quanto ao saneamento de águas residuais não se verificaram crescimentos apreciáveis cifrando-se os caudais facturados em cerca de 34 milhões de metros cúbicos, valor próximo do facturado em 2008.

Procuramos por isso, durante o exercício de 2009, focalizar a gestão da Empresa num rigoroso controlo de custos que se veio a traduzir em resultados apreciáveis face ao ano anterior, apesar do baixo crescimento da actividade e das tarifas.

A conclusão do corpo da barragem de Odelouca e o fecho das comportas no final de Julho permitiu que as chuvadas de Dezembro afluíssem à albufeira criando reservas que nos permitem enfrentar o ano de 2010 com tranquilidade, afastando o “fantasma” da seca que se já se admitia no final do ano.

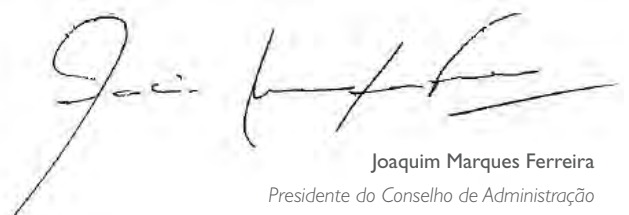
O comportamento da Empresa no domínio do investimento permitiu-nos colocar em exploração algumas instalações críticas para a estabilização da actividade no vector saneamento de águas residuais com o início de operação das ETAR de Vila Real de Santo António, Faro Noroeste e Albufeira Poente.

Com o objectivo de manter a confiança dos consumidores mantiveram-se os mais elevados padrões de qualidade, quer no domínio do produto, quer no domínio do ambiente, segurança e responsabilidade social, reflectidos em indicadores e certificações, auditados por entidades externas.

Sob o ponto de vista organizacional e de recursos humanos podemos afirmar que a Empresa se encontra habilitada para os desafios que lhe venham ser propostos.

Resta-nos, por fim, prestar o merecido e público reconhecimento aos nossos Accionistas, Clientes e Órgãos de Fiscalização pela cordialidade, frontalidade e transparência com que se relacionaram com a Administração.

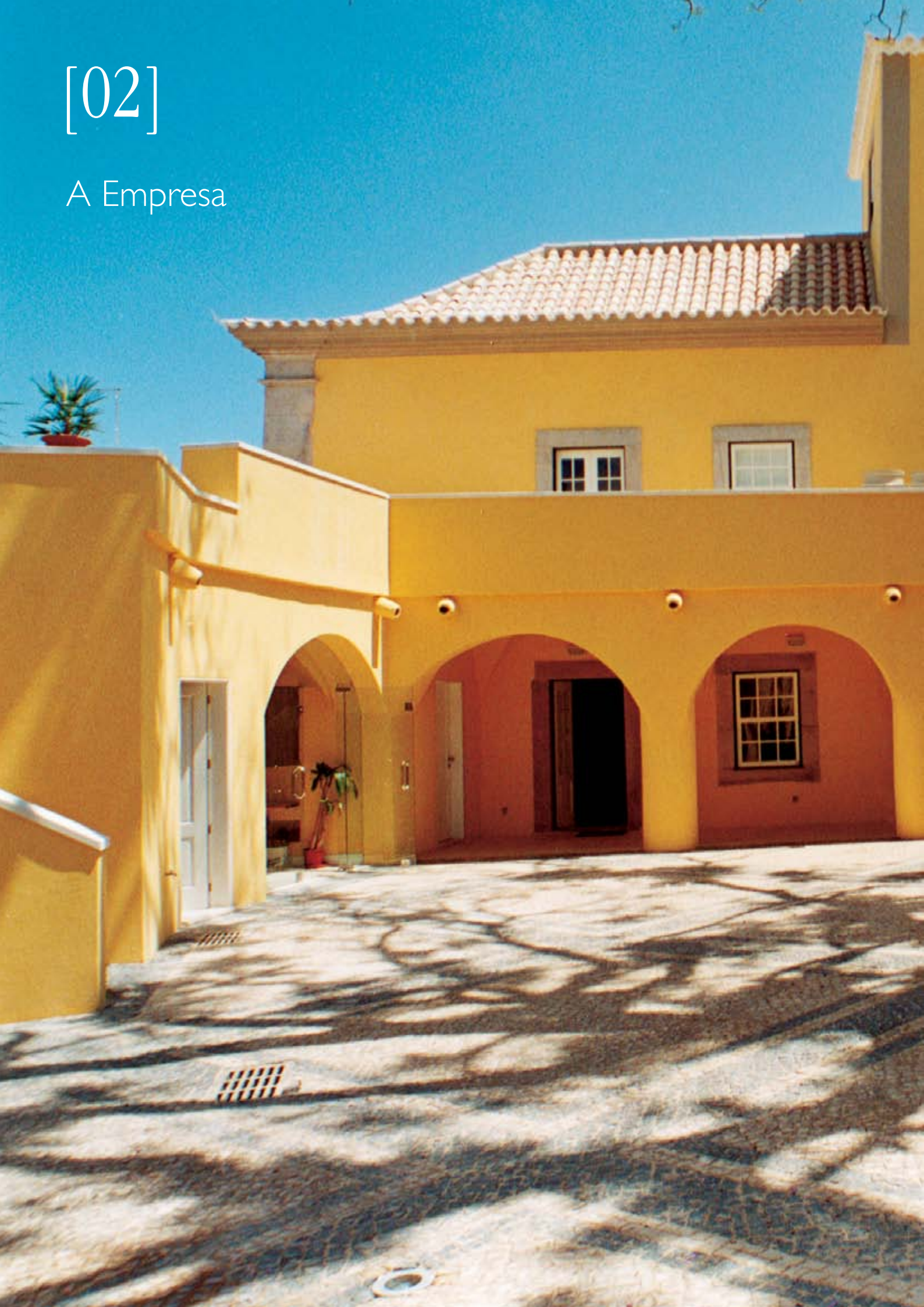
Aos nossos colaboradores, pela dedicação, profissionalismo, empenhamento e contributo relevante que tiveram nos resultados atingidos, queremos deixar um registo de apreço e um estímulo à sua continuidade no mesmo sentido.



Joaquim Marques Ferreira  
Presidente do Conselho de Administração

[02]

A Empresa



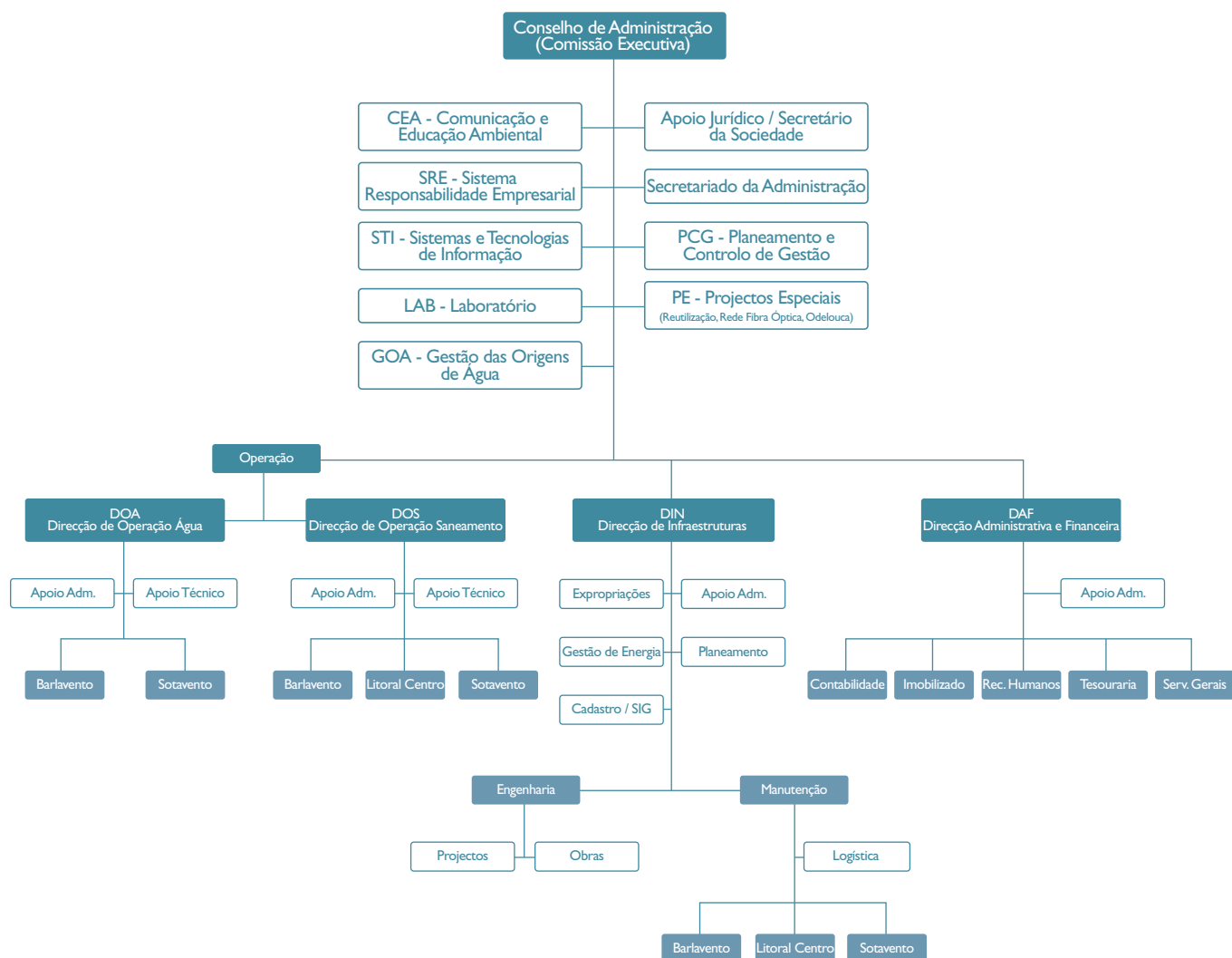




# A Empresa

## Organograma da Empresa

A organização interna da Sociedade está estruturada da seguinte forma:



## Evolução da massa salarial

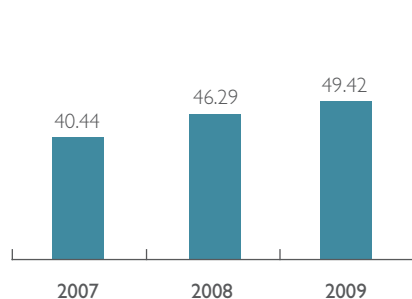
Síntese de dados/Indicadores	2007	2008	2009
Capital Social (€)	29 825 000	29 825 000	29 825 000
Capital Próprio (€)	38 814 657	38 990 029	34 547 865
Imobilizado Bruto (€)	403 770 571	462 586 832	522 037 918
Activo Líquido Total (€)	383 258 777	435 869 461	480 922 967
Volume de Negócios (€)	40 441 488	46 294 308	49 424 555
EBITDA (Cash Flow Operacional) (€)	20 547 084	25 137 564	27 354 452
EBIT (Resultado Operacional) (€)	5 555 648	11 555 970	12 817 957
Resultados Antes de Impostos (€)	2 670 402	2 861 040	5 181 744
Resultado Líquido do Exercício (€)	1 885 399	2 055 376	3 558 508
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	4,9%	5,3%	10,3%
Rendibilidade do Activo (%)	0,49%	0,47%	0,74%
Autonomia Financeira (%)-corrigida dos sub.investimento	44,3%	54,8%	41,5%
Prazo Médio dos Recebimentos (dias)	96	94	105
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	177	180	180
Nº de Municípios Abastecidos	15	15	15
Área Geográfica Abrangida (Km <sup>2</sup> )	4 995	4 995	4 995
População Residente na Área Abrangida	395 218	430 959	430 959
<b>Abastecimento</b>			
Nº de Municípios	15	15	15
População Servida	387 314	400 175	406 407
Cobertura do Serviço (%)	97	95	93
Volume de Água Produzida (103 m <sup>3</sup> )	70 124	69 239	71 230
Volume de Água Vendida (103 m <sup>3</sup> )	69 217	68 356	71 016
Tarifa (€/m <sup>3</sup> )	0,4106	0,4260	0,4367
Investimento (€)	11 755 962	31 632 763	26 420 659
Subsidios ao investimento (Acumulado)	151 824 891	171 391 109	172 445 691
N.º Pontos de Entrega	62	63	68
Estações Tratamento Água em Exploração	4	4	4
Rede Adutora (Km)	421	430	452
<b>Saneamento</b>			
Nº de Municípios	14	14	16
População Servida	288 940	287 902	304 842
Alojamentos com serviço em alta disponibilizado	194 076	201 343	213 481
Efluente Tratado (103 m <sup>3</sup> )	26 486	38 798	42 019
Tarifa (€/m <sup>3</sup> )	0,4521	0,4900	0,5145
Investimento (€)	24 621 026	26 177 830	24 036 112
Subsidios ao investimento (Acumulado)	23 720 070	32 249 946	33 129 003
Estações Tratamento Água Residual em Exploração	52	55	58
Rede Colectores (Km)	274	289	324

# Elementos Económicos e Financeiros

(Milhões de Euros)

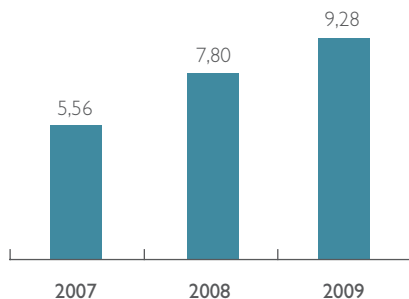
## Volume de Negócios

(milhões de Euros)



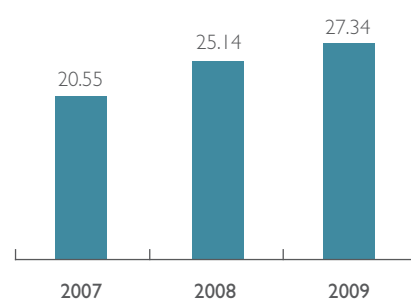
## Resultados Operacionais

(milhões de Euros)



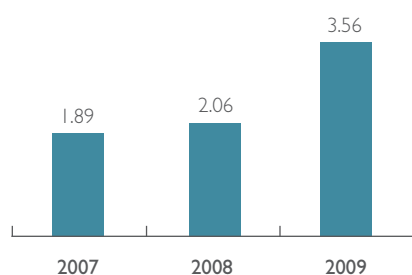
## EBITDA

(milhões de Euros)



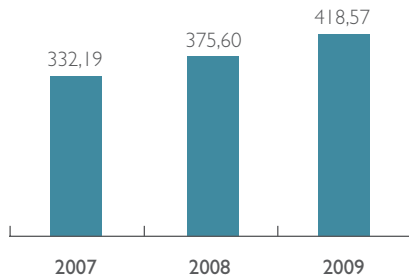
## Resultados Líquidos

(milhões de Euros)



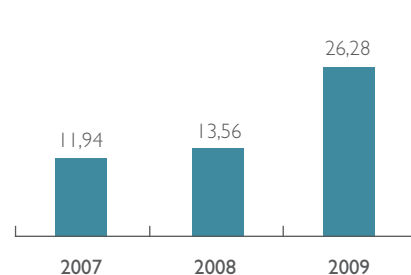
## Imobilizado Corpóreo

(milhões de Euros)



## Dívida de Clientes

(milhões de Euros)



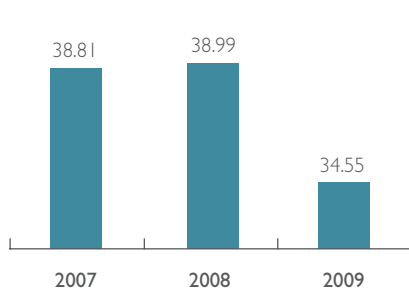
## Dívida Bancária Total

(milhões de Euros)



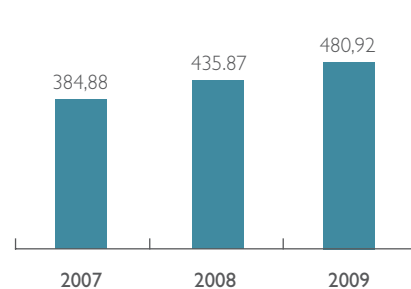
## Capitais Próprios

(milhões de Euros)



## Activo Total Líquido

(milhões de Euros)



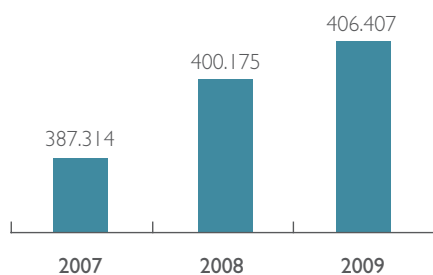


## Elementos da Actividade

(milhares de m<sup>3</sup>)

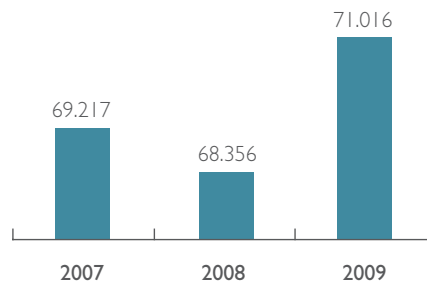
### População Servida

(Abastecimento)



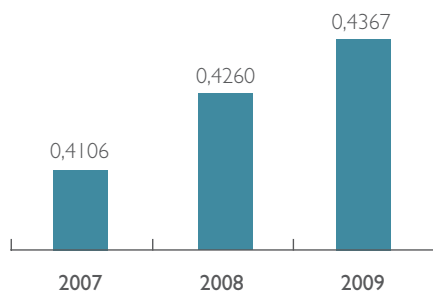
### Volume de Água Vendida

(Abastecimento)



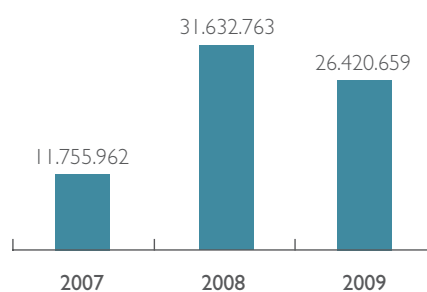
### Tarifa

(Abastecimento)



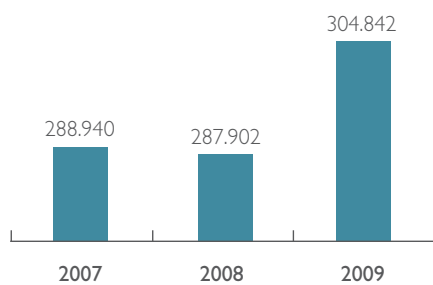
### Investimento

(Abastecimento)



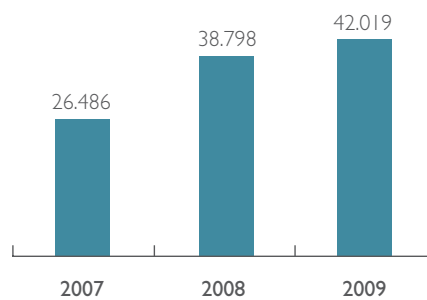
### População Servida

(Saneamento)



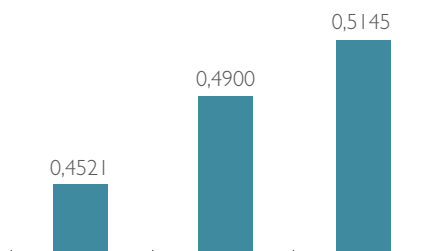
### Efluente Tratado

(Saneamento)



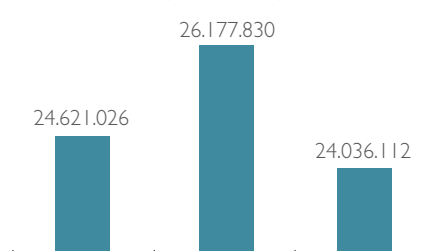
### Tarifa

(Saneamento)



### Investimento

(Saneamento)



## Principais Acontecimentos



Realce em 2009 para:

### 1. Instalações concluídas.

Foram concluídas as seguintes obras:

- + Conclusão da Construção da Barragem de Odelouca (Corpo da Barragem);
- + Conclusão da Construção da ETAR e Sistema Elevatório de Faro Noroeste;
- + Conclusão da Construção da ETAR e Sistema Interceptor e Elevatório de Albufeira Poente
- + Conclusão da Construção da ETAR de Vila Real de Santo António;
- + Conclusão da Construção do Sistema Interceptor e Elevatório de Castro Marim;

### 2. Aquisições de Infra-estruturas.

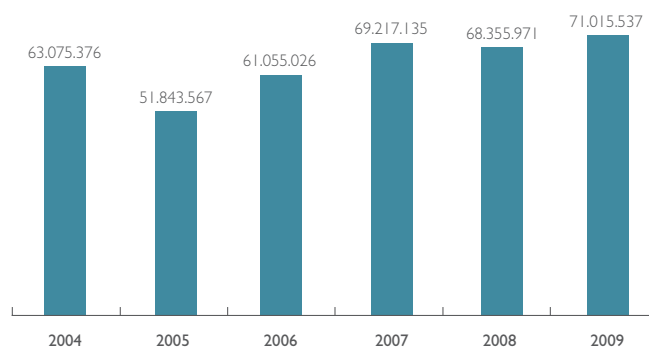
Integração do Sistema Interceptor e Elevatório de Manta Rota ao Município de Vila Real de Santo António.

### 3. Estabilização do Consumo Água

A partir do ano de 2007 podemos notar uma estabilização dos consumos de água na região, que resulta da consolidação do sistema, havendo, como se pode observar no gráfico em baixo, (exceção feita a 2005 ano da seca) uma estabilização dos consumos da Água, com ligeiras variações, apesar de demonstrar tendência de crescimento.

Evolução de Consumos

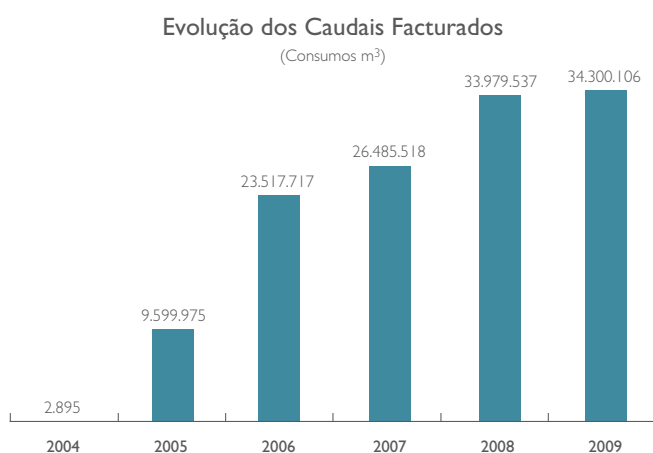
(Consumos m<sup>3</sup>)





## 4. Estabilização dos Caudais de Saneamento de Águas Residuais

No Saneamento um ligeiro acréscimo de volume face ao ano 2008, denota uma tendência para a estabilização de volumes nesta área.



## 5. Reorganização da Empresa

O ano 2009 foi o ano em que se concretizou a reorganização da Empresa, através da implementação da estrutura organizacional que está reflectida no organograma constante da página 12.

Trata-se de uma estrutura adaptada ao modelo tipo definido para o Grupo AdP e que se adequa ao actual estágio de desenvolvimento e actividade em que a Empresa se situa.

Particularmente, no que respeita à organização do funcionamento do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi efectuada a redefinição das Zonas de Exploração, passando a ser consideradas as seguintes Zonas de Saneamento: Zona Sotavento; Zona Litoral Centro e Zona Barlavento.

A aproximação do fim da fase de investimento inicial (construção e reabilitação de infra-estruturas integradas dos municípios) levou-nos a equacionar a racionalização da gestão de activos com maior ênfase em níveis de manutenção adequados e no planeamento de investimentos de substituição (investimentos futuros).

Sendo esta a maior alteração verificada, importa, igualmente, destacar a criação de um conjunto de órgãos de apoio à Administração tendo em vista a melhoria do processo de decisão.



[04]

Governo da Sociedade









[04]





# Governo da Sociedade

## I. Missão, Objectivos e Políticas

A Águas do Algarve, S.A é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto Lei nº168/2000 de 5 de Agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respectivamente, pelo Decreto Lei nº 130/95, de 5 de Junho, e nº 136/95, de 12 de Junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto Lei nº 379/93 de 05 de Novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei nº 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei nº 172/B-2001 de 26 de Maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de Maio de 2001.

Em 08 de Novembro, com a publicação do Decreto-Lei nº 285/2003 foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento.

O objecto social da Sociedade é a exploração e gestão dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve.

O capital social da Empresa é de 29.825.000 euros, encontrando-se dividido entre a AdP – Águas de Portugal, SGPS (54,44%) e os 16 Municípios aderentes (45,56%).

Os Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve abrangem geograficamente 16 concelhos: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Stº António.

### I.1 Missão

A Águas do Algarve, tem como Missão, garantir o abastecimento de água para consumo público e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- + Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspectiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- + Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- + Adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua actividade e compromissos assumidos;
- + Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adoptando políticas e práticas responsáveis;

### I.2 Visão

No exercício da sua actividade a Águas do Algarve compromete-se a cumprir a missão que lhe foi confiada pelo Estado Português através da Concessão dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo aos mais exigentes parâmetros de qualidade e segurança, salvaguardando a sustentabilidade, com respeito pelos princípios da responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e de satisfação das necessidades da comunidade em que se insere.

A Águas do Algarve pretende ser reconhecida como referência empresarial no Sector, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que defende.

### I.3 Valores

#### Valores do Grupo AdP e Princípios de Actuação

A Águas do Algarve, como empresa integrante do Grupo AdP tem como Valores Centrais:

- + Espírito de Servir
- + Excelência
- + Integridade
- + Responsabilidade
- + Rigor

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- + Respeito e protecção dos direitos humanos
- + Respeito pelos direitos dos trabalhadores
- + Luta contra a corrupção
- + Erradicação de todas as formas de exploração
- + Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- + Responsabilidade na defesa e protecção do meio ambiente
- + Contribuição para o desenvolvimento sustentável

### Valores Centrais e a sua Prática

Os colaboradores da Águas do Algarve, enquanto pertencentes ao Grupo AdP, no desempenho das suas funções e no âmbito das suas competências, deverão pautar a sua acção pelos valores definidos, observando que:

Espírito de Servir é:

- + Agir com zelo e dedicação no cumprimento da Missão do Serviço Público

Excelência é:

- + Actuar de forma perseverante, procurando encarar a adversidade como um desafio e uma oportunidade;
- + Procurar sistematicamente soluções de inovação e desenvolvimento tecnológico;
- + Contribuir para a optimização dos processos que conduzam ao aumento da eficácia e eficiência; e
- + Actuar com espírito de iniciativa, tendo em vista a melhoria continua do serviço.

Integridade é:

- + Seguir um comportamento de práticas anti-corrupção/suborno;
- + Adoptar práticas que evitem conflitos de interesses;
- + Garantir a confidencialidade e sigilo profissional;
- + Seguir comportamentos não discriminatórios;

Responsabilidade é:

- + Agir com justiça e equidade;
- + Adoptar atitudes e medidas que promovam o desenvolvimento sustentável;
- + Respeitar as normas e convenções nacionais e internacionais respeitantes aos direitos dos trabalhadores;
- + Não tomar atitudes ou ter comportamentos que prejudiquem a Empresa;
- + Combater situações que possam pôr em causa a imagem/ prestígio da empresa;
- + Desenvolver a consciência ambiental de segurança e de responsabilidade social externa e interna;
- + Partilhar conhecimento e informação.

Rigor é:

- + Ser coerente e conseqüente na prática dos valores e princípios;
- + Cumprir e fazer cumprir a legislação, as normas e os regulamentos internos;
- + Decidir com isenção, equidade e objectividade;
- + Ser transparente nos processos, nas decisões e na difusão dos critérios;
- + Proteger o património da empresa.

## I.4 Políticas

### Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial

A Águas do Algarve, consciente das suas responsabilidades, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano com elevado nível de segurança alimentar; bem como o tratamento de águas residuais, aos clientes da sua área de concessão, de um modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável, num ambiente de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre concedente, clientes, accionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

A Águas do Algarve compromete-se a:

- + Avaliar e promover continuamente a satisfação dos seus clientes e as expectativas dos seus accionistas;
- + Avaliar e controlar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- + Avaliar as implicações ambientais da sua actividade, no sentido da prevenção da poluição e da utilização eficiente de matérias-primas, energia e recursos naturais, promovendo a reutilização e reciclagem;
- + Avaliar e controlar continuamente os riscos, implementando medidas de prevenção de lesões, ferimentos e danos para a saúde e a sua eficaz monitorização;
- + Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as actividades da empresa;
- + Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da Águas do Algarve e dos que trabalham para a Águas do Algarve ou em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com o SER – Sistema de responsabilidade Empresarial;
- + Promover a cooperação e a comunicação com todas as partes interessadas;
- + Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP e do Código de Conduta das Empresas e VIH.

Assim, a Águas do Algarve comprometeu-se a implementar e promover a melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial de acordo os referenciais NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2004, OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008, NP EN ISO 22000:2005 e SA8000:2008, cumprindo com a legislação aplicável e demais exigências que a organização subscreva.

Para o ano de 2010 foram estabelecidas como linhas fundamentais de orientação da actividade da empresa os seguintes:

### Abastecimento de Água

O ano 2010 será marcado pelo início da exploração da barragem de Odelouca.

Também será dada continuidade à consolidação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, e eventualmente à conclusão da ligação ao Concelho de Monchique.

### Saneamento de águas residuais

O ano de 2010 vai ser marcado pela consolidação das obras do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, bem como pela maior abrangência da exploração do sistema.

Prevê-se, durante o ano de 2010, iniciar a exploração das seguintes ETAR:

ETAR de Alte;

ETAR de Vale da Telha.

## 1.5 Posicionamento e Estratégia Adoptada

Em resposta ao contexto nacional e caracterização geral do sector das águas, o posicionamento estratégico da actividade da Águas do Algarve, pode ser representada da seguinte forma:

### Pontos Fortes

- + Forte responsabilidade e preocupação ambiental no domínio da eficiência na utilização de recursos hídricos, consumo de energia, e valorização de resíduos;
- + Relação com os accionistas;
- + Componente de Investigação e Desenvolvimento, através da promoção de parcerias com entidades de I&D;
- + Laboratório da Empresa, acreditado segundo a norma ISO/ IEC 17025, para controlo da qualidade da água;
- + Quadros com experiência e know-how nas melhores tecnologias disponíveis nas áreas do abastecimento e saneamento;
- + Segurança de Abastecimento com a construção da Barragem de Odelouca;
- + Possibilidade de venda de água reutilizada para rega de campos de golfe;
- + Disponibilidade de Cabo de Fibra óptica em toda a extensão da rede do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve;
- + Certificações em Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social, Segurança Alimentar e Produto Água para Consumo Humano;
- + Papel determinante na obtenção da bandeira azul para as praias algarvias;
- + A Águas do Algarve, concluiu o processo conducente à certificação da Empresa no Sistema de Responsabilidade Social, ao abrigo das Normas SA 8000.

## Pontos Fracos

- + Falta de redundância no abastecimento por não terem sido ainda incluídas as captações municipais estratégicas no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve;
- + Sazonalidade do consumo, característica da região do Algarve 1,5 milhões de turistas na época alta;
- + Ciclos de seca com alguma frequência;
- + Deficiente qualidade das infra-estruturas de saneamento integradas das Câmaras Municipais;
- + Influência das alterações climáticas na qualidade da água nas origens com impacto nos processos de tratamento;
- + Forte dependência energética;
- + Forte risco de afectar os meios receptores hídricos de águas residuais, localizados em zonas balneares, de grande importância turística;

## Cumprimento da Missão

A Águas do Algarve, durante o ano de 2009, no cumprimento da sua Missão, garantiu o abastecimento de água para consumo humano, a todos os locais da Região do Algarve, onde processa a entrega, conforme definido no respectivo Contrato de Concessão, de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade.

Efectuou também a recolha e o tratamento de águas residuais, em todas as instalações da Região em que já assumiu a gestão operacional, igualmente de acordo com os mais elevados padrões de qualidade.

Num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, as actividades atrás referidas foram desenvolvidas adoptando políticas e práticas cada vez mais responsáveis, nomeadamente:

- + Respeitando as normas mais exigentes do sector e apostando sempre numa perspectiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- + Minimizando os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;

Adequando os recursos técnicos e humanos, estritamente necessários, ao desenvolvimento da actividade e compromissos assumidos; Desta forma consideramos que durante o ano de 2009 a actividade da Águas do Algarve contribuiu para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere.

## 2. Modelo de Governo

### 2.1 Órgãos Sociais

A composição dos membros dos órgãos sociais, eleitos em 10 de Março de 2009 para o triénio 2009-2011 é a seguinte:

#### Mesa da Assembleia Geral

**Presidente:** Presidente da Câmara Municipal de Monchique: Carlos Alberto dos Santos Tuta (Renunciou em 25 de Fevereiro de 2010)

**Vice-Presidente:** Paulo Manuel Marques Fernandes

**Secretário:** Cristina Rebelo Pereira

#### Fiscal Único

**Efectivo:** PRICEWATERHOUSECOOPERS, SROC, Lda., representada por: José Manuel de Oliveira Vitorino ou Jorge Manuel Santos Costa

**Suplente:** José Manuel Henriques Bernardo

## Conselho de Administração

**Presidente:** Joaquim Marques Ferreira

**Vogal:** Artur José de Campos Duarte Ribeiro

**Vogal:** José Apolinário Nunes Portada, Presidente da Câmara Municipal de Faro, cooptado em 06/11/2009 por José Macário Correia

**Vogal:** Luís Filipe Soromenho Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Na Assembleia Geral da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., que teve lugar no dia 10 de Março de 2009, foram eleitos dois novos membros representativos das Câmaras Municipais, tendo passado o Conselho de Administração a ter a seguinte composição:

**Presidente:** Joaquim Marques Ferreira

**Vogal:** Artur José de Campos Duarte Ribeiro

**Vogal:** José António da Silva Mestre

**Vogal:** José Apolinário Nunes Portada cooptado em 06/11/2009 por José Macário

**Vogal:** Luís Filipe Soromenho Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António



## Curricula Vitae dos Elementos do Conselho de Administração

### Joaquim Marques Ferreira

#### Habilitações Académicas

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

#### Carreira Profissional

Desempenhou as funções de Presidente do ICN; membro da Comissão Nacional da REN; Administrador da EDIA; Consultor de Empresas; Coordenador dos Planos de Bacias Hidrográficas; Coordenador do Grupo de Trabalho do Projecto da Lei-Quadro da Água; Presidente do Conselho de Administração da EDIA. Actualmente desempenha as funções de Presidente do Conselho de Administração das seguintes empresas: Águas do Centro; Águas de Santo André; e, Águas do Algarve.



### Artur José de Campos Duarte Ribeiro

#### Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico.

#### Carreira Profissional

Director de Produção e Director Geral em várias empresas na área da Construção Civil e Infra-estruturas. Administrador da Empresa desde Outubro de 2003.



### José António da Silva Mestre

#### Habilitações Académicas

Licenciatura em Economia pela Universidade Lusófona

Bacharelato em Contabilidade e Administração no Inst. Militar Pupilos do Exército.

#### Carreira Profissional

Iniciou a sua actividade como Auditor, na Rodoviária Nacional em 1982 tendo exercido várias funções de Direcção e Administração nos CTT, CLIMAX, EIP, SMM e MATESICA.

Em 2001 ingressou no Grupo AdP, exercendo funções de administração e direcção em várias empresas: Electra, Águas de Moçambique, AdP Serviços, Águas do Zêzere e Côa, Águas do Centro (não executivo), Águas Públicas do Alentejo (não executivo). Desde Abril de 2008 exerce funções na Águas do Algarve, como Administrador executivo.



### José Macário Correia

#### Habilitações Académicas

Formou-se em Engenharia Agronómica e Arquitectura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia, de Lisboa, tendo sido presidente da Associação de Estudantes. Em 1984, tira o Mestrado em Economia Rural, em Montpellier, na França.

#### Carreira Profissional

Em 1985 foi eleito deputado pelo PSD, e dois anos depois fez parte do governo de Cavaco Silva, como Secretário de Estado do Ambiente. Foi presidente da Comissão Parlamentar da Saúde e vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Em 1998 foi eleito presidente da Câmara Municipal de Tavira, cargo que ocupou até 2009, altura em que concorreu, com êxito, à presidência do município de Faro. É também presidente do Crédito Agrícola do Sotavento Algarvio.

Em 2006 é nomeado Grande-Oficial da Ordem de Mérito pelo presidente da república Jorge Sampaio. É actualmente presidente da Câmara Municipal de Faro.





## Luís Filipe Seromenho Gomes

### Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia do Território pelo IST  
Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais

### Carreira Profissional

Foi Deputado na IX Legislatura.

Docente na Universidade do Algarve.

Secretário Executivo da Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana (Constituída pelos municípios de Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim).

Consultor na área do Desenvolvimento Regional e Local.

É actualmente Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.



## 2.1.1 Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 12º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por cinco ou sete Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

## Competências do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 13.º do Contrato de Sociedade, ao Conselho de Administração compete:

- a) Aprovar os objectivos e as políticas de gestão da empresa;
- b) Aprovar os planos de actividade financeiros anuais, bem como as alterações que se revelem necessárias;
- c) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- d) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- e) Adquirir, vender ou por qualquer forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- f) Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- g) Estabelecer a organização técnico-administrativo da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e suas remunerações;
- h) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

## 2.1.2 Comissão Executiva

Por deliberação do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., de dia 27 de Março de 2009 e nos termos do n.º 1, do artigo 12º, do Contrato de Sociedade, e do n.º 3, do artigo 407º, do Código das Sociedades Comerciais, foi deliberado criar uma Comissão Executiva aplicando-se ao seu funcionamento, com as devidas adaptações, as regras previstas no Contrato de Sociedade para o funcionamento do Conselho de Administração.

Ao abrigo do previsto nos pontos n.ºs 3 e 4 do Artigo 407º, do Código das Sociedades Comerciais e ainda do Artigo 20º dos Estatutos Anexos ao Decreto-Lei 168/2000 de 5 de Agosto, o Conselho de Administração deliberou:

1. Criar uma Comissão Executiva constituída pelo seu Presidente, Joaquim Marques Ferreira e pelos vogais Artur José de Campos Duarte Ribeiro e José António da Silva Mestre;
2. Aprovar um Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva.

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente da sociedade.

A Comissão Executiva é presidida e representada pelo respectivo Presidente, conforme deliberação do Conselho de Administração. Na sua ausência ou impedimento, o Presidente designará após consulta aos demais membros, o membro da Comissão que o substituirá nesses períodos.

O Conselho de Administração delegou os poderes de gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva constituída por três membros, sendo essa delegação formalizada nos termos da lei e dos estatutos da sociedade.

A delegação de competências na Comissão Executiva, para além da condução dos negócios da sociedade, abrange em geral a proposta de definição de políticas da Empresa nas áreas de actividade próprias do objecto social.

No âmbito da gestão corrente da sociedade, o Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva, os seguintes poderes:

- a) Gerir os negócios e praticar todos os actos e operações relativas ao objecto social que não sejam da competência reservada do Conselho de Administração (art.º406 do Código das Sociedades Comerciais);
- b) Elaborar e propor, para aprovação do CA, a organização técnico-administrativo da Sociedade de forma a introduzir as modificações que se revelarem necessárias;
- c) Preparar e submeter ao CA, para aprovação, as normas de funcionamento interno;
- d) Representar a sociedade junto dos serviços competentes da Administração Fiscal, preencher, em nome da sociedade, quaisquer declarações para efeitos fiscais, alterá-las e cancelá-las;
- e) Aprovar a abertura de concursos e as consultas ao mercado para execução das empreitadas e fornecimento de bens e prestação de serviços previstas no Orçamento Anual e no Contrato de Concessão, conforme as disposições legais aplicáveis, até ao limite de € 150.000,00, devendo informar o Conselho de Administração das decisões efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- f) Adjudicar empreitadas nos termos da legislação em vigor até ao valor de € 150.000,00, devendo informar o Conselho de Administração das decisões efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- g) Adjudicar a realização de estudos e projectos, de prestação de serviços, fiscalização de empreitadas e fornecimentos de bens até ao valor de € 150.000,00, devendo informar o Conselho de Administração das decisões efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- h) Celebrar os contratos de empreitada e de prestações de serviço celebrados para a prossecução do objectivo social da empresa, bem como efectuar o respectivo acompanhamento e controlo, devendo informar o Conselho de Administração das decisões efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- i) Aprovar e adjudicar trabalhos a mais, até ao valor de 5% do valor da respectiva adjudicação, não se aplicando contudo esta percentagem quando o montante dos referidos trabalhos for inferior a € 75.000,00, devendo informar o Conselho de Administração das decisões efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- j) Aprovar a negociação, aquisição e indemnização de direitos sobre imóveis, servidão e/ou propriedade, até ao valor de € 75.000,00 por parcela de terreno, resultante de relatórios de avaliação tecnicamente fundamentados e elaborados por perito de lista oficial, devendo informar o Conselho de Administração das decisões efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- k) Elaborar a proposta dos relatórios de gestão anuais, orçamentos, planos de actividades, estudos económicos e outros documentos de cariz semelhante, para aprovação pelo CA;
- l) Supervisionar a actividade da Direcções e Serviços da Empresa;
- m) Renovar contratos de trabalho a termo certo de acordo com os procedimentos definidos e exercer função disciplinar, devendo informar o Conselho de Administração das decisões efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- n) Constituir mandatários, com os poderes que julgar convenientes, no âmbito dos poderes delegados;
- o) Definir as áreas de administração de que ficarão especialmente encarregues os seus membros e distribuição por estes de tais áreas;
- p) Abrir e movimentar contas, tanto a débito como a crédito, em quaisquer instituições de crédito e outros títulos de crédito, nomeadamente letras e livranças até ao limite de € 500.000,00 incluindo o saque e endosso de cheques sem qualquer limite, desde que assinados por dois dos administradores executivos;
- q) O saque e endosso de cheques pode ainda ser efectuado através da assinatura de um dos administradores executivos e pelo director administrativo e financeiro até ao limite de € 150.000;
- r) Atribuição de subsídios e outros apoios até ao limite de € 5.000,00, devendo informar o Conselho de Administração das decisões efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- s) Representar a Sociedade, na outorga de contratos promessa, bem como de contratos definitivos relativos à constituição de servidões de aqueduto e direitos de passagem para concretização dos fins próprios da Sociedade, assim como para aquisição de parcelas de terreno, com vista aos mesmos fins e com possibilidade de os subdelegar; por procuração, com vista a obviar a situações de urgência ou conveniência;
- t) Aprovar e estabelecer contratos relativos à prestação de serviços prestados pelos accionistas ou por empresas detidas por estes, devendo informar o Conselho de Administração das operações efectuadas ao abrigo da presente alínea;

- u) Representar a sociedade na apresentação de quaisquer candidaturas que tenham como actos e operações correntes relativas ao objecto social e à sua missão, devendo informar o Conselho de Administração das decisões efectuadas ao abrigo da presente alínea;
- v) Viagens e representação no território nacional de administradores e demais colaboradores até ao valor de € 1.500,00, incluindo eventuais adiantamentos que tenham sido autorizados;
- w) Formação no território nacional de administradores e demais colaboradores até ao valor de € 1.500,00;
- x) Autorização para, à luz do novo Código dos Contratos Públicos e para todos os concursos, responder a questões relacionadas com a lista de erros e omissões detectados no Caderno de Encargos, independentemente da competência para poder ou não contratar;
- y) Autorização para aprovar os Planos de Segurança e Saúde para todas as empreitadas adjudicadas, independentemente da competência para poder ou não contratar;
- z) Praticar qualquer acto de gestão urgente da competência do Conselho de Administração que não caiba, por lei, às suas competências exclusivas, sendo sempre sujeito a posterior ratificação daquele órgão.

Não se incluem na delegação de competências:

- a) A cooptação de administradores;
- b) O pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- c) A aprovação de contas anuais e do relatório de gestão a submeter à Assembleia Geral;
- d) A aprovação de planos de actividades, de planos de investimento e de orçamentos anuais e plurianuais;
- e) A aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- f) A prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- g) A abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- h) Modificações importantes na organização da Empresa;
- i) O estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) A mudança de sede social e aumentos ou reduções de capital social, nos termos previstos no contrato de sociedade;
- k) Os projectos de fusão, cisão e transformação da sociedade, incluindo as modificações importantes na organização da empresa;
- l) A alteração ou redução das actividades prosseguidas pela Empresa;
- m) A admissão de pessoal;
- n) O estabelecimento de protocolos que envolvam encargos plurianuais;
- o) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho;
- p) A adjudicação de empreitadas que envolvam encargos plurianuais;
- q) A contratação de empréstimos ou financiamentos da sociedade;
- r) A autorização de viagens fora do território nacional;
- s) A realização de investimentos não previstos no Orçamento anual, independentemente do seu valor.

Das actas de cada uma das reuniões da Comissão Executiva é dado conhecimento ao Conselho de Administração na sua reunião imediatamente seguinte.

O CA pode também delegar poderes especiais num ou mais administradores, devendo o acto de delegação especificar os poderes delegados, a duração e o modo do seu exercício.

O Conselho de Administração pode ainda constituir procuradores, nos termos da lei e dos estatutos, com reserva das matérias da exclusiva competência do Conselho de Administração.

A delegação de competências não exclui a possibilidade de decisão e actuação do Conselho de Administração em matérias objecto de delegação.

## Funcionamento da Comissão Executiva

A Comissão Executiva observará, quanto ao seu funcionamento, as seguintes regras:

- a) A Comissão Executiva deve reunir com periodicidade necessária, sendo que ordinariamente pelo menos duas vezes por mês, convocado pelo respectivo Presidente ou por dois dos seus membros.
- b) A agenda da reunião deverá ser distribuída na véspera das reuniões;
- c) As reuniões terão lugar, sempre que possível, na sede da sociedade;
- d) Não poderão ser tomadas deliberações sem que esteja representada a maioria dos seus membros;
- e) É obrigatória a presença ou representação dos três elementos da CE para deliberações sobre os seguintes assuntos:
  - i. Proposta de plano de actividades, plano de investimento e orçamento de exploração, e
  - ii. Proposta de relatório e contas;
- f) As deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, tendo o Presidente voto de qualidade;
- g) Para além das reuniões previstas a CE poderá realizar uma reunião, não formal, semanal, com os administradores presentes, de informação e concertação relativamente a assuntos em curso;
- h) De cada reunião será celebrada acta sucinta com as deliberações tomadas que serão arquivadas em dossier próprio juntamente com os eventuais documentos de suporte da decisão. As actas serão elaboradas pelo secretariado da Empresa;
- i) No âmbito da alínea n) relativa aos poderes delegadas na Comissão Executiva, pelo Conselho de Administração, ficarão especialmente encarregues da coordenação e gestão corrente de áreas específicas os administradores a seguir designados:

## Áreas de Responsabilidade

Área	Responsável
CEA-COMUNICAÇÃO EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Presidente da C E
SRE-QUALIDADE, AMBIENTE, SEGURANÇA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	Administrador Dr José Mestre
STI-SISTEMAS E TECNOLOGIAS INFORMAÇÃO	Administrador Dr José Mestre
AJ-APOIO JURÍDICO	Administrador Dr José Mestre
GOA-GESTÃO DAS ORIGENS DE ÁGUA	Administrador Engº Artur Ribeiro
PCG-PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO	Administrador Dr José Mestre
LAB-LABORATÓRIO	Administrador Engº Artur Ribeiro
PE-PROJECTOS ESPECIAIS	
Odelouca	Administrador Engº Artur Ribeiro
Reutilização de Águas Residuais	Administrador Engº Artur Ribeiro
Fibra Óptica	Administrador Dr José Mestre
DAF-DIRECÇÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA	Administrador Dr José Mestre
DIN-DIRECÇÃO DE INFRAESTRUTURAS	Administrador Engº Artur Ribeiro
DOA-DIRECÇÃO DE OPERAÇÃO ÁGUA	Administrador Engº Artur Ribeiro
DOS-DIRECÇÃO DE OPERAÇÃO SANEAMENTO	Administrador Engº Artur Ribeiro

Competências nos elementos da Comissão Executiva para a realização de Despesas

Constituem princípios a observar em toda e qualquer delegação de competências:

- a) As delegações respeitam a despesas relacionadas com as áreas funcionais de responsabilidade;
- b) Por princípio e quando aplicável, a realização de despesas deve observar as políticas e procedimentos instituídos, nomeadamente através do recurso às áreas funcionais responsáveis;
- c) É expressamente vedado o desdobramento de despesas de forma a iludir os limites fixados;
- d) As despesas que eventualmente venham a exceder os limites fixados no presente documento carecem de ratificação pelo nível organizacional com poderes para o efeito;
- e) A competência de realização de despesas e a sua consequente autorização é independente da autorização de pagamento;
- f) As aquisições a dinheiro só poderão ser exercidas quando, comprovadamente, não seja possível recorrer às formas normais de aquisição;

Ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do Artigo 407, do Código das Sociedades Comerciais e ainda do Artigo 20º dos Estatutos Anexos ao Decreto-Lei n.º 121/2000 de 4 de Julho com vista à execução da Gestão Corrente da Empresa, é constituída ainda uma delegação de competências, a título individual, nos elementos da Comissão Executiva para a realização de despesas nos seguintes termos:

- a) Compras para armazém até ao valor de € 10.000,00;
- b) Fornecimento de bens e prestações de serviços até ao valor de € 5.000,00;
- c) Contratação de seguros obrigatórios por lei ou contratualmente exigidos;
- d) Fornecimento de bens e prestações de serviços relacionados com utilidades de instalações até ao valor de € 3.000,00 por mês (por utilidades consideram-se abrangidas: água, gás, comunicações, segurança, limpeza e electricidade);
- e) Gastos com pessoal não obrigatórios por lei ou contratualmente exigidos até ao valor de € 500,00;
- f) Trabalho suplementar até ao valor mensal previsível de € 250,00 por colaborador.

Sem embargo das competências a delegar em cada um dos membros da CE, compete ao Presidente a responsabilidade pela assinatura de correspondência dirigida ao Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, na qualidade de concedente e tutela do sector; ao regulador; aos accionistas e às entidades de supervisão, tais como, a IGF, a IGAOT, e o Tribunal de Contas.

Das deliberações do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva devem ser extraídas das actas respectivas e divulgadas de acordo com os procedimentos em vigor na sociedade.

## 2.1.3 Assembleia Geral

### Competências da Assembleia

Principais competências da Assembleia Geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c) Proceder à eleição dos administradores e do fiscal único;
- d) Decidir sobre a remuneração dos administradores, directamente ou através de uma comissão de vencimentos, por si eleita;
- e) Autorizar os administradores a exercer actividade concorrente com a da Sociedade;
- f) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, podendo proceder à sua destituição;
- g) Deliberar sobre a emissão de qualquer categoria de acções, ordinárias ou preferenciais;
- h) Deliberar sobre a alienação e aquisição de acções próprias;
- i) Deliberar sobre a acção de responsabilidade a intentar pela Sociedade contra administradores;
- j) Deliberar sobre quaisquer alterações ao contrato social, incluindo aumentos de capital, redução, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade;
- k) Proceder à eleição dos membros da Comissão de Vencimentos.

### Composição da Mesa da Assembleia

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 9º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre accionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos, por um período de três anos, em Assembleia Geral.

**Presidente:** Presidente da Câmara de Monchique, Carlos Alberto Santos Tuta que renunciou em 25 de Fevereiro de 2010

**Vice-Presidente:** Paulo Manuel Marques Fernandes

**Secretário:** Cristina Rebelo Pereira

### Regras de Funcionamento da Assembleia

A Assembleia Geral é convocada sempre que o Conselho de Administração ou o Fiscal Único o entendam conveniente. A Assembleia Geral ordinária deve reunir no prazo de três meses a contar do final do ano.

Accionistas que possuam acções correspondentes a, pelo menos, 5 % do capital social podem requerer que na ordem do dia de uma Assembleia Geral, já convocada ou a convocar, sejam incluídos determinados assuntos.

Durante os quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral são facultados à consulta dos Accionistas, na sede da sociedade:

- a) Os nomes completos dos membros dos Órgãos de Administração e de fiscalização, bem como da Mesa da Assembleia Geral;
- b) A indicação de outras sociedades em que os membros dos Órgãos de Sociais exerçam cargos sociais, com excepção das sociedades de profissionais;
- c) As propostas de deliberação a apresentarem à Assembleia pelo Órgão de Administração, bem como os relatórios ou justificação que as devam acompanhar;
- d) Quando estiver incluída na ordem do dia a eleição de membros dos Órgãos Sociais, os nomes das pessoas a propor para o Órgão de Administração, as suas qualificações profissionais, a indicação das actividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos, designadamente no que respeita a funções exercidas noutras empresas ou na própria sociedade, e do número de acções da sociedade que são titulares;
- e) Quando se tratar da Assembleia Geral anual, o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, incluindo a certificação legal das contas e o parecer do auditor externo (se aplicável).

Estes documentos devem ser enviados, no prazo de oito dias, aos titulares de acções nominativas ou de acções registadas ao portador correspondentes a, pelo menos 1 % do capital social, quando esses accionistas o requeiram. A Águas do Algarve, S.A. disponibiliza igualmente na página "web" da Sociedade ([www.aguasdoalgarve.pt](http://www.aguasdoalgarve.pt)) as propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral durante os quinze dias anteriores à data da sua realização, as convocatórias para a realização de cada Assembleia Geral nos vinte e um dias anteriores à sua realização, juntamente com qualquer outra informação que possa ser considerada relevante pelos Accionistas que pretendam exercer o direito de voto, aí se incluindo a indicação de contactos para o esclarecimento de qualquer dúvida relacionada com o exercício do direito de voto.

Em primeira data de convocação, a Assembleia-geral dos Accionistas não poderá reunir sem estarem presentes ou representados Accionistas titulares de acções representativas de pelo menos cinquenta por cento do capital social, sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar seja qual for o número de Accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos. Contudo, as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução ou outros assuntos para os quais a Lei ou o Contrato de Concessão exija maioria qualificada de determinada percentagem do capital social ou dos direitos de voto, devem ser aprovados por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira, quer em segunda convocação.

## Direito dos Accionistas em Assembleia Informação

Em Assembleia Geral, todos os Accionistas podem requerer que lhes sejam prestadas informações verdadeiras, completas e elucidativas que lhes permitam formar opinião fundamentada sobre os assuntos sujeitos a deliberação. As informações referidas devem ser prestadas pelo órgão da sociedade que para tal esteja habilitado e só podem ser recusadas se a sua prestação puder ocasionar grave prejuízo à sociedade ou outra sociedade com ela coligada ou violação de segredo imposto por lei.

## Presença em Assembleia e Regras sobre Representação

Apenas poderão participar na Assembleia os titulares de acções escrituradas em seu nome até quinze dias antes do dia da reunião. Até ao quinto dia antes do dia da reunião devem os Accionistas que pretendam fazer-se representar, nos termos da Lei, apresentar na sociedade os instrumentos de representação e bem assim as pessoas colectivas indicar quem as representará. O Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral é de cinco dias.

Os Accionistas sem direito de voto não podem assistir às Assembleias Gerais. No entanto, poderão, se pretenderem assistir à Assembleia Geral, solicitar uma autorização ao Presidente da Assembleia Geral através do endereço de "e-mail" [geral@aguasdoalgarve.pt](mailto:geral@aguasdoalgarve.pt) ou ainda através do secretariado da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. (Tel. 289899070). Os Accionistas sem direito de voto que assistam à Assembleia Geral não podem participar na discussão da ordem de trabalhos.

De modo a confirmar a identidade das entidades admitidas a participar na Assembleia Geral, ou de quem validamente os represente, poderá ser solicitada à entrada da Assembleia Geral a identificação pessoal, mediante a apresentação de Passaporte ou bilhete de Identidade Nacional.



## Direito de Voto em Assembleia

A cada cem acções corresponde um voto, mas os Accionistas titulares de menos de cem acções podem agrupar-se, de forma a completarem o número exigido, ou um número superior; e fazer-se representar por um dos agrupados. Não existem limites ao direito de voto nem acções que confirmem voto plural ou qualquer direito especial de voto.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, existem impedimentos legais de voto. Um Accionista não pode votar, nem por si, nem por representante, nem em representação de outrem quando a lei expressamente o proíba e ainda quando a deliberação incida sobre situações como a da existência de um litígio entre a sociedade e o Accionista ou de qualquer relação, estabelecida ou a estabelecer, entre a sociedade e o Accionista, não prevista no contrato de sociedade.

Um Accionista que disponha de mais de um voto não pode fraccionar os seus votos para votar em sentidos diversos sobre a mesma proposta ou para deixar de votar com todas as suas acções providas de direito de voto.

Um Accionista que represente outros pode votar em sentidos diversos com as suas acções e as dos representados e bem assim deixar de votar com as suas acções ou com as dos representados.

## Voto por Correspondência e Voto por Meios Electrónicos

As convocatórias para as Assembleias Gerais incluem a indicação de que o voto pode ser exercido por correspondência. O modo como se processa o escrutínio dos votos por correspondência consta igualmente da convocatória. Para facilitar a votação por correspondência, e para os Accionistas que o pretendam, a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. disponibiliza uma minuta de boletim de voto por correspondência. Esta minuta pode ser solicitada junto do secretariado da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. (Cristina Pereira Tel.213230700) ou no sítio da sociedade (www.aguasdoalgarve.pt).

Actualmente não é admitido o voto electrónico.

## 2.1.4 Fiscal Único

### Fiscalização Interna

Nos termos do n.º I do artigo 17º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da actividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral de dia 10 de Março de 2009, foram eleitos os seguintes membros:

**PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada por:** Dr. José Manuel de Oliveira Vitorino

**Suplente:** Dr.ª Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão

O Fiscal Único e o suplente são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período estabelecido no contrato de sociedade, mas não superior a três anos. O membro do Fiscal Único, efectivo e suplente podem ser reelegíveis.

A remuneração auferida pelos membros do Fiscal Único da ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. nos últimos três anos foi a seguinte:

(Unidade: euros)

	2008	2009	
<b>Remuneração</b>	<b>20.565,00</b>	<b>16.550,00</b>	<b>16.200,00</b>

### Fiscalização Externa

Durante o ano de 2009 foi nomeado como auditor Externo a Empresa Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., em substituição da PriceWaterHouseCoopers & Associados - ROC, Lda.

A PricewaterhouseCoopers & Associados SROC, Lda. é o auditor responsável pelos Relatórios de Revisão de Informação Prospectiva relativamente ao Orçamento e Projecto Tarifário.

## 2.2 Estrutura Organizacional

Durante o ano 2009, a Águas do Algarve efectuou a reorganização da Empresa, através da implementação da nova estrutura organizacional, que se adaptada ao modelo tipo definido para o Grupo AdP e que se adequa ao actual estágio de desenvolvimento e actividade da Empresa:

Esta estrutura é composta pelos seguintes órgãos, cuja missão e principais responsabilidades são:

### 2.2.1 Suporte

Para o desempenho das suas actividades a Águas do Algarve conta actualmente com um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Na área de suporte conta com as seguintes estruturas:

#### Secretariado de Administração - SEC

Órgão cujas competências e responsabilidades são:

- + Secretariar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.
- + Difundir das deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.
- + Apoiar a Administração na sua actividade regular; na gestão das agendas dos administradores e da correspondência recebida e expedida.
- + Assegurar a logística das reuniões preparando a documentação de suporte e as convocatórias.

#### Apoio Jurídico / Secretário da Sociedade

Órgão de apoio com as seguintes atribuições e competências:

- + Elaborar pareceres / interpretações sobre a aplicação do contrato de concessão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos.
- + Assessoria nos Processos de Concurso e sua Avaliação.
- + Resolução de disputas e litígios e Patrocínio da Empresa em acções judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada.
- + Secretariar as reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.
- + Monitorizar o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.
- + Assessorar a Administração nas relações e obrigações estatutárias com os Órgãos Sociais da Empresa.

#### Planeamento e Controlo de Gestão - PCG

Órgão de apoio à Administração a quem compete promover e controlar o cumprimento atempado das obrigações perante o Concedente.

Promover e controlar o cumprimento atempado das obrigações perante os Accionistas.

Promover e coordenar a elaboração e negociação do Orçamento e Projecto Tarifário.

Coordenar e acompanhar as Candidaturas a Subsídios ao Investimento e à Exploração.

Promover coordenar e desenvolver os Sistemas de Gestão de Informação para a Gestão global da Empresa abrangendo as diversas áreas funcionais e os vários níveis de decisão.

#### Projectos Especiais - PE

Órgão criado com o objectivo de, para cada um dos projectos de actividade, assegurar o seu estudo técnico-económico e desenvolver, em articulação com as restantes áreas da Empresa, a sua execução:

- + Projecto de Reutilização de águas residuais tratadas em ETAR;
- + Projecto Odelouca;
- + Projecto de aproveitamento da capacidade excedentária da Fibra Óptica;
- + Projecto de intervenção nos sistemas municipais de água e saneamento.

#### Comunicação e Educação Ambiental - CEA

Órgão a quem cabe elaborar, propor e apoiar a implementação do Plano de Comunicação com ênfase para as componentes de comunicação e imagem.

Desenvolver acções de informação e sensibilização ambiental, de acordo com a estratégia definida, de forma a contribuir para o cumprimento dos objectivos de Educação Ambiental e para a inserção da Empresa no meio.

### Sistema de Responsabilidade Empresarial - SRE

Órgão a quem cabe promover e coordenar as actividades relativas às obrigações de gestão ambiental, da qualidade, Higiene e Segurança e Responsabilidade Social, constantes do Contrato de Concessão e dos compromissos assumidos pela Empresa.

### Sistemas e Tecnologias de Informação - STI

Órgão com a responsabilidade de assegurar a operacionalidade e adequação dos Equipamentos Informáticos e de Comunicação, de acordo com as necessidades colocadas pelas Áreas de Empresa.

Assegurar a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados.

Assegurar o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de software.

### Laboratório - LAB

Trata-se de um órgão de apoio à operação dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, maioritariamente na área da monitorização e como garante do escrupuloso cumprimento dos parâmetros legais aplicável às águas para consumo humano, através da definição, implementação e acompanhamento do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) e do cumprimentos dos parâmetros de descarga no Saneamento.

Garantir o cumprimento integral de todos os requisitos da norma ISO/IEC 17025, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis à sua actividade.

### Gestão das Origens de Água - GOA

Órgão que assegura, com os poderes delegados pela Administração, a gestão partilhada dos Recursos Hídricos, de acordo com a legislação aplicável.

Assegura igualmente o cumprimento das obrigações dos contratos de concessão de captação de água.

Participa nos Planos de Gestão das Bacia Hidrográficas

### Direcção Administrativa e Financeira (DAF)

É responsável por assegurar a gestão financeira e contabilística da Empresa, de acordo com a estratégia da Administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objectivos da Águas do Algarve e sua optimização financeira. Assegura a liquidez a curto e médio/longo prazo, através de fontes de financiamento sem comprometer a solvabilidade da Empresa.

### Direcção de Infra-Estruturas - DIN

Esta direcção é responsável por assegurar a concepção e construção de todos os órgãos necessários à captação, tratamento e adução de água para abastecimento e à recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a instalação de condutas e a concepção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respectiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis, cumprindo a legislação aplicável à adjudicação das empreitadas.

Manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens e meios afectos à concessão, efectuando para tanto a manutenção preventiva, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

## 2.2.3 Operação

### Direcção de Operação Água - DOA

Esta direcção assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o Sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer, tendo em atenção o dimensionamento do Sistema e as necessidades dos respectivos utilizadores.

Coordena o Sistema de Segurança Alimentar, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes.

Coordena as actividades relacionadas com o Produto Água para Consumo Humano, assumindo a Responsabilidade pelo Produto.

### Direcção de Operação Saneamento (DOS)

Esta direcção é responsável assegurar, de forma regular, contínua e eficiente, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema.

## Relações com “Stakeholders”

A Águas do Algarve considera que o envolvimento, a comunicação eficaz com os Stakeholders e a transparência das actividades desenvolvidas são primordiais para a sustentabilidade da Empresa. A responsabilidade, neste âmbito, é acrescida pelo facto de prestar serviços de carácter público e porque no seu core business inclui temas essenciais ao desenvolvimento sustentável da região e bem-estar das populações.

Neste contexto, é intenção da Águas do Algarve criar e manter uma relação de transparência e confiança com os seus Stakeholders, procurando melhorar continuamente a sua capacidade de resposta aos desafios, preocupações e necessidades identificados, incluindo no que se refere à divulgação de informação.

Consideramos como stakeholders os seguintes: utilizadores, clientes, colaboradores, entidade reguladora, entidades financiadoras, accionistas, fornecedores, entidades governamentais, os meios de comunicação social e as comunidades locais da região onde a empresa opera.

## Divulgação de Informação

A Águas do Algarve, cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders. O Gabinete de Comunicação e Gestão Ambiental é o principal garante do relacionamento com os diversos stakeholders, desempenhando as suas funções na sede social da Águas do Algarve.

A Águas do Algarve disponibiliza no seu site na Internet ([www.aguasdoalgarve.pt](http://www.aguasdoalgarve.pt)) informações relevantes e actualizadas sobre a Empresa, as actividades desenvolvidas, a prestação de contas e o desempenho atingido, facultando a possibilidade aos interessados de consultar ou requerer o envio dos mais diversos documentos.

## 3. Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 8º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia Geral que compete deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

A Comissão de Vencimentos tem por objecto a definição da política remuneratória dos Órgãos Sociais.

Os membros da Comissão de Vencimentos da Águas do Algarve, S.A. para o triénio 2009-2011 são:

Membro	Nomeação	Termo Mandato
Pedro Cunha Serra	Mar-2009	2011
Fátima Borges	Mar-2009	2011
José Inácio Marques Eduardo	Mar-2009	2011

A Comissão de Vencimentos eleita na Assembleia-geral de 10 de Março de 2009, é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Os vencimentos são os que resultaram da reunião da Comissão de Vencimentos de 10 de Agosto de 2009.

O montante total de remunerações, auferido pelo conjunto dos membros do Órgão de Administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi de € 305 625,04, conforme discriminado na nota 43 do anexo às contas.

(Unidade: euros)

	Remuneração anual
PriceWaterhouseCoopers&associados,SROC representado por Dr. José Manuel Oliveira Vitorino	16.200,00
<b>Fiscal Único</b>	<b>16.200,00</b>
Presidente do Conselho de Administração (*)	51.611,00
Administradores Executivos	211.574,28
Vogais não Executivos (mandato 2009/10)	4.852,75
Vogais não Executivos (mandato 2009/10)	21.387,01
<b>Conselho de Administração</b>	<b>289.425,04</b>
<b>Total Geral</b>	<b>305.625,04</b>

(\*) Valor pago à Águas de Portugal - SGPS, S.A. SGPS



## 4. Regulamentos Internos e Externos

A Empresa tem definidos e aprovados, em consonância com a Holding os, seguintes regulamentos:

4.1 Regulamento de atribuição de viaturas

4.2 Regulamento de Utilização de Viaturas

4.3 Regulamento de atribuição e utilização de Telemóveis

4.4 Código de conduta e Ética

4.5 Sistemas de Qualidade

4.6 Manual de acolhimento a novos funcionários

Estes regulamentos foram aprovados pelo Conselho de Administração e divulgados no Portal da Empresa.

## 5. Informações sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

A empresa, durante o ano de 2009, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria. Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2009 ou mais de 5% do universo dos FS's da empresa.

Fornecedor	Transacções (Euros)	% FSE Total
EDP	2.820.837,54	12,75%
Engigás / Neopul / Irmãos Cavaco	2.489.064,51	11,25%
Sisaqua	4.449.122,07	20,11%

Principais Fornecedores

## 6. Análise de Sustentabilidade

Em 2009, a Águas do Algarve elaborou o seu primeiro relatório de sustentabilidade, reportando a actividade desenvolvida no ano de 2008, abrangendo todas as instalações da Empresa. Este relatório dirigiu-se a todos os Stakeholders, tendo sido consideradas as suas expectativas na definição dos conteúdos, temas e indicadores incluídos no mesmo. Para tal, foram efectuados inquéritos a elementos dos vários grupos de Stakeholders, no sentido de identificar as suas expectativas e opiniões. Neste momento, a Águas do Algarve tem em curso o seu 2º Relatório de Sustentabilidade.

A Águas do Algarve optou por elaborar este relatório e o relatório de Sustentabilidade em separado, podendo, no entanto, haver informação que consta em ambos e, noutros casos, poderá haver situações em que se remete para o Relatório de Sustentabilidade. De qualquer maneira não queremos deixar de aflorar neste documento algumas áreas que nos parecem de capital importância.

## 6.1 Gestão do Capital Humano

### 6.1.1 Responsabilidade Social

#### Caracterização Geral

A Águas do Algarve, S.A. é feita de pessoas. O capital humano é um dos activos estratégicos da empresa tendo 180 trabalhadores à data de 31 de Dezembro de 2009.

Verifica-se por outro lado uma tendência para a melhoria das qualificações académicas e profissionais da empresa, com o aumento do número de efectivos dos Quadros Médio e Superior.

Ao nível da estrutura etária, a idade média manteve-se nos 36 anos em 2009.

Nível Etário	Homens	2009 Mulheres	Total	2008 Total	Total Variação (2009-2008)
Entre 18 e 24 anos	3	0	3	4	-1
Entre 25 e 29 anos	18	14	32	43	-11
Entre 30 e 34 anos	39	30	69	64	5
Entre 35 e 39 anos	15	13	28	26	2
Entre 40 e 44 anos	10	10	20	17	3
Entre 45 e 49 anos	6	4	10	8	2
Entre 50 e 54 anos	5	2	7	11	-4
Entre 55 e 59 anos	8	2	10	6	4
Mais de 59 anos	1	0	1	1	0
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>75</b>	<b>180</b>	<b>180</b>	

A maior concentração de efectivos regista-se na faixa etária entre 30 e 34 anos, seguida da faixa etária dos 25 aos 29 anos. Quanto ao nível de antiguidade, é evidente a política de estabilização do pessoal na Empresa, mantendo-se o mesmo número de trabalhadores de 2008 e, o significativo aumento de número de trabalhadores cuja antiguidade se situa entre os 3 e os 5 anos, bem como, dos níveis superiores a 10 anos.

Nível Antiguidade	Homens	2009 Mulheres	Total	2008 Homens	2008 Mulheres	Total
< 1 ano	1	0	1	2	3	5
1 - 2 anos	5	9	14	17	17	34
3 - 5 anos	35	28	63	22	22	44
6 - 10 anos	38	22	60	42	22	64
11 - 15 anos	26	16	42	22	11	33
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>75</b>	<b>180</b>	<b>105</b>	<b>75</b>	<b>180</b>

Igualmente se constata esta permanência dos funcionários na empresa se confrontarmos as entradas e saídas do pessoal nos últimos anos:

Ano	Entradas	Saídas
2007	9	5
2008	8	5
2009	1	1

Durante o ano de 2009 o número médio de trabalhadores ao serviço da empresa, por tipo de contrato era o seguinte:

Tipo de Contrato	Homens	2009 Mulheres	Total
Contratados Sem termo	93	58	151
Contratados Termo certo	11	16	27
Contratados Termo Incerto	1	1	2
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>75</b>	<b>180</b>

A política de melhoria do nível de habilitações escolares nos quadros da empresa é cada vez mais evidente, com o incremento dos activos com habilitações ao nível do ensino superior universitário.

Nível de Habilitações	Homens	2009 Mulheres	Total
1º ciclo	4	0	4
2º ciclo	0	0	0
3º ciclo	18	1	19
Ensino Secundário	38	11	49
Ensino Superior Politécnico	6	5	11
Ensino Superior Universitário	39	58	97
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>75</b>	<b>180</b>

### Formação Profissional

As actividades de formação desenvolvidas pela Empresa, totalizaram 291 acções, repartidas por 66 internas e 225 externas, as quais se traduziram em 135 horas e 2.724 horas, respectivamente.

As principais áreas de intervenção das formações desenvolvidas, no ano de 2009, foram as seguintes: Especialização Técnica, O Novo Regime da Contratação Pública, Segurança, Segurança Alimentar e Qualidade; das quais se destacam as formações de Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Responsabilidade Social.

### Absentismo e Trabalho Suplementar

O absentismo em 2008, atingiu um total de 18.344 horas. Este total de horas de absentismo ficou a dever-se aos seguintes motivos:

Ausências ao trabalho (horas)	Homens	2009 Mulheres	Total
Por acidentes de trabalho	0	0	0
Por doença	1658	1485	3143
Suspensão Disciplinar	672	0	672
Por assistência Inadiável	279	680	959
Paternidade / Maternidade	959	5306	6265
Outras causas	4582	2723	7305
<b>Total Ausências (Rem. e não rem.)</b>	<b>8150</b>	<b>10194</b>	<b>18344</b>
Ausências remuneradas	5116	3298	8414
Ausências não remuneradas	3034	6896	9930

Quanto ao trabalho suplementar, este atingiu um total de 3.703 horas, conforme consta do quadro seguinte:

Trabalho Suplementar	Homens	2009 Mulheres	Total
Em Dias úteis	1534	391	1925
Em dias de Descanso Compensatório / Feriados	791	221	1012
Em dias de Descanso Obrigatório	692	74	766
<b>Total de Trabalho Suplementar</b>	<b>3017</b>	<b>686</b>	<b>3703</b>

## 6.2 Controlo de Risco

A Águas do Algarve encontra-se exposta a um conjunto de riscos, que resultam da sua actividade. A continuidade das operações depende, de forma crítica, da mitigação e controlo dos riscos que podem significativamente afectar o conjunto dos seus activos (pessoas, equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações), e deste modo pôr em risco, os seus objectivos estratégicos. A Águas do Algarve e em particular o seu Conselho de Administração, dedicam grande atenção aos riscos inerentes à sua actividade. A gestão de risco, enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da Águas do Algarve.

### 6.2.1 Risco Operacional

Dentro do risco operacional, encontram-se catalogados como mais relevantes, os riscos relacionados com a qualidade de serviço (e interrupção do serviço) e respectivas tarifas, a integração e manutenção dos activos das concessões e as alterações climáticas.

#### Qualidade de serviço (interrupção de serviço) e tarifas

A Águas do Algarve tem efectuado um elevado esforço no sentido de se dotar de ferramentas (tecnologia) que permitam monitorar o serviço prestado, mantendo elevados padrões no que diz respeito à sua qualidade. Saliente-se que a actividade desenvolvida pela Águas do Algarve está regulada por um conjunto de leis e regulamentos de elevada exigência, que vão desde a qualidade de serviço até à definição das tarifas a cobrar e que as nossas políticas passam por assegurar que estas sejam escrupulosamente cumpridas.

#### Gestão de activos e Integração de activos

Sendo esta uma actividade de capital intensivo, resultado de um significativo volume de investimento em infra-estruturas, a correcta identificação e manutenção dos activos afectos à operação, torna-se crítica na gestão do dia-a-dia da empresa. A Águas do Algarve tem em curso diversos projectos, no sentido de tornar mais eficaz e mais eficiente a gestão dos seus activos. Estes projectos passam para além da sua correcta identificação e inventariação, pelo desenvolvimento de projectos de avaliação dos activos e pela implementação de novas ferramentas informáticas que auxiliam o controlo da sua manutenção.

#### Alterações climáticas

Dada a natureza das operações da Águas do Algarve, o cash-flow pode ser afectado pelas condições climáticas. Em anos de forte pluviosidade o volume de águas residuais a serem tratados pelas ETAR (Estações de Tratamento de Águas Residuais) sofre um incremento considerável. Por outro lado, em períodos de forte seca, as origens de água poderão ser igualmente afectadas no que concerne à quantidade disponível e à qualidade verificada.

### 6.2.2 Risco Financeiro

As actividades da Águas do Algarve estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (por exemplo o risco de taxa de juro), risco de crédito e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, recorrendo a instrumentos financeiros estruturados.

### 6.2.3 Risco de Mercado

#### Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo, está orientada para uma redução dos encargos financeiros e redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados.

#### Risco de Crédito

As principais fontes de risco de crédito são i) clientes e ii) depósitos bancários e aplicações financeiras.

As empresas das unidades de negócio UNA-PD têm como parceiros de negócio os municípios, que são simultaneamente accionistas e clientes das mesmas. Como é do conhecimento generalizado, uma parte significativa dos municípios nacionais atravessam significativas dificuldades de tesouraria, o que pode repercutir-se nos recebimentos pelos serviços prestados.

Relativamente às instituições financeiras, o grupo AdP selecciona as contrapartes com base nas notações de rating emitidas pelas entidades independentes de referência, bem como pelo histórico do relacionamento comercial entre as partes.

#### Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar o desenvolvimento normal da actividade das empresas. Este risco é também mitigado pela disponibilidade de linhas de crédito contratadas e ainda não utilizadas.



## 6.2.4 Risco Regulatório

Como prestadores de um serviço público, o Grupo AdP opera num ambiente altamente regulado pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos). Esta entidade, mandatada pelo Governo, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos nossos serviços.

Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos serviços prestados e o interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos accionistas, a entidade reguladora pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow do Grupo AdP, com todas as consequências adversas que daí resultam.

## 6.3 Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Tendo em conta as orientações estratégicas do PNUEA e PEAASAR, para o desenvolvimento de acções e estudos no âmbito do uso eficiente da água, foi concluída no ano de 2009, a parceria com a ONG – Quercus, “Ecocasa – Água”. A parceria com a ONG – Almargem – “A água no Algarve”, está em fase de conclusão, faltando a entrega do Guia de Gestão da Água.

No âmbito dos projectos de I&D, foi concluído o Projecto ETA21 sobre o desenvolvimento de estudos de avaliação de desempenho e de optimização das estações de tratamento de água do SMAAA com o LNEC e foi incluída participação da AdA na iniciativa nacional Past21 coordenada pelo LNEC sobre avaliação de desempenho de estações de tratamento. Foi também iniciado o projecto Bromato10 com a Universidade do Algarve, sobre o estudo laboratorial da redução de subprodutos da desinfecção.

## 7. Código de conduta e Ética

O Grupo Águas de Portugal acredita que a concretização dos seus interesses de longo prazo no desempenho da missão que lhe foi cometida pelo Estado Português está necessariamente alicerçada no estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética.

O Código de Conduta e Ética do Grupo Águas do Portugal, que é assumido pela Águas do Algarve, vem expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as empresas do Grupo nas suas actividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das empresas do Grupo Águas de Portugal - SGPS, S.A. e dos seus colaboradores.

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflecte a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de um grupo empresarial que assume como princípios estruturantes da sua acção o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e protecção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

O Código é aplicável a todas as empresas e vincula todos os colaboradores do Grupo Águas de Portugal - SGPS, S.A., independentemente da sua função ou posição.

### Normas de conduta deste Código de Conduta e Ética:

- + Respeito pela Lei e pela Regulação
- + Relacionamento com a Comunicação Social
- + Relacionamento com Clientes, Fornecedores e outras Entidades
- + Relacionamento com as Entidades Reguladoras
- + Governo da Sociedade
- + Relacionamento Institucional com outras Entidades
- + Comportamento Não - discriminatório
- + Actividades Políticas e Sindicais
- + Recurso a Actividades Ilegais e Ilícitas
- + Utilização de Recursos da Empresa
- + Confidencialidade e Sigilo Profissional
- + Actividades Externas
- + Prevenção de Potenciais Conflitos de Interesses
- + Relacionamento entre Colaboradores
- + Segurança e Bem-estar no Trabalho
- + Compromisso Ambiental
- + Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável.

## 8. Relatório dos Administradores não executivos

### **Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos**

#### **1. Introdução**

Nos termos da alínea m) do artigo 13º- A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-me, na qualidade de administrador não executivo, apresentar um relatório sobre o desempenho dos administradores executivos referente ao exercício de 2009.

#### **2. Actividade**

Nos termos da lei, acompanhei a gestão da empresa por parte dos administradores executivos.

A minha função foi exercida com independência, sendo o meu juízo, em face dos administradores executivos, livre e incondicionado, e constatando sempre uma postura de rigor, eficácia e ponderação nas propostas e nas decisões submetidas ao Conselho de Administração.

#### **3. Parecer**

Em consequência do supra exposto, faço uma apreciação positiva da actividade dos administradores executivos.

Faro, 19 de Fevereiro de 2010

O Administrador não executivo



Luís Filipe Gomes

**Relatório dos Administradores não executivos  
sobre o desempenho dos Administradores executivos**

**1. Introdução**

Nos termos da alínea m) do artigo 13º- A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-me, na qualidade de administrador não executivo, apresentar um relatório sobre o desempenho dos administradores executivos referente ao exercício de 2009.

**2. Actividade**

Nos termos da lei, acompanhei a gestão da empresa por parte dos administradores executivos.

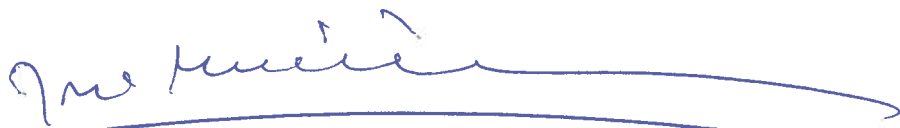
A minha função foi exercida com independência, sendo o meu juízo, em face dos administradores executivos, livre e incondicionado, e constatando sempre uma postura de rigor, eficácia e ponderação nas propostas e nas decisões submetidas ao Conselho de Administração.

**3. Parecer**

Em consequência do supra exposto, faço uma apreciação positiva da actividade dos administradores executivos.

Faro, 19 de Fevereiro de 2010

O Administrador não executivo



José Macário Correia



[05]

Actividade da Empresa









[05]



# Actividade da Empresa

## I. Introdução

### I.1 Responsabilidade Empresarial

A actividade da Área de Responsabilidade Empresarial no ano de 2009 centrou-se essencialmente na extensão, consolidação e melhoria do Sistema de Responsabilidade Empresarial, com especial relevância para:

Cumprimento da legislação aplicável;

- + Minimização de riscos associados ao ruído ocupacional e ambiental;
- + Melhoria da organização e dos serviços prestados ao nível da medicina no trabalho e HST;
- + Optimização do novo Software do SRE;
- + Extensão da certificação a mais 4 subsistemas de Saneamento: Almargem, Olhão Nascente, Cachopo e Boavista;
- + Preparação da extensão da certificação a mais 16 subsistemas de Saneamento:
  - + Zona 1 - Giões, Pereiro, Vaqueiros, Martinlongo, Balurcos, Cortes Pereiras, Pessegueiro, Santa Marta e Alcoutim;
  - + Zona 2 - Loulé, Ameixial, Benafim e Querença;
  - + Zona 3 – ETAR de Albufeira Poente;
  - + Zona 4 – Carrapateira.
- + Realização de auditorias internas;
- + Consolidação de práticas de Responsabilidade Social;
- + Coordenação da elaboração do 1º Relatório de Sustentabilidade da Águas do Algarve, S.A. – ano de 2008
- + Recolha e análise de indicadores de desempenho;

Preparação do Plano de Contingência para a Pandemia e demais actividades relacionadas com a prevenção da propagação do vírus H1N1.

### I.2 Comunicação Institucional

Durante o ano de 2009, a Águas do Algarve, S.A, deu continuidade à Campanha de Comunicação Institucional “ ÁGUAS DO ALGARVE – O REFLEXO DE UMA REGIÃO”, que havia iniciado em 2008, através da presença em algumas iniciativas de carácter ambiental, bem como em formato editorial e publicitário.

A Águas do Algarve, SA lançou um novo site durante o ano de 2009, tendo-nos sido atribuído pela APDA o prémio para o melhor site, o qual nos foi comunicado durante o Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento (ENEG). Foi-nos ainda atribuído o 3º lugar para as acções de educação ambiental por nós realizadas.

Durante a cerimónia dos 20 anos da Certificação em Portugal, organizada pela APCER, o Ministro da Economia elogiou a actividade desenvolvida pela Entidade Certificadora em Portugal bem como o trabalho desenvolvido pelas várias empresas homenageadas realçando que o nosso país se poderá diferenciar dos demais não pela quantidade mas sim pela Qualidade e nesse sentido destacou a Certificação do Produto Água obtida pela Águas do Algarve, SA.

A Águas do Algarve, SA, recebeu por parte do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, felicitações pelo desenvolvimento do Bar Gourmet da Água, o qual representa a Empresa nas várias exposições onde estamos presentes na Região.

Foi neste ano que a Águas do Algarve, SA lançou a I Edição do Concurso de Fotografia Ambiental, com o mote: A Água – Tesouro da Humanidade.

A Águas do Algarve, SA evidenciou maior divulgação e sensibilização para o tema: “Uso eficiente da Água” aquando das comemorações de 3 importantes datas: o Dia Mundial do Ambiente, Dia Mundial da Água e Dia Nacional da Água.

Na área da divulgação continuámos com a disponibilização de informação relativamente ao lançamento, adjudicação, e ponto de situação das várias empreitadas que decorrem na Região e promovidas pela Águas do Algarve, SA

Também durante o ano de 2009, a Águas do Algarve, S.A, apoiou várias actividades ligadas ao seu sector de actuação, muitas delas articuladas com entidades e instituições públicas e privadas, destacando-a se os seus Accionistas, a Direcção Regional de Educação do Algarve, e Associações Não Lucrativas várias, entre outros.

### I.3 Mecenatos / Protocolos

Foi dada continuidade ao Protocolo estabelecido com a Direcção Regional de Educação do Algarve – Educação Ambiental pela Arte - o qual visa, de uma forma contínua e integrada, a realização de várias actividades de Educação Ambiental;

No âmbito da cultura, foram efectuados protocolos com base na Lei do Mecenato com a ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve e com o Teatro das Figuras, em Faro.

Encerrámos o projecto Eco-Casa Água, que teve início em 2007, cuja premissa do mesmo foi o Uso eficiente da água, através de um Seminário referente ao tema “Uso Eficiente da Água no Sector Residencial”.

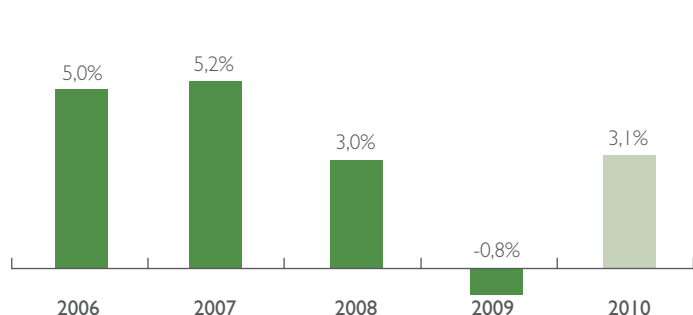


## 2. Enquadramento Macroeconómico

### 2.1 Global

Em 2009 a economia mundial apresenta indicadores que denunciam a forte recessão que assola o mundo. Dados previsionais apontam num decréscimo de 0,8% (crescimento de 3,0% em 2008 e 5,2% em 2007), como resultado da crise global que se espalhou rapidamente contaminando transversalmente as economias de todo o planeta.

PIB Mundial



Este decréscimo só não é maior, porque as economias emergentes asiáticas e africanas continuaram a apresentar crescimento económico positivo, ainda que mais lento quando comparados com os últimos anos. Os Estados Unidos e a União Europeia apresentam em 2009 decréscimos de 2,5 e 3,9% respectivamente.

O desempenho económico mundial em 2009, traduz a crise que se instalou no segundo semestre de 2008, em resultado da evidente sobreavaliação generalizada de activos que suportavam muitas emissões de dívida e que ocasionaram, numa sequência vertiginosa e assustadora, a fragilidade do

paradigma financeiro que sustentou o crescimento económico mundial nos últimos anos.

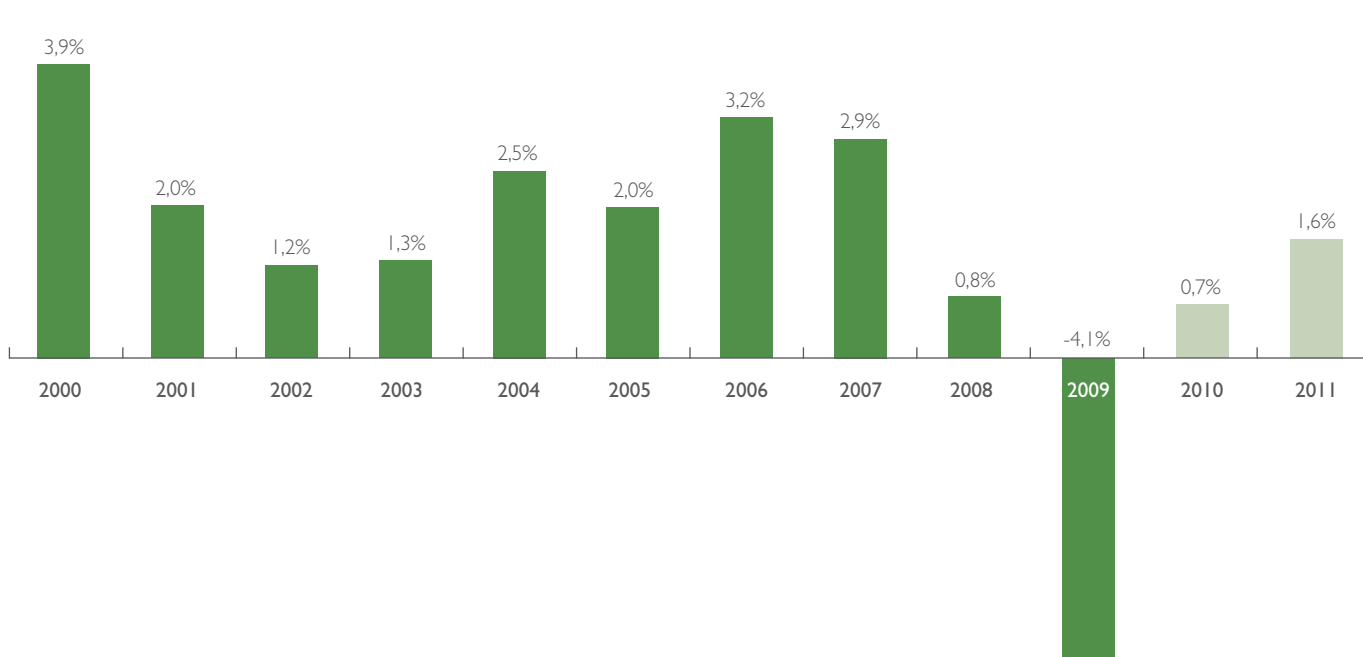
A inevitável e consequente crise de confiança que se instalou, ocasionaram a queda das bolsas e a falência de algumas instituições financeiras e à subsequente intervenção dos governos americanos e europeus tentando minimizar estes impactos.

### 2.2 União Europeia

De acordo com projecções macroeconómicas o PIB da zona Euro em 2009 deverá ser de 4,1% negativos, sendo que as perspectivas no próximo ano serão de crescimento ligeiro inferior a 1%. Tal como no resto do mundo a crise instalou-se na Europa, com consequências dramáticas na Islândia (ainda que não pertença à União Europeia), e mais recentemente na Grécia.

O ano 2009 encerrou com uma taxa de desemprego na União Europeia de 10% e uma taxa de inflação de 1%, consequência da diminuição da procura. Saliente-se que Portugal, Espanha e Irlanda apresentaram mesmo taxas de inflação negativas durante o ano de 2009. Em resultado da forte crise que atravessa a Europa o Banco Central Europeu foi descendo a taxa de juro de referência da sua área de influência. Começou o ano com 2,5%, tendo baixado 0,5% em meados de Janeiro de 2009, repetindo a operação em Março, Abril e Maio, mantendo-se desde aí nos 1%, a mais baixa de sempre.

PIB UE





## 2.3 Portugal

O Produto Interno Bruto em Portugal deverá decrescer aproximadamente 3% (0% em 2008), reflexo da recessão económica que o país vive, em parte como resultado da contaminação da crise internacional. A desaceleração do PIB reflecte o abrandamento da procura interna, determinada pelo comportamento do investimento, que diminuiu, tal como as importações e as exportações, que também apresentam um acentuado decréscimo (caíram 20% desde Janeiro). A receita fiscal em 2009 diminuiu 14% face a 2008, o que contribuiu para o défice das contas públicas em 2009 que será de 9,3% do PIB, pelo que se espera que os próximos anos sejam complicados, exigindo um esforço adicional de consolidação orçamental e contenção da dívida pública. Os recentes acontecimentos na Grécia irão, com certeza, forçar a União Europeia a um olhar mais crítico sobre a economia portuguesa. A taxa de inflação em 2009 registou uma taxa de variação média de -0,9% (2,7% em 2008). A taxa de desemprego em 2009 deverá ser de aproximadamente 10% (7,4% em 2008), atingindo o valor mais elevado dos últimos anos, e que coloca Portugal entre os países da EU com as mais elevadas taxas de desemprego. O PSI20, principal índice da bolsa portuguesa cresceu 32%, tendência natural em 2009, face à acentuada queda verificada em 2008 (menos 51%).

Euribor 6m



## 3. Enquadramento do Sector

### Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Durante 2009, o sector continuou a desenvolver a sua actividade tendo por base a estratégia e os objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto nº8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infra-estruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

De forma resumida, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos.

Neste propósito e na linha do preconizado no PEAASAR II e no Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos para o período 2007-2013 (PERSU II), aprovado pela Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro, quanto à necessidade de flexibilizar o modelo vigente, habilitando novas formas de relacionamento com os municípios, salienta-se a publicação do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de Abril que estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão dos sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo II do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento – no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) –, que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objectivos traçados para o sector. Em situações particulares – quando as operações são promovidas por entidades cuja gestão não se enquadra no “modelo verticalizado”- existem ainda apoios financeiros nos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo.

O Fundo de Coesão disponível no Eixo II do POVT revela-se indispensável para apoio aos investimentos em curso respeitantes aos sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, e que foram inicialmente avaliados em mais de 3.800 milhões de euros no período 2008 – 2015.

A título do 1.º Aviso, foram aprovadas pelas autoridades nacionais de gestão do POVT cinco candidaturas promovidas por empresas do Grupo AdP que totalizam um investimento de 255 milhões de euros dos quais é expectável receber uma participação comunitária a fundo perdido (Fundo de Coesão) de cerca de 153,3 milhões de euros.

A elevada adesão de promotores e de projectos que se verificou em resposta à abertura do 1.º Aviso para recepção de candidaturas, vem comprovar a importância do financiamento para a estratégia definida para o sector mas, simultaneamente, conduz ao aumento da pressão sobre a metodologia de avaliação dos objectivos e da qualidade dos projectos apresentados, tendo sido alterada a legislação associada à atribuição de subsídios para a rede estruturante de abastecimento de água e de saneamento antes da publicação do 2.º Aviso. Refira-se no entanto que à data de fecho da recepção das candidaturas ao 2.º Aviso (que ocorreu no final de 2009), o ainda não estava encerrado o Aviso anterior. No âmbito do 2.º Aviso ao POVT/Eixo II, merece destaque a apresentação de várias candidaturas por empresas gestoras integradas no grupo AdP e/ou de parcerias ou de protocolos com vista à criação de parcerias com empresas do grupo AdP que, no seu conjunto, representam investimentos da ordem dos 1639 milhões de euros a realizar no período 2009-2015.

A estas candidaturas deverão ainda acrescer um conjunto de operações de outras entidades promotoras que engrossaram de forma significativa a procura de fundos comunitários e originaram uma situação de overbooking que levará, inevitavelmente, a uma alteração da estratégia para o sector, tendo em conta os prazos de realização dos investimentos candidatados, o grau de maturidade dos sistemas e os financiamentos comunitários disponíveis.

Em 2009 prosseguiram os trabalhos relativos à ENEAPAI, que define uma estratégia sustentável alinhada com o QREN, integrando as especificidades e características dos sectores produtivos envolvidos e da sua importância no âmbito das regiões onde estão implantados, e que visa a resolução de graves problemas ambientais, numa lógica de optimização das infra-estruturas tecnológicas de tratamento de águas residuais e de gestão já implementadas, através de um quadro de intervenção que se oriente por objectivos de sustentabilidade técnica, económica e ambiental e de manutenção da competitividade das actividades económicas.

É importante referir que a elaboração desta estratégia teve em consideração o resultado do trabalho e da experiência que nos últimos anos se desenvolveram para o sector da suinicultura nas regiões de Leiria, Caldas da Rainha e Setúbal, onde o desenvolvimento de novas formas de intervenção levaram a que se enunciassem soluções inovadoras para passivos ambientais cuja erradicação se arrasta há demasiado tempo.

Esta estratégia estabelecida para o sector agro-pecuário e agro-industrial maximiza os recursos existentes e obriga à mobilização das capacidades técnicas e de gestão dos sistemas em actividade no sector, em particular as disponíveis nas empresas do grupo AdP.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro, que veio aprovar a orgânica da Entidade Reguladora de Serviços de Água e Resíduos (ERSAR, IP) criada através do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, foi reforçada a missão de regulação dos sectores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas, de gestão de resíduos urbanos e do exercício de funções de autoridade competente para a coordenação e fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano, funções essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança colectiva das populações, às actividades económicas e à protecção do ambiente.

O enquadramento legal e institucional de gestão das águas e, por consequência, das entidades gestoras obriga a tomar em consideração e a promover aspectos inovadores, dos quais se destaca:

O princípio da recuperação dos custos, que implicará grande transparência na fixação dos preços e rigor e eficiência na gestão do serviço público.

A consideração de custos ambientais e de escassez, que deverão penalizar o desperdício e uso inadequado dos recursos.

O objectivo de atingir o bom estado ecológico e uma boa qualidade físico-química na generalidade das massas de água superficiais e subterrâneas.

Em resumo, durante 2009 continuou a adaptação das entidades gestoras perante as alterações introduzidas pelo novo quadro legal.

## 4. Cadeia de Valor

### 4.1 Abastecimento de Água

#### Operação - Água



### 4.2 Saneamento

#### Operação - Saneamento



## 5. Regulação

### 5.1 Introdução

A Águas do Algarve, S.A. exerce actividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Estas actividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de águas, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental.

A actividade da Águas do Algarve, S.A. é regulada e desenvolvida em regime de concessão, desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor; pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro, os poderes e âmbito de actuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR cria as condições para reduzir as distorções de mercado existentes decorrentes do facto serem praticados tarifários aos utilizador final que não estão optimizados, uma vez que estes tarifários passarão a poder ser escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária).

Esta recomendação tem como principal objectivo harmonizar as estruturas tarifárias que servem ao financiamento destes serviços, trazer-lhes racionalidade económica e financeira e assegurar a respectiva viabilidade e melhoria.

Um dos princípios de base desta recomendação é o da recuperação dos custos, nos termos do qual, os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem permitir a recuperação tendencial dos custos económicos e financeiros decorrentes da sua provisão, em condições de assegurar a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade das entidades gestoras, operando num cenário de eficiência de forma a não penalizar indevidamente os utilizadores com custos resultantes de uma ineficiente gestão dos sistemas.

É nossa expectativa que a aplicação desta recomendação da ERSAR venha a apresentar impactes económico-financeiros positivos na sustentabilidade dos serviços prestados.

Durante 2009 assistiu-se ainda à publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009, ambos de 20 de Agosto, que altera o regime jurídico aplicável aos sistemas multimunicipais de águas e resíduos e republica os vários diplomas alterados, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, destacam-se, pelo impacte que apresentam ao nível regulatório as seguintes:

- + Possibilidade de serem propostos e aprovados tarifários plurianuais, caso a entidade gestora e o Regulador concordem estarem reunidas condições para o efeito;
- + Uniformização do prazo de avaliação e aprovação das propostas de orçamentos e tarifas em 60 dias;
- + Estabelecimento da data de produção de efeitos dos tarifários dos sistemas multimunicipais em 1 de Janeiro do ano a que respeitam, independentemente, da data da sua aprovação;
- + Eliminação do Fundo de Renovação do Equipamento.

A possibilidade das entidades gestoras apresentarem uma proposta tarifária plurianual tinha, igualmente, ficado consagrada no Despacho n.º 11981/2009, de 8 de Maio, publicado no Diário da República de 19 de Maio, que produz efeitos para as propostas de orçamento e projecto tarifário para 2010.



## 5.2 Regulação económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se em 30 de Setembro com a apresentação das propostas de orçamento e projecto tarifário para o ano(s) seguinte(s) ao Concedente e ao Regulador e contratualmente tem uma duração de dois anos. As propostas são apresentadas em conformidade com o disposto na Portaria 1275/2003, de 7 de Novembro.

Em Setembro de 2009 iniciou-se o ciclo orçamental para 2010, tendo sido comunicada em Janeiro de 2010 a proposta de aprovação das tarifas por parte da ERSAR.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de concessão podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efectivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários.

Em 2009 encetaram-se com o Regulador os trabalhos de definição da forma de recuperação dos défices e superavit de recuperação de custos relativos a cada sistema multimunicipal, uma vez que esta não se encontrava especificada nos contratos de concessão nem em outro diploma.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do sector, em estrito cumprimento das exigências que decorrem da Directiva-Quadro da Água, da Directiva 2006/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, relativa aos resíduos, da Lei da Água, do Regime Geral da Gestão de Resíduos, da Lei das Finanças Locais, dos Regimes Jurídicos da Concessão da Gestão e Exploração dos Sistemas Multimunicipais de Águas e dos Resíduos Urbanos, que aprovaram as bases dos respectivos contratos, e dos contratos de concessão em vigor, bem como o novo e decisivo ciclo de infra-estruturação do sector já iniciado, plasmado no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013, exigiam que não se adiasse mais o exposto reconhecimento da política que foi prosseguida e a definição do montante dos desvios de recuperação de custos das empresas, cujas regras de ressarcimento urgia clarificar.

Ainda durante 2009 foram retomados os procedimentos para proceder à distribuição dos ganhos de produtividade contratuais. Os montantes que se encontram capitalizados no Capital Próprio das entidades gestoras serão repartidos, entre os accionistas e utilizadores (através das tarifas futuras), de acordo com regras que se espera que venham a ser clarificadas nos primeiros meses de 2010.

## 5.3 Regulação da Qualidade de Serviço

Para além da regulação económica, a actuação da ERSAR abrange ainda a monitorização da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores, uma vez que é a autoridade nacional competente nesta matéria.

Anualmente, o regulador avalia a qualidade de serviço das empresas concessionárias de serviços de abastecimento, saneamento e tratamento e valorização de resíduos em “alta” e “baixa” através de um conjunto de 20 indicadores, fazendo o benchmark entre as várias concessionárias, que publica no relatório anual que faz sobre o sector.

Em 2009, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR iniciou um processo de reformulação dos indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado. A avaliação do ano de 2009 já deverá ser efectuada com base neste novo conjunto de indicadores.

## 5.4 Regulação da Qualidade da Água

O IRAR é autoridade competente em matéria de qualidade da água para consumo humano, criando assim mais uma linha de regulação da actividade das empresas de abastecimento de água.

Anualmente, a Águas do Algarve submete para aprovação do Regulador o plano de controlo da qualidade da água (PCQA) para o ano seguinte, que o IRAR aprova e monitoriza. Os resultados da monitorização dos PCQA são publicados permitindo aos consumidores terem acesso a um conjunto de informação relativa à qualidade da água que consomem, bem como ao cumprimento dos parâmetros legais pelo seu fornecedor.

## 6. Análise Económica e Financeira

### Introdução

Para efeitos de comparabilidade, entre os exercícios de 2009 e 2008, não se registaram factos relevantes que mereçam ser considerados. Assim, a Empresa concluiu o exercício de 2009 com um resultado antes de impostos de 5.181.744,02€, tendo obtido um resultado líquido de 3.558.508,33€.

### Situação Económica

Relativamente à área de negócio do abastecimento de água, verificou-se um acréscimo da água facturada, em volumes, na ordem de 3,89%, e em termos de facturação, o acréscimo foi de 6,57% que atingiu os 30,938 milhões de euros.

A justificação para o acréscimo da facturação face ao ano anterior está relacionada com a actualização tarifária (+3,0%) e com o aumento do volume facturado.

Na área de negócio de prestação de serviços de saneamento, sobressai o facto da entrada em funcionamento do sistema de Vila Real de Santo António a partir de Agosto de 2009. Atingiram-se, assim, os 18,48 milhões de euros de facturação e cerca de 34,3 milhões de m<sup>3</sup> facturados, representado um acréscimo de 7,07% de facturação.

(Unidade: euros)

Proveitos	2009	2008	Variação	%
Vendas	30.938.977	29.029.208	1.909.769	7%
Prestação de Serviços	18.485.578	17.265.101	1.220.477	7%
Proveitos Suplementares	1.779.128	1.851.808	-72.680	-4%
Subsídios à Exploração	3.277	38.709	-35.431	-92%
Trabalhos para a Própria Empresa	3.912.468	3.565.297	347.171	10%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.003.508	923.618	79.890	9%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.917.196	3.413.817	503.379	15%
<b>Total de Proveitos</b>	<b>60.040.132</b>	<b>56.087.557</b>	<b>3.952.575</b>	<b>7%</b>

A variação de proveitos suplementares está relacionado com a exploração dos sistemas de saneamento de Faro e Portimão, pois correspondem aos débitos dos custos de energia e água aos prestadores de serviço em regime de "outsourcing".

Sobressai, ainda, na análise da estrutura dos proveitos, o montante de trabalhos para a própria empresa, consequência da capitalização de um conjunto de encargos inerentes à fase de investimento da área de negócio do Saneamento e da Barragem de Odelouca.

A evolução dos custos reflecte o acréscimo da actividade da empresa, destacando-se as seguintes rubricas: Custos das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), Custos com o Pessoal e Custos Financeiros.

(Unidade: euros)

Custos	2009	2008	Variação	%
Custos das Matérias Consumidas	2.036.704	2.426.053	-389.349	-16%
Subcontratos	6.577.988	6.702.015	-124.027	-2%
Outros Fornec. e Serviços Externos	15.549.409	14.049.881	1.499.528	11%
Impostos	839.036	918.232	-79.196	-9%
Custos com o Pessoal	6.293.276	5.750.020	543.256	9%
Outros Custos Operacionais	7.052	7.924	-871,95	-11%
Amortizações do Exercício	14.536.494	14.092.856	443.639	3%
Custos e Perdas Financeiras	8.639.722	9.097.264	-457.543	-5%
Custos e Perdas Extraordinárias	378.707	182.272	196.435	108%
<b>Total de Custos</b>	<b>54.858.388</b>	<b>53.226.517</b>	<b>1.631.871</b>	<b>3%</b>

O decréscimo dos custos com matérias-primas, reagentes, justifica-se pelo facto de os custos com a água bruta da Associação de Regantes da Bravura terem passado a ser registados como FSE em vez de "Matérias Primas", como sucedeu em anos anteriores, o que justifica parcialmente o acréscimo verificado na rubrica de FSE.

Os FSE tiveram um crescimento de 11% relacionado principalmente com o aumento registado na actividade de negócio do saneamento, sendo que a rubrica de subcontratos se manteve praticamente nos níveis do ano anterior.

No âmbito da transferência, por parte do Concedente, da responsabilidade de conclusão da barragem de Odelouca para a Águas do Algarve, S.A., será necessário proceder ao reequilíbrio económico e financeiro da concessão para acomodar o aumento do

volume de investimento, tanto associado à construção da barragem como à revisão do plano de investimento do saneamento. O reequilíbrio proposto vai no sentido de prolongar o prazo dos contratos de concessão (Água e Saneamento) minorando os eventuais efeitos nas tarifas.

As amortizações do exercício e o reconhecimento dos subsídios associados foram calculados, à semelhança do ano anterior, com base na revisão dos caudais e na extensão do prazo das concessões para 31 de Dezembro de 2037. O efeito conjugado destes dois factores resulta num pouco expressivo de 0,44 milhões de euros nas amortizações do exercício pela Directriz Contabilística n.º 4. O crescimento da massa salarial de 9% decorre da alteração de critérios de contabilização de algumas despesas com pessoal que no ano anterior tinham sido consideradas como FSE e correcção da dotação para férias e subsidio de férias. Relativamente à rubrica de salários base o crescimento foi de cerca 1,5%.

Os custos financeiros registaram uma diminuição 0,457 milhões de euros. A justificação para esta variação reside na redução significativa das taxas de juro do financiamento externo juntamente com uma melhor redefinição dos prazos de exigibilidade, nomeadamente através de financiamentos de médio e longo prazos do BEI. Comparativamente a 2008, verifica-se que a dívida, tanto a médio e longo prazo como a curto prazo, subiu, mas os custos associados à mesma diminuíram.

## Situação Financeira

Ao nível do Activo Líquido total da Águas do Algarve, S.A. registou no exercício de 2009 um aumento em cerca de 45,053 milhões de euros, ou seja mais 10% face ao exercício anterior.

Como podemos observar pelo quadro resumo do Activo Líquido, constatamos que este acréscimo é essencialmente devido ao aumento do Activo Imobilizado, contribuindo com 97,2% da variação, consequência natural do esforço de investimento que a Águas do Algarve, S.A. vem executado ao longo dos anos. O Activo de curto prazo contribuiu apenas com 2,7% da variação verificada, com especial destaque para o acréscimo nas dívidas de terceiros e na redução das disponibilidades.

(Unidade: euros)

Activo	2009	2008	Variação	%
Imobilizações Corpóreas Líquidas	287.181.407	251.345.902	35.835.505	14%
Imobilizações Incorpóreas Líquidas	532.951	577.841	-44.889	-8%
Imobilizado em Curso	131.385.543	124.258.397	7.127.145	6%
Investimentos Financeiros	7.498.127	6.613.773	884.354	13%
Existências	879.045	730.163	148.881	20%
Dívidas de Terceiros - curto prazo	51.197.829	41.890.036	9.307.793	22%
Depósitos Bancários e Caixa	382.400	7.773.747	-7.391.348	-95%
Acréscimos e Diferimentos	1.865.667	2.679.602	-813.935	-30%
<b>Total do Activo Líquido</b>	<b>480.922.967</b>	<b>435.869.461</b>	<b>45.053.506</b>	<b>10%</b>

Para fazer face a este investimento a Águas do Algarve, S.A. recorre essencialmente ao Banco Europeu de Investimentos, registando em 31 de Dezembro de 2009 um endividamento de cerca 181,4 milhões de euros.

A evolução dos Capitais Próprios e do Passivo da Águas do Algarve, S.A. é a que consta dos quadros que se seguem:

(Unidade: euros)

	S. Inicial	Aumentos	Transferências	S. Final
Capital Social	29.825.000,00	0,00	0,00	29.825.000,00
Reservas Legais	482.414,59	0,00	102.768,80	585.183,39
Reservas Livres	1.332,68	0,00	577.840,61	579.173,29
Resultados Transitados	6.625.905,81	-6.625.905,81	0,00	0,00
Resultados do Exercício	2.055.376,08	-2.055.376,08	3.558.508,33	3.558.508,33
<b>Total</b>	<b>38.990.029,16</b>	<b>-8.681.281,89</b>	<b>4.239.117,74</b>	<b>34.547.865,01</b>

Capitais Próprios

(Unidade: euros)

Passivo	2009	2008	Variação	%
Dívidas a terceiros M/L/P	159.674.906	146.437.152	13.237.753	9%
Dívidas a terceiros curto prazo	99.497.164	60.224.772	39.272.392	65%
Acrescimos e diferimentos	187.203.033	190.217.507	-3.014.475	-2%
<b>Total Passivo</b>	<b>446.375.102</b>	<b>396.879.431</b>	<b>49.495.671</b>	<b>12%</b>
<b>Total Passivo + Capital Próprio</b>	<b>480.922.967</b>	<b>435.869.461</b>	<b>45.053.506</b>	<b>10%</b>

Passivo

## Indicadores Financeiros mais Relevantes

No quadro seguinte apresentam-se, com referência aos dois últimos exercícios, alguns indicadores económico-financeiros considerados mais relevantes.

Indicadores Financeiros	2009	2008
<b>De Situação Financeira</b>		
Solvabilidade Total (Activo / Passivo)	1,08	1,10
Autonomia Financeira (Capitais Próprios / Activo - %)	41,49%	54,76%
Estrutura Financeira (Passivo Financeiro / Capitais Próprios - %)	750,18%	530,04%
Grau de Endividamento (Passivo Total / Capitais Próprios - %)	1.292,05%	1.017,90%
Liquidez Geral (Capitais Circulantes / Passivo c.p. - %)	18,95%	21,19%
Cobertura do Imobilizado (Capitais Permanentes / Activo Fixo - %)	45,53%	48,44%
Cobertura do Investimento (EBITDA / Investimento Corpóreo - %)		
Cobertura dos Encargos Financeiros (EBITDA / Encargos Financeiros - %)	316,49%	275,30%
<b>De Rendibilidade</b>		
Rendibilidade dos Capitais Próprios (Resultados Líquidos / Capitais Próprios - %)	10,30%	5,27%
Rendibilidade Económica (Resultados Operacionais / Activo Total - %)	1,93%	1,79%
<b>Outros Indicadores</b>		
VAB per Capita (VAB / n.º médio de trabalhadores) - Euros	194.507,40	180.606,17
VAB (Euros)	35.011.331,30	32.689.717,42
EBITDA (Res. Antes de Impostos + Amort. + Provisões + Reint. + Juros)	27.343.755,91	25.044.728,77

Dado o importante peso que os capitais alheios têm na estrutura de financiamento da Empresa, os rácios de situação financeira, na sua generalidade, sofreram uma deterioração. No entanto, ao nível operacional e através de uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis, os resultados de rendibilidade e de produção são muito mais favoráveis, permitindo consolidar o desempenho da Águas do Algarve, S.A. e libertar capacidade de auto-financiamento para a realização de investimentos.

O "Cash Flow" Operacional (EBITDA) gerado, no valor de 27.3 milhões de euros (representando um acréscimo de 9,0 %, face a 2008) ainda não é suficiente para cobrir a totalidade de necessidades de investimento, razão pela qual se verifica alguma diminuição dos rácios de liquidez, autonomia e solvabilidade.

Não obstante esta diminuição, os valores apresentados estão perfeitamente enquadrados na actividade da empresa e reflectem a fase de investimentos onde, ainda, nos encontramos.

De salientar o melhoramento dos rácios de rendibilidade dos capitais próprios, da rendibilidade económica e a maior produtividade dos recursos humanos em termos de criação de valor.

## 7. Actividade

### 7.1 Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve

#### 7.1.1 Construção de Infra-Estruturas

Durante o ano de 2009 foi efectuado um investimento de cerca de 27 milhões de euros.

Neste ano ficaram praticamente concluídos os investimentos previstos, transitando para 2010 apenas a conclusão da construção da barragem de Odelouca.

Face ao problema, cada vez mais agudo, de períodos de seca prolongada, justificou-se inteiramente dotar o Barlavento Algarvio de um sistema de aproveitamento hidráulico das águas superficiais, capaz de dar resposta às carências sentidas ao nível do abastecimento público.

A decisão de atribuir ao abastecimento público uma clara prioridade na utilização dos recursos hídricos mobilizados pelos novos aproveitamentos hidráulicos que garantirão igualmente a satisfação dos consumos previstos a médio - longo prazo, é inteiramente justificada.



A barragem de Odelouca, integrada no aproveitamento hidráulico Odelouca-Funcho, constitui a peça principal no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve (SMAAA) cujo objectivo é a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público aos 16 municípios da Região do Algarve (Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António).

No âmbito do abastecimento deu-se continuidade aos Estudos/Projectos/Empreitadas, de modo a que o nosso Sistema cubra a totalidade da nossa região, tendo-se iniciado os Estudos de Abastecimento à zona de Lagoa, e os Estudos do Programa Ambiental de Odelouca.

## 7.1.2 Projectos

### Projectos Executados

1. Conduta de Bemparece –Fase2
2. Novas ligações ao Sistema Multimunicipal: Concelho de Aljezur: Execução do Novo PE do Castelo em Aljezur
3. Projecto Odelouca – Corte e Remoção do Coberto Vegetal da Área a Inundar pela Albufeira da Barragem de Odelouca;
4. Projecto Odelouca – Nova Ponte da Sapeira;
5. Projecto Odelouca – Restabelecimento dos Caminhos afectados pela Albufeira da Barragem de Odelouca;
6. Projecto Odelouca – Compensação com Sobreiros e Azinheiras nas Herdades das Taipinhas e Santinhas;
7. Micro-hídrica do Ponto de Entrega de Chão-das-Donas, Portimão;
8. Remoção das infra-estruturas e equipamentos do sistema de captação e elevação da enseadeira de odelouca;
9. Mini-hídrica da ETA de Alcantarilha, Silves;
10. Reforço da Adução ao Concelho de Tavira - Ponto de Entrega de Santa Catarina da Fonte do Bispo;
11. Abastecimento de Água a Cachopo e Possíveis Povoações Limitrofes;

### Projectos em Elaboração

1. Reforço da Adução ao Concelho de Olhão Pontos de Entrega da Fuseta e Pechão;
2. Projecto de Execução de Medidas Correctivas contra a Intrusão Salina no Sítio das Fontes de Estombar;
3. Novo Ponto de Entrega em Castro Marim - Cerro do Enho;
4. Obras de Melhorias nos Parques de Lamas das ETA s de Tavira e Alcantarilha;
5. Novo Reservatório do Barlavento;
6. Reforço da Adução ao Concelho de Loulé-Fase 1, Fase2 e Fase 3
7. Obras Complementares às Novas Infraestruturas adquiridas à FAGAR;
8. Reabilitação / Substituição das condutas adutoras a Vila do Bispo e Sagres;
9. Nova conduta DN 500 (Penina);
10. Novas Ligações ao concelho de Lagoa: Zona Ocidental (Ferragudo);
11. Instalação de Caudalímetros no Sistema de Adução do Sotavento;
12. Projecto Odelouca - Gestão Florestal da Herdade da Parra;
13. Projecto Odelouca - Recuperação dos Arranjos Exteriores e Recuperação Paisagística de Zonas Envolventes à Barragem de Odelouca;
14. Projecto Odelouca – Recuperação e Restauro de Galerias Ripículas;

### Projectos por Lançar/Contratar

1. Projecto Odelouca - Centro de Ecologia da Águas do Algarve;
2. Projecto Odelouca – Construção de Habitat para o Coelho Bravo – Abrigos artificiais, Plantações e Sementeiras;

## 7.1.3 - Empreitadas

### Empreitadas em Fase Concurso

1. Conduta de Bemparece – Fase2
2. Projecto Odelouca - Adaptação e Protecção da Linha Férrea, da Ponte Ferroviária e da Ponte Rodoviária interferidas pela albufeira da barragem de Odelouca, Construção da Ponte da Sapeira e do Acesso entre o coroamento da barragem de Odelouca e a tomada de água do túnel Odelouca-Funcho;

### Empreitadas Contratadas

1. Projecto Odelouca – Corte e Remoção do Coberto Vegetal da Área a Inundar pela Albufeira da Barragem de Odelouca;
2. Conduta de Bemparece – Fase I

## Empreitadas em curso

1. Reforço da Adução aos Municípios de Loulé e Tavira. - Ligação ao Reservatório de Almancil
2. Novo Reservatório de Monchique - Reservatório das Francesas;
3. Projecto Odelouca - Conclusão da Construção da Barragem de Odelouca;
4. Projecto Odelouca – Corte e Remoção do Coberto Vegetal da Área a Inundar pela Albufeira da Barragem de Odelouca;

## Empreitadas concluídas

1. Concepção/Construção do Abastecimento de Água e Saneamento às Ilhas da Culatra e Armona em “Alta” – Componente de Abastecimento de Água;
2. Concepção e Execução de Armazém Pré-Fabricado na ETA de Tavira e Concepção e Execução da Passagem Superior para Peões na ETA das Fontainhas;
3. Minimização de Riscos de Queda em Altura;
4. Reforço da Adução aos Municípios de Loulé e Tavira. Ligação ao Reservatório de Vila Sol, ligação ao Reservatório de Vale Formoso e ligação ao Reservatório de Cruz do Areal;
5. Condução de Bemparece - Fase I
6. Reestruturação do Sistema de Automação da Estação Elevatória de Água Bruta EE3 – Santo Estêvão;
7. Condução Adutora a partir do Reservatório de Quelfes;
8. Ligação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve à Vila de Alcoutim;
9. Reforço de Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio a partir de Captações do Aquífero Querença - Silves - Equipamento e Sistema de Telegestão dos Furos;
10. Integração no Sistema Multimunicipal dos Furos de Almádena FD3, LF1 I e JK8;
11. Projecto Odelouca - Centro Nacional de Reprodução em Cativo do Lince Ibérico;

## 7.1.4 Gestão e Exploração dos Sistemas

### Tratamento e Produção de Água

O ano 2009 caracterizou-se pela consolidação da exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), em relação ao volume de água fornecida e à evolução de novas instalações em serviço.

Durante o ano 2009 foram colocadas em serviço as novas captações de Benaciate e a captação municipal JK8 de Lagos, execuções decorrentes do Plano de Acção para a Seca, tendo em vista assegurar o abastecimento público no Algarve no curto prazo. Em 2009, também foi captada água a partir dos furos do Perímetro de Rega do Vale da Vila, para garantia do abastecimento público do Barlavento.

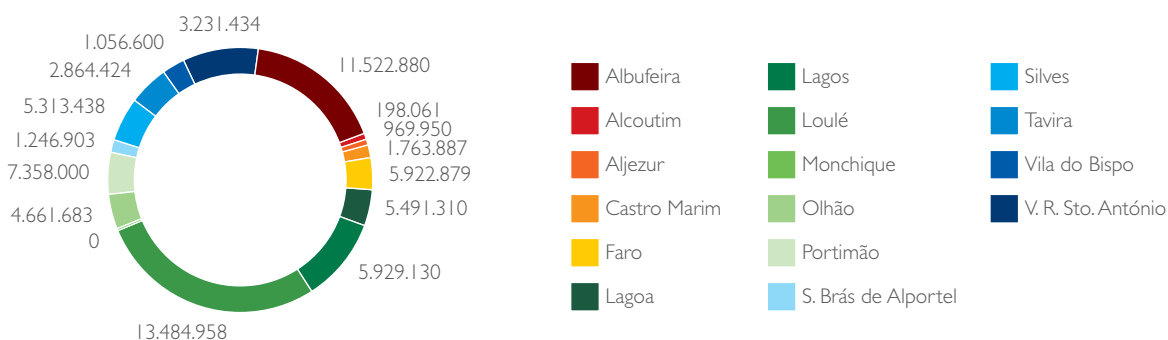
Em 2009 realizou-se a transferência de caudais de água tratada através da Interligação Barlavento - Sotavento, com recurso às duas Estações Elevatórias Reversíveis, com um volume total transferido no sentido Sotavento – Barlavento de 8 723 433 m<sup>3</sup> de água, o que representa um decréscimo de 4,1% de água transferida em relação ao ano anterior.

Iniciou-se o fornecimento de água ao ponto de entrega de Corte das Donas do Município de Alcoutim, ao ponto de entrega de Cruz do Areal do Município de Tavira, Vila Sol ao Município de Loulé (Inframoura, EM), Ilha da Armona ao Município de Olhão e Ilha da Culatra ao Município de Faro.

O fornecimento total de água facturada aos Clientes em 2009 foi de 71 015 537 m<sup>3</sup>, representando um caudal médio diário de água fornecida de cerca de 194 592 m<sup>3</sup> /dia, sendo superior em 3,9 % em relação ao ano de 2008 e superando em 17 % a soma dos volumes anuais mínimos previstos no Contrato de Concessão para o ano 2009.

No gráfico seguinte apresentam-se os volumes totais fornecidos em 2009, por município.

No ano 2009, a ineficiência de utilização dos recursos hídricos no SMAAA, foi de 2,36 % e, foi superior ao ano anterior:



Volumes totais fornecidos em 2009, por município.

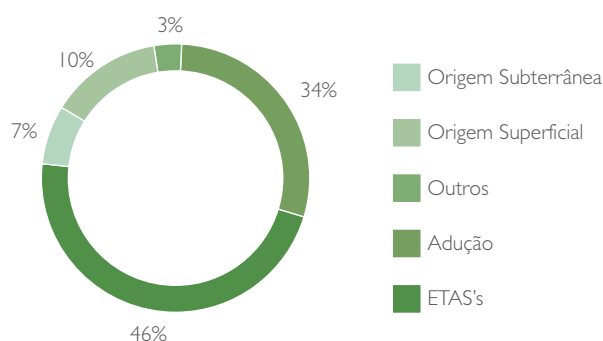
A utilização das ETA do SMAAA em 2009, atingiu 64,43 % no mês de Agosto, representando uma evolução de 2,73 %, em relação ao ano de 2008, tendo-se tratado um volume total de 71 229 058 m<sup>3</sup> de água no ano de 2009, representando um aumento de água tratada de 2,79% em relação ao ano de 2008.

A qualidade da água tratada e fornecida aos Clientes servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve no ano 2009, pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 100 %, não se tendo verificado no PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água aprovado pela ERSAR, qualquer incumprimento de acordo com os valores paramétricos (VP) estabelecidos no Decreto - Lei nº 306/07 de 27 de Agosto.

Nas ETA do SMAAA, foram produzidas 5568,80 toneladas de lamas desidratadas e enviadas no total de 51 34,40 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé.

### Controlo da Água para Consumo Humano:

O controlo da qualidade da água de consumo humano é efectuado de modo a cumprir a legislação nacional, aplicável aos diversos tipos de águas, as orientações da Organização Mundial de Saúde e, desde 2007, as especificações da Certificação em Segurança Alimentar (ISO 22000) e Certificação do Produto "Água para Consumo Humano na variante Sistemas de Abastecimento Público em Alta", pelo referencial ERP 5001 (APCER). Deste modo, para além do programa de análises para cumprimento da legislação, estão também estabelecidos planos operacionais de análises que garantem a qualidade da água produzida pela Águas do Algarve, S.A. Globalmente, são amostrados cerca de 260 pontos de colheitas de água, no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, cuja distribuição se apresenta na figura seguinte



Distribuição dos Pontos de Colheita de amostras no SMAAA

A monitorização dos diversos tipos de águas, incluídos nos Planos de Análise levou a que fossem analisadas no Laboratório cerca de 19 000 amostras, ao longo do ano de 2009, correspondendo a uma média de 72 amostras por dia.

As análises de rotina realizaram-se de acordo com os Planos de Controlo de Qualidade da Água estabelecidos pela Direcção de Operações – Água. De forma a dar cumprimento aos diversos Planos, o laboratório efectuou, durante o ano 2009, cerca de 135 000 determinações analíticas de físico-química, microbiologia e biologia.

Actualmente o Laboratório tem implementado um total de 170 parâmetros, para controlo de qualidade da água, conforme apresentado no Quadro seguinte.

Área	Ensaio Implementados
Físico-química	131
Microbiologia	22
Biologia	17
<b>Total</b>	<b>170</b>

Número total de parâmetros implementados no Laboratório da AdA relativos a parâmetros indicadores da qualidade da água.

## Acreditação do Laboratório - Norma NP EN ISO / IEC 17025

Durante o ano de 2009 foram acreditados, no Laboratório da Aguas do Algarve, 12 novos parâmetros, pelas Técnicas Fluxo Contínuo Segmentado e ICP (âmbito flexível).

Desta forma, o Laboratório alargou o âmbito da sua acreditação relativamente a parâmetros da qualidade da água, encontrando-se actualmente acreditado para 117 ensaios analíticos e 4 ensaios de amostragem, físico-químicos e microbiológicos, em ambas as Unidades Laboratoriais, perfazendo, actualmente, um total de 121 ensaios acreditados, conforme apresentado na figura seguinte.



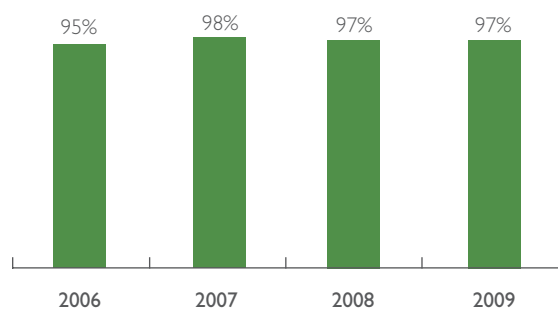
Evolução do número total de ensaios acreditados no Laboratório da AdA

## Controlo de Qualidade Externo do Laboratório

O Laboratório da AdA participa anualmente em Ensaio de Inter-comparação Laboratoriais (EIL), os quais são considerados como a principal ferramenta de Controlo de Qualidade externo dos Laboratórios acreditados. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da Norma de Acreditação, os resultados dos ensaios permitem também validar as metodologias de análises, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados.

Os EIL são efectuados numa amostra com concentrações desconhecidas, preparada por uma entidade internacional Certificada, e distribuída, em simultâneo, a todos os Laboratórios participantes a nível mundial.

O desempenho global do Laboratório da AdA, obtido nas participações ao longo dos anos tem sido excelente, reflectindo o grande empenho, rigor e profissionalismo dos seus colaboradores. Embora o número de participações nestes ensaios tenha vindo a aumentar, devido à implementação de novos métodos de análise, o nível de desempenho do Laboratório tem-se mantido num valor médio de 97%, calculado com base no número de resultados satisfatórios comparado com número total de participações, conforme evidenciado na figura seguinte.



Resultados de participações em Ensaio de Inter-comparação Laboratorial (2006-2009)

## Produção e destino final de Lamas

Nas ETA do SMAAA, foram produzidas 5568,80 toneladas de lamas desidratadas e enviadas no total de 5134,40 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé.



## 7.1.5 Serviço Geral de Manutenção

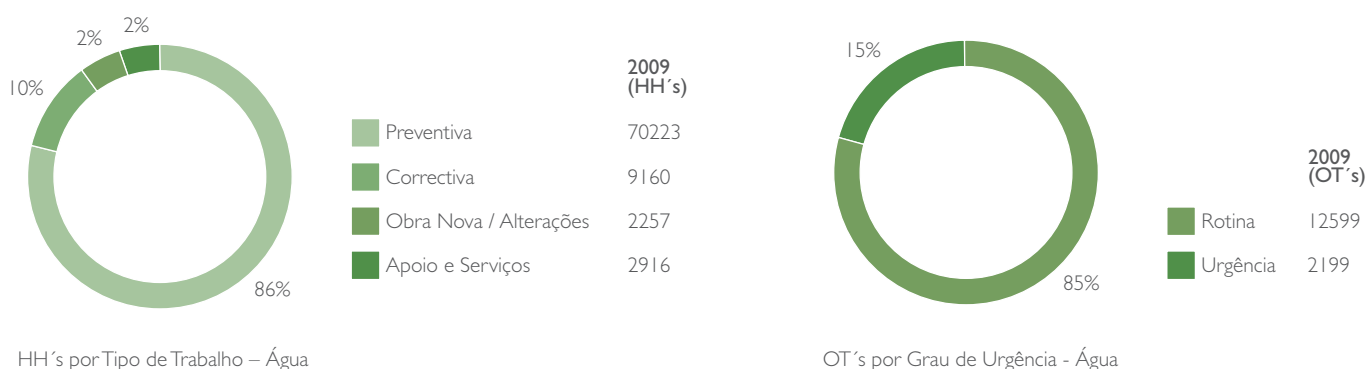
Na área de negócio – Água, no ano de 2009 o Serviço de Manutenção Geral deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objectivos superiormente traçados para este Serviço, de acordo com a Legislação em vigor e com as Normas Internas da Empresa, de modo a consolidar as Certificações em Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social e HACCP no Âmbito de Construção, Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve e Certificação do Produto Água para Consumo Humano em Alta.

Todos os trabalhos de manutenção são realizados em “Outsourcing” de “Fornecimento de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”, estando em vigor desde 1 de Janeiro de 2008 um Contrato com o ACE de Manutenção formado pelas empresas ENGIGÁS /NEOPUL /IRMÃOS CAVACO.

No ano de 2009, realizaram-se 14.300 intervenções abrangendo 4 ETA's, 33 Estações Elevatórias, 70 Pontos de Entrega, 15 Furos de Captação e 421Km de adutores, com um total de 12.433 equipamentos.

De salientar o esforço efectuado no sentido de manter toda a instrumentação analítica em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos do Sistema de HACCP e da Certificação do Produto, com a implementação em 2009 de nova ferramenta no Software de Gestão da Manutenção – MAC – para gestão das Calibrações, permitindo o registo e a verificação de conformidade em campo, com recurso a PDA.

Nos gráficos abaixo, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de OT's por grau de urgência.

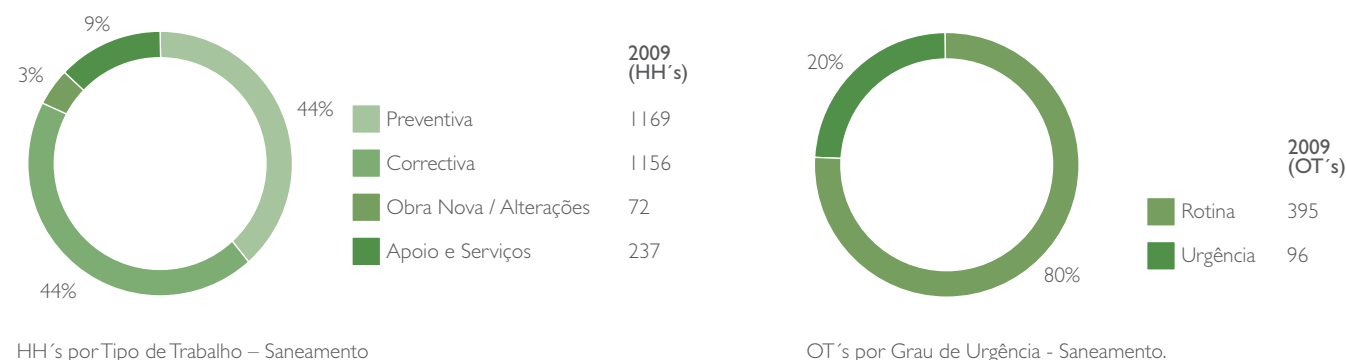


HH's por Tipo de Trabalho – Água

OT's por Grau de Urgência - Água

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, o Departamento de Manutenção, tem por missão apoiar a Direcção de Operações Saneamento na exploração das infra-estruturas, nomeadamente prestando assessoria técnica na manutenção das instalações já em funcionamento e na apreciação de projectos, acompanhamento e recepção das novas infra-estruturas construídas pela Águas do Algarve, S.A. Bem como a fiscalização directa dos trabalhos de manutenção da ETAR de Albufeira Poente, Boavista e Lagoa, incluindo as Estações Elevatórias 1 e 2, tendo-se realizado 491 intervenções num total de 557 equipamentos instalados.

Nos gráficos abaixo, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de OT's por grau de urgência.



HH's por Tipo de Trabalho – Saneamento

OT's por Grau de Urgência - Saneamento.

## 7.1.6 Gestão de Energia

### Energia Solar Fotovoltáica

Foram instaladas Sistemas Solares Fotovoltáicos, encontrando-se 55 ligados à Rede Eléctrica de Serviço Público e os restantes em fase de ligação. Estes Sistemas foram enquadrados como unidades de micro produção ao abrigo do DL 363/2007 de 2 de Novembro, com uma potência total instalada na ordem dos 202.4 kW, ou seja, 3.68 kW por unidade, produzindo anualmente cerca de 310.3 MWh.

Desta forma esta medida irá ainda contribuir para a redução da emissão de tCO<sub>2</sub> para a atmosfera, através de um investimento na ordem de 1M€ sendo expectável o seu retorno em cerca de 5 (cinco) anos.

### Energia Eólica

Numa colaboração entre a Águas do Algarve, S.A., o CEEETA e o INEGI, continua a ser medido o potencial eólico em terrenos de propriedade da Águas do Algarve, S.A. em Giões, Concelho de Alcoutim.

## 7.1.7 Barragem de Odelouca



A Barragem de Odelouca e o Túnel Odelouca - Funcho integram o conjunto de obras de Aproveitamento Hidráulico Odelouca - Funcho, cujo objectivo é o fornecimento de água em quantidade e qualidade para o abastecimento público aos 16 Municípios da região do Algarve.

A Barragem de Odelouca torna-se assim, na obra principal do Sistema Primário (captação e transporte de água bruta) do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, cuja inexistência tem condicionado o funcionamento em pleno do SMAAA, devido à baixa disponibilidade de recursos hídricos no Barlavento Algarvio.

Em 14/07/2006 por Despacho do Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e por Protocolo entre

a Águas do Algarve, SA (AdA) e o INAG, determinou-se que a conclusão da construção da Barragem de Odelouca, e respectiva Componente Ambiental, ficariam sob a responsabilidade da Águas do Algarve, SA. e passando a integrar as infra-estruturas afectas à Concessão do Sistema Multimunicipal do Abastecimento de Água do Algarve.



O ano de 2009 foi um ano fundamental na concretização de objectivos, nomeadamente na conclusão do aterro do corpo da barragem e no fecho da comporta de montante da descarga de fundo. Foram ainda concluídos os trabalhos relativos à galeria de drenagem e à galeria de injeção e respectiva cortina de impermeabilização da fundação da barragem.

As restantes infra-estruturas hidráulicas associadas, nomeadamente o descarregador de cheias e a câmara de jusante da tomada de água, encontram-se igualmente em avançada fase de execução, prevendo-se a sua conclusão em 2010, assim como pontes e acessos.

### Componente Ambiental do Projecto

No que respeita à componente ambiental o ano 2009 foi ainda marcado pela conclusão da construção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico (CNRLI), inaugurado em 22 de Maio, e que iniciou a sua exploração em Outubro de 2009 com a recepção dos primeiros exemplares de Lince Ibérico.

O CNRLI visa contribuir para garantir a sobrevivência da espécie, através do aumento da população em cativeiro, e promover acções de reintrodução da espécie no território português, objectivo último do programa ibérico de reprodução em cativeiro.

Em termos ambientais este ano foi um ano crucial para a preparação de projectos do Programa Ambiental de Odelouca cuja implementação decorrerá a partir do ano 2010.

As diversas empreitadas associadas ao Empreendimento de Odelouca estão sujeitas à supervisão da CABO - Comissão de Acompanhamento da Barragem de Odelouca, que reúne mensalmente, e realiza vistorias periódicas às obras.

### Investimento

Até ao final do ano 2009, o Projecto Odelouca realizou um investimento de cerca de 47,5 M€ dos 76,3 milhões (a preços de 2005) previstos no EVEF.

No que respeita à Componente Ambiental, importa referir que dos 6,5 M€ já investidos, cerca de 6,1 M€ estão associados ao CNRLI, pelo que na globalidade, e devido ao apoio financeiro do POA, representam para a AdA um encargo apenas na ordem dos € 2,3M€.

A AdA tem presentemente duas candidaturas aprovadas no âmbito da Componente Ambiental de Odelouca, uma destinada à recuperação das Galerias Ribeirinhas (Ricovert), no montante de € 200.000,00, a outra, Iberlinx, no montante de € 220.000,00, destinada à Recuperação do Habitat para o Lince Ibérico.



Centro de Reprodução do Lince

## 7.2 Sistema Multimunicipal de saneamento do Algarve

### 7.2.1 Introdução

Durante o ano de 2009 foi efectuado um investimento global de cerca de 23 milhões de euros para implementação do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, no que se refere à execução de novas obras, reabilitações/ampliações e aquisição de infra-estruturas de saneamento “em alta” aos municípios aderentes ao Sistema.

No ano em causa foi dada continuidade ao passado no ano anterior; isto é a construção de novas componentes do Sistema, bem como a reabilitação de outras em que o seu estado, aquando da integração, assim o exigia.

### 7.2.2 Projectos

#### Projectos Executados

1. Nova ETAR da Companheira;
2. Alteração/Beneficiação do Processo de Tratamento da ETAR de S.Bartolomeu de Messines;
3. Sistema de Tratamento de Parragil;
4. Sistema Interceptor de Vale da Telha/ Monte Clérigo/ Espartal / Arrifana;
5. Projecto de Execução da Conduta Elevatória Final de Lagos;
6. Ligação de Monchique ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve;
7. Instalação de caudalímetro nos Subsistemas de Saneamento de Faro Noroeste e Faro Nascente;
8. Ligação do Azinhal à ETAR de Almada D'Ouro;
9. Sistema de Telegestão do Saneamento do Algarve;
10. Ampliação do Edifício de Exploração na ETAR de Vilamoura;
11. Projecto de Execução para a construção da ETAR de Almada D'Ouro;

#### Projectos em Elaboração

1. Ligação de Porto de Lagos à ETAR da Companheira;
2. Ligação da ETAR da Mexilhoeira da Carregação à ETAR da Companheira.
3. Projecto Base para a Reabilitação da ETAR de Vale de Lobo;
4. Projecto Base para a Remodelação da ETAR da Quinta do Lago;
5. Projecto Base para a Remodelação da ETAR de Lagos;
6. Ligação à ETAR de Vilamoura e EE de Pinhal do Concelho;
7. Projectos de Execução para a Reabilitação dos Sistemas Elevatórios e Interceptores nos Concelhos de Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, Faro e Olhão – Estações Elevatórias;
8. ETAR de Montes do Rio;
9. Remodelação e Ampliação do Sistema Interceptor e Elevatório de Boliqueime;
10. Alteração do Sistema de Desinfecção nas ETAR's de Querença, Benafim e Ameixial;
11. Remodelação da ETAR de Loulé;
12. Sistema Intermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Faro e Olhão;
13. Estudo Preliminar das novas soluções de tratamento para os Municípios de Vila do Bispo e Lagos;
14. Execução das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves e Ligação da Freguesia do Algoz ao Sistema de Águas Residuais de Albufeira;
15. Concepção e Construção da Conduta Elevatória CE3 por PHD;
16. Execução das Estações Elevatórias EE3 (Galé) e EE6 do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves.

#### Projectos por lançar

1. Concepção e Construção do Emissário Final da ETAR Poente de Albufeira;
2. Sistema de Intercepção e Tratamento de Vila do Bispo e Sagres;
3. Intervenções na ETAR de Silves;
4. Remodelação da EE de Altura;



## 7.2.3 Aquisição de Infra-Estruturas

Processos Concluídos – Municípios de Albufeira (1ª Fase), Alcoutim, Aljezur, Lagoa (1ª Fase), Lagos, Loulé, Monchique (1ª Fase), Olhão, Silves (1ª Fase), Tavira (Cachopo), Vila do Bispo, Portimão e Faro.

Processos em Curso – Municípios de Castro Marim, Tavira (excepto Cachopo) e Vila Real de Santo António.

Processos a lançar – Municípios de Albufeira (2ª Fase), Lagoa (2ª Fase), Monchique (2ª Fase), Silves (2ª Fase).

## 7.2.4 Empreitadas

### Empreitadas em Fase de Concurso

1. Construção das ETAR de Barradas, Santa Justa e Odeleite e Sistema Elevatório de Odeleite;
2. Construção do Sistema de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Parragil e Remodelação da ETAR de São Bartolomeu de Messines;
3. Construção da Estação Elevatória de Águas Residuais de Olhos de Água Norte;
4. Obra de Entrada da EE7 – Almargem;
5. EE do Hotel Vila Galé Albacora e Obra de Entrada da EE7 de Tavira;
6. Conclusão da Empreitada de Ligação de Monchique aos Sistemas Multimunicipais;
7. Concepção-Construção da EE EE4 (Final) do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves;

### Empreitadas em Curso

1. ETAR de Vila Real de Santo António - 1ª Fase;
2. ETAR de Vila Real de Santo António - 2ª Fase;
3. Sistema Interceptor de Castro Marim;
4. Sistema de Tratamento de Salir;
5. Concepção-Construção da EE EE4 (Final) do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves;
6. Construção das ETAR de Santa Justa, Barrada e Odeleite e Sistema Elevatório de Odeleite;
7. Concepção/Construção da ETAR de Vale da Telha e Sistema Interceptor de Arrifana/Vale da Telha;
8. EE do Hotel Vila Galé Albacora e Obra de Entrada da EE7 de Tavira;
9. Sistema de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Alte;
10. Sistema de Tratamento da Boavista – Subsistema de Vale da Lapa e Obras Complementares;
11. Construção do Sistema Interceptor de Águas Residuais do Município de S.Brás de Alportel- Emissários de Alportel e do Sanatório e Extensão do Sistema Interceptor e Elevatório de Quelfes- Ligação do Cerro Azul ao Sistema Nascente de Olhão;
12. Instalação de caudalímetro nos Subsistemas de Saneamento de Faro Noroeste e Faro Nascente;



## Empreitadas Concluídas

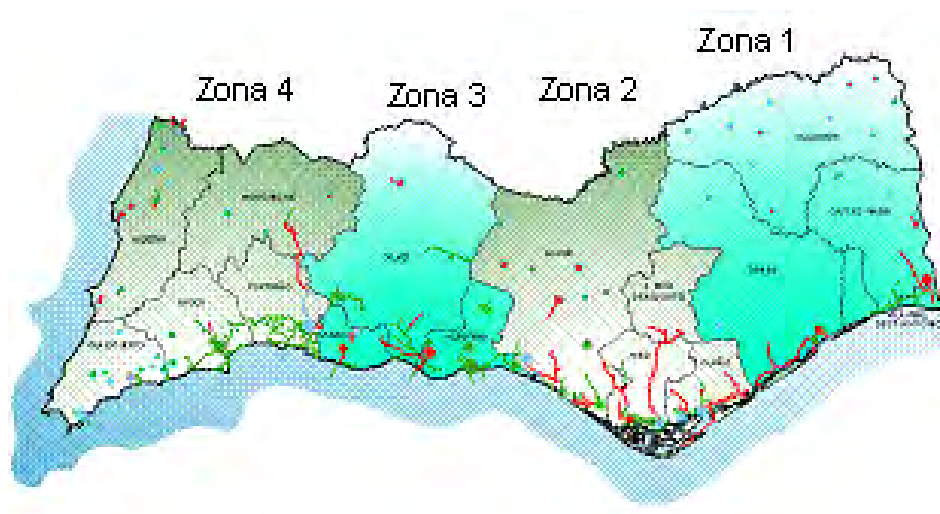
1. Conclusão do Sistema Interceptor e Elevatório de Quarteira e Vilamoura;
2. Sistema Interceptor de Vale de Lobo e Melhoramentos nos Recintos das ETAR da Quinta do Lago e Vale de Lobo;
3. Intercepção e Tratamento de Águas Residuais nos Concelhos de Alcoutim, Aljezur e Vila do Bispo;
4. Sistema Intermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves - ETAR Poente de Albufeira, Interceptores e Conduções Elevatórias;
5. Concepção/Construção do Abastecimento de Água e Saneamento às Ilhas da Culatra e Armona em "Alta";
6. Remodelação e Ampliação da ETAR de Faro Noroeste.



Sistema Intermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves- ETAR Poente de Albufeira

## 7.2.5 Exploração

Em termos operacionais, a exploração do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA) ainda foi operada em quatro Zonas, correspondendo a Zona 1 aos Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António, a Zona 2 aos Municípios de Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel, a Zona 3 aos Municípios de Albufeira, Lagoa e Silves, e a Zona 4 aos Municípios de Aljezur, Lagos, Monchique, Portimão e Vila do Bispo.



Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve.

## Principais características das instalações

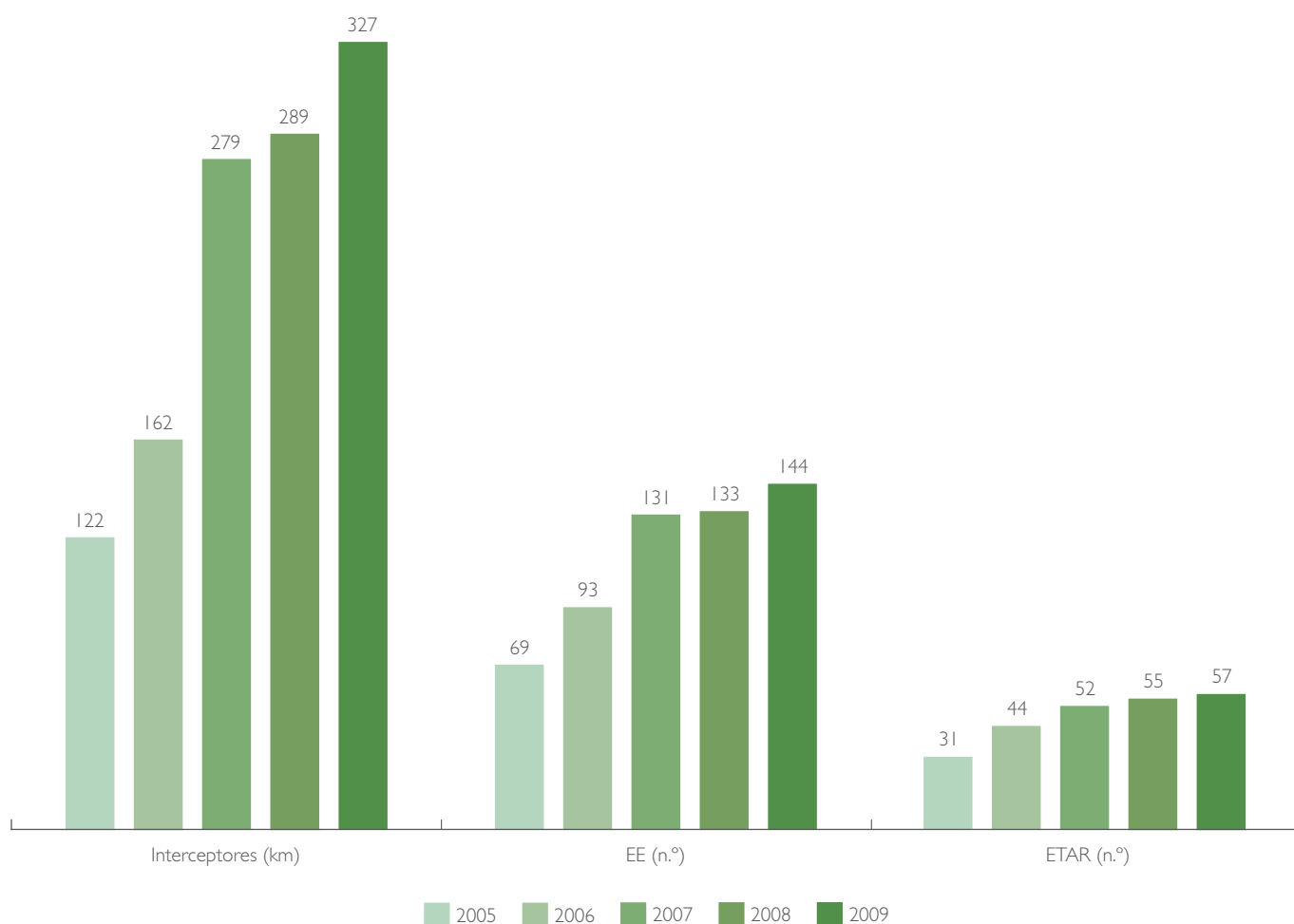
No Quadro seguinte, apresentam-se, resumidamente, as infra-estruturas em exploração por Zona, no que respeita à extensão de interceptores, número de estações elevatórias (EE) e de estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

Zona	Interceptores (km)	Estações elevatórias	ETAR
1	49,984	20	12
2	136,704	35	12
3	37,842	27	10
4	102,402	62	23
<b>Total</b>	<b>326,933</b>	<b>144</b>	<b>57</b>

Extensão dos interceptores, número de EE e de ETAR em exploração pela Águas do Algarve, S.A.

No gráfico seguinte evidencia-se a evolução das infra-estruturas exploradas no SMSA, em extensão e número, desde 2005 até final de 2009.

### Infra-estruturas



Infra-estruturas do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, no período compreendido entre 2005 e 2009.

Relativamente a 2008, verifica-se em 2009 um acréscimo de 13% na extensão de interceptores explorados, 8% no número de EE e 4% no número de ETARs.

No Quadro seguinte, são apresentados, de forma sucinta, os subsistemas em exploração em 2009

Zona	Infra-estrutura	Ano de construção/ remodelação-ampliação	Capacidade (hab. eq.)	Tratamento exigido	
				Tipo	Nível
1	Alcoutim	1998 / 2008	800	LA	S
1	Balurcos	2004	400	LA	S
1	Cortes Pereiras	2004	200	LA	S
1	Martinlongo	1986 / 2007	800	LPI	S
1	Pereiro	1988 / 2007	300	LPI	S
1	Pessegueiro	2002	300	LA	S
1	Sta Marta	2005	200	LA	S
1	Giões	2008	250	LPI	S
1	Vaqueiros	2008	250	LPI	S
1	Cachopo	2002 / 2005	500	LPI	S
1	Almargem	2007	48.200	LA	S+D
1	Vila Real de Santo António <sup>2</sup>	2009	116.500	LAr	S+D
2	Olhão Nascente	1997 / 2006	32.200	LA+UV	S+D
2	Olhão Poente	1992 / 2008	45.100	LE	S+D
2	Vilamoura / Quarteira	1994 / 2005	138.200	(LP+LA)+UV	S+D
2	Quinta do Lago Quinta do Lago	1988 / 2005	26.900	LA+BF+UV	T+D
2	Tôr	1994	400	LA	S
2	Loulé	1990 / 1999	25.800	LA+UV	S+D
2	Vale de Lobo	1971 / 1996	8.100	LA+UV	S+D
2	Benafim	2002	1.000	LA	S
2	Querença	2002	1.000	LA	S+D
2	Ameixial	2002	1.000	LA	S
2	Faro Nascente	1998	87.200	LE	S+D
2	Faro Noroeste	1989	12.100	LE	S+D
3	Vale Faro	2001 / 2005	130.000	LA+UV+ES	S+D
3	Ferreiras	1990 / 2001	22.200	LA+UV	S+D
3	Pinhal do Concelho	1984 / 1998	10.000	LA+UV	T+D
3	Guia <sup>3</sup>		6.000	LP	S
3	Pademe	1985 / 2001	2.500	LP+UV	T+D
3	Albufeira Poente	2009	134.000	LA+UV	T+D
3	Silves	1990 / 2003	15.300	LP+UV	S+D
3	S. Bartolomeu de Messines	2003	6.000	LE	S
3	Alporchinhos <sup>4</sup>	2000	10.000		
3	Boavista	2007	33.200	LA	T
3	Lagoa	1992 / 2007	8.200	LP	S
4	Ferragudo <sup>5</sup>	2000	15.000		
4	Lagos	1988 / 2001	138.000	(LP+LA)+UV	S+D
4	Almádena	1985 / 2005	1.300	LE	S+D
4	Barão de S. João	1988	1.000	LE	S+D
4	Companheira	1982	131.333	LE	S+D
4	Sagres	1990	13.000	ES	
4	Burgau / Cardal	1993	10.000	LE	S+D
4	Figueira / Salema	1990 / 2005	4.400	LE+UV	S+D
4	Vila do Bispo	1995	2.800	LE	S+D
4	Barão de S. Miguel	1983	800	LE	S+D
4	Budens	1993	700	LE	S+D
4	Raposeira	1995	700	LE	S+D
4	Vale de Boi	1983	400	FS+TF	S
4	Hortas de Tabual	1981	200	FS+TF	S
4	Pedralva	1991	100	FS+TF	S
4	Aljezur	1993	6.500	LA+UV	S+D
4	Bordeira	2000	300	LPI	S
4	Maria Vinagre	2001	500	LPI	S
4	Odeceixe	1993 / 2006	3.400	LP+UV	S+D
4	Praia de Odeceixe	2000	400	LPI	S
4	Rogil	1992	700	LE	S
4	Carrapateira	2007	500	LPI	S
4	Casaís	2001	200	LA	S
4	Marmelete	2003	1.000	LA+UV	S
4	Alferce	2008	400	LA	S

<sup>1</sup> Legenda: ES - emissário submarino; FS - fossa séptica; LA - lamas activadas; LAr - lagoas arejadas; LE - lagoas de estabilização; LP - leitos percoladores; LPI - leitos de plantas; TF - trincheiras filtrantes; UV - radiação ultravioleta; S - secundário; T - terciário; D - desinfecção.

<sup>2</sup> Em 2009 só se efectuou tratamento preliminar.

<sup>3</sup> Desactivada em Agosto de 2009, com o início de exploração da ETAR de Albufeira Poente.

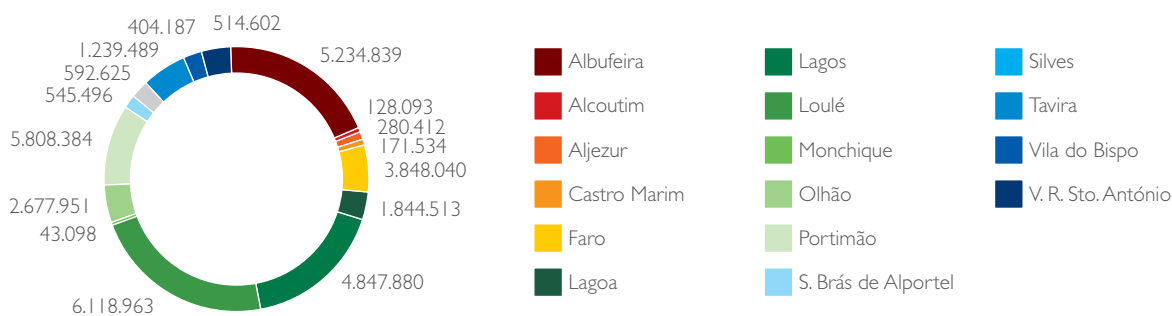
<sup>4</sup> Sistema de interceptação e elevação para a ETAR de Armação de Pera.

<sup>5</sup> Sistema de interceptação e elevação para a ETAR da Companheira.



## Volume facturado

Durante o ano de 2009, foi facturado um volume de água residual de 34.300.106 m<sup>3</sup>, apresentando-se no gráfico o volume facturado por Município (m<sup>3</sup>).



Volume de água residual facturada por Município durante o ano de 2009 (m<sup>3</sup>)

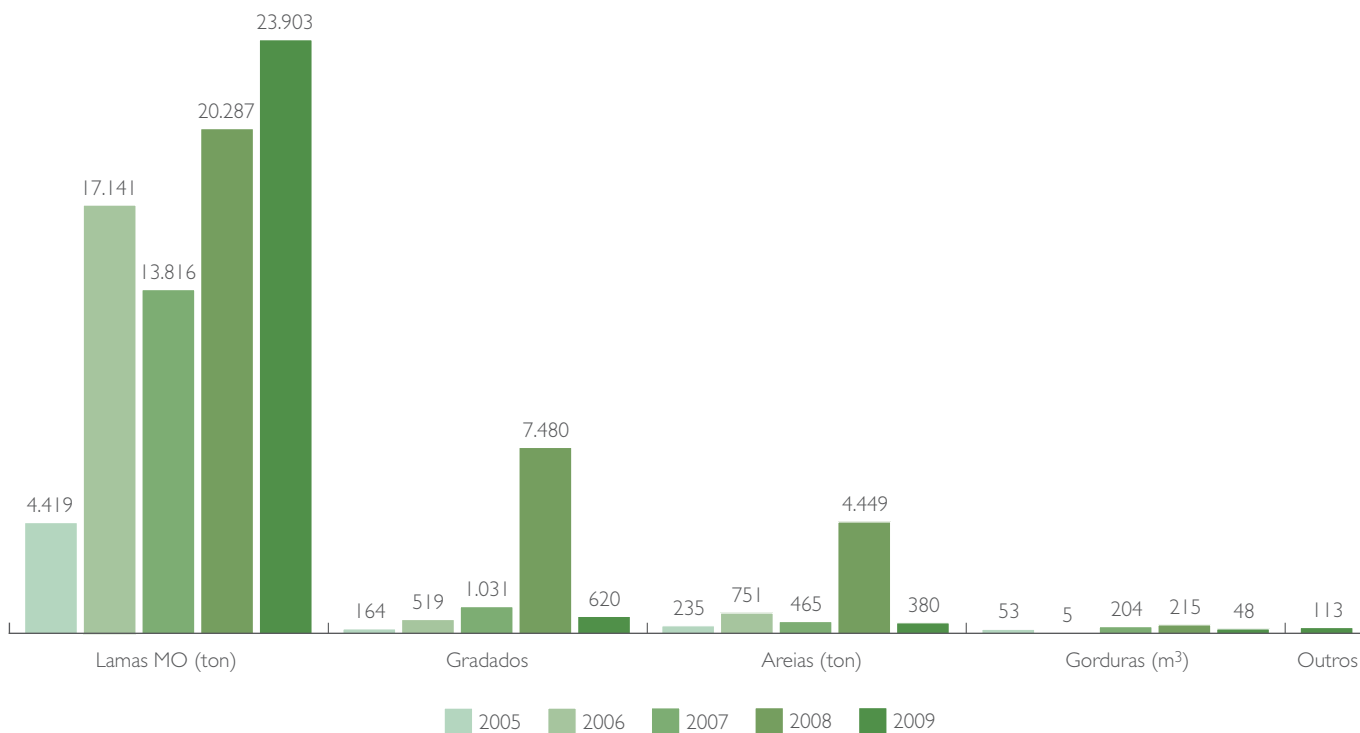
## Produção de resíduos

No Quadro, apresentam-se as quantidades de resíduos produzidos durante o ano de 2009, os quais foram encaminhados a destino final adequado, sendo o seu transporte executado por operadores licenciados. As lamas foram utilizadas para valorização agrícola ou encaminhadas para aterro sanitário, sendo os outros resíduos, também, encaminhados para aterro sanitário.

Produção total em 2009				
Lamas MO (ton)	Gradados (ton)	Areias (ton)	Gorduras (m <sup>3</sup> )	Outros resíduos (ton)
23.903	620	380	48	113
MO - matéria original				

No gráfico seguinte são apresentados os quantitativos anuais por tipo de resíduo especificado.

## Resíduos

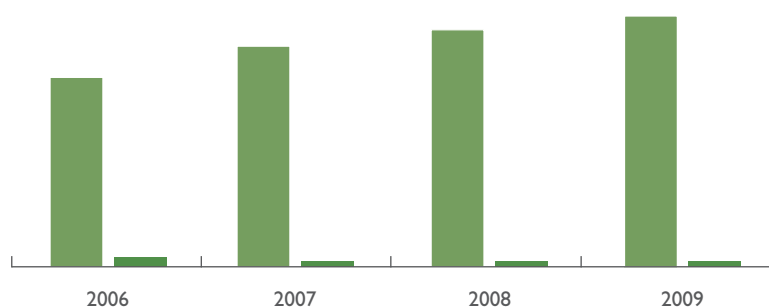


Lamas e outros resíduos produzidos

## 7.2.6 Análises Laboratoriais - Águas Residuais

No âmbito da exploração do Sistema do Saneamento, o Laboratório da AdA assegurou o cumprimento dos programas de amostragem e análise das águas residuais das ETAR, e meios receptores, com o objectivo de garantir a informação necessária para cumprimento das licenças de descarga existentes para cada ETAR.

O número de ETAR sob responsabilidade da AdA tem vindo a aumentar desde 2005, ano em que esta nova área de negócio teve início, como ilustrado na figura



Evolução do número de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) controladas pelo Laboratório da AdA

No ano de 2009, a área de Saneamento do Laboratório da AdA foi responsável pelo controlo da qualidade de 58 estações de tratamento de águas residuais, e respectivos meios receptores, e ainda de 1 emissário submarino, num total de 161 pontos de colheita.

Dado que a Águas do Algarve não possui um Laboratório de águas residuais, os serviços de amostragem e análises foram integralmente subcontratados a entidades externas, tendo no decorrer de 2009, sido efectuadas cerca de 1060 colheitas de águas residuais, e 16.500 determinações analíticas, na área da físico-química e microbiologia.



Evolução do número de análises e colheitas realizadas no Sistema de Saneamento da AdA

## 7.3 Investimento e Financiamento

O esforço de investimento acumulado já efectuado pela empresa até final de 2008 foi de cerca de 454.962.802,32€.

No exercício corrente o total de crescimento do imobilizado corpóreo foi de 57.487.430,76€ com a seguinte decomposição:

Investimentos	Água	Saneamento
Execuções de Obras e Outros	32.833.261,70	24.654.169,06
Aquisição de infra-estruturas	0	0
Aluguer de infra-estruturas	0	0
Incorporação de activos	0	0
<b>Total</b>	<b>32.833.261,70</b>	<b>24.654.169,06</b>

Investimentos em Abastecimento e Saneamento

Para o financiamento das infra-estruturas foi fundamental a comparticipação do Fundo de Coesão da União Europeia.

A comparticipação nacional foi efectuada com recurso ao capital próprio da empresa e a capitais alheios, nomeadamente do Banco Europeu de Investimentos.

A construção da barragem de Odelouca foi retomada após a decisão da Comissão Europeia em arquivar o processo que fez parar os trabalhos iniciados em 2001. O valor de investimento executado em 2008 atingiu o valor de 21.318.102,61€.

Está também previsto e com o objectivo de repor o equilíbrio económico-financeiro da Concessão, o aumento do capital social e prolongamento da concessão até 2037.

### 7.3.1 Comparticipação Comunitária nos Investimentos

O investimento para realização das infra-estruturas no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve e Sistema de Saneamento do Algarve decorre com o co-financiamento do Fundo de Coesão da União Europeia, na sequência de candidaturas apresentadas e aprovadas, cuja situação é a seguinte:

- + Processos FC93/10/16/61/015, FC96/10/61/016 e FC95/10/61/010, já concluídos.
- + Processo FC2000/PT/16/C/PE/006 candidatado ao QCAIII para realização de obras que permitem dotar os sistemas de maior segurança ambiental, adopção de abastecimento alternativo e criação de novos pontos de entrega, com investimento previsto de 32.107.793€, aprovado pela decisão da Comissão Europeia C(2000) 3948 de 29/12/2000 com uma taxa de 50 % de comparticipação comunitária.

Para dar seguimento à implementação do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, a Empresa já apresentou uma candidatura para estudos e projectos, a qual foi aprovada e está em execução e outra para obras, também já devidamente aprovada:

- + Processo FC2002/PT/16/C/PE/004 para um grupo de estudos e projectos com investimento previsto de 2.484.916,00€ aprovado pela decisão da Comissão Europeia C(2002) 1 698 de 03/07/2002 com uma taxa de 85 % de comparticipação comunitária.
- + Em 18 de Dezembro de 2003 foi aprovado pela decisão H 2003/0085 da Comissão Europeia, o projecto 2003/PT/16/C/PE/001 referente á candidatura de Obras do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve com um investimento previsto de 54.088.402,00€ e com uma taxa de comparticipação comunitária de 56 %.
- + Em 20 de Maio de 1997 foi aprovado pela decisão C(97) 1420 da Comissão Europeia, o projecto FC96/10/61/021 referente á candidatura de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais no Concelho de Vila Real de Santo António, com um investimento previsto de 14.617.666,00€ e com uma taxa de comparticipação comunitária de 85%. O Investimento inicial foi da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. A partir de 02/03/2004 a realização do investimento de 4.128.450,00€ passou para a responsabilidade da Águas do Algarve.
- + Em 08 de Março de 2008 foi aprovado por Sua Excelência O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a candidatura seleccionada em Unidade de Gestão n.º 1.1/000671 referente à candidatura de Construção do CNRC do Lince Ibérico, com a data de elegibilidade de 17-05-2007, com um investimento previsto de 5.669.336,00€ e com uma taxa de comparticipação comunitária de 75 %.

## 8. Perspectivas para o futuro

### 8.1 Factores Relevantes para a Actividade

São factores Relevantes para a actividade da empresa:

- + A conclusão do processo de reequilíbrio económico e financeiro e respectivos aditamentos aos Contratos de Concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve e do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, resultante da decisão do Concedente de cometer à Águas do Algarve a responsabilidade pela construção da Barragem de Odelouca, e do aumento do valor de investimento nas infra-estruturas de saneamento;
- + A Prossecução do Plano de Investimentos, com vista à conclusão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve previsto para 2012, e da conclusão da Barragem de Odelouca prevista para 2010;
- + O reforço dos Capitais Próprios, com vista a dotar a Sociedade de uma estrutura de capitais ajustada ao esforço de investimento ainda por executar;
- + A estratégia definida a nível nacional para o sector das águas consubstanciada no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR), para o período 2007-2013 (Despacho 2339/2007, de 28 de Dezembro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro) assentando no pressuposto de que o preço justo da água deve cobrir os custos do serviço, através de tarifas socialmente aceitáveis e escalonadas de forma a contribuir para o seu uso eficiente e para a protecção do ambiente, como forma de garantir a sustentabilidade do sector.

O PEAASAR define objectivos estratégicos e operacionais para 2013 e propõe medidas a adoptar para a prossecução desses objectivos.

A manifestação de interesse por parte da maioria dos municípios, no sentido de delegarem na Empresa, através de uma Parceria Pública/ Pública os serviços de Abastecimento de Água e de Recolha de Efluentes no consumidor final (Baixa) deverá ser em 2010 o maior desafio proposto à Empresa nos últimos anos e poderá catapultar a Águas do Algarve para outra dimensão.

## 8.2 Alteração aos Normativos Contabilísticos Actuais

O Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho aprova a criação do novo sistema de normalização, designado por SNC, sendo revogado o normativo contabilístico actualmente em vigor, o POC. A aplicação do SNC é obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010 e obriga à apresentação de informação comparativa relativa ao exercício de 2009. Este normativo prevê ainda que em certas circunstâncias, as quais são preenchidas pelo Grupo Águas de Portugal (AdP), as empresas possam também optar pela adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), pelo que foi essa a decisão do Grupo AdP.

Assim, a Águas do Algarve, SA irá aplicar as normas IFRS para o exercício de 2010 e proceder à re-expressão das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das normas contabilísticas de relato financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010.

A Águas do Algarve, SA está a avaliar os impactos da adopção dos IFRS ao nível dos resultados do exercício e do Capital próprio, bem como o impacto nas suas políticas de gestão do capital e distribuição de dividendos.

Os impactos qualitativos estimados a esta data como resultado da adopção dos IFRS referem-se essencialmente a:

- + Anulação dos activos fixos tangíveis e reconhecimento de activos intangíveis à luz da adopção do IFRIC 12;
- + Reconhecimento do desvio / superavite de recuperação de custos.

O efeito financeiro dos impactos acima estimados será registado numa reserva de transição no Capital próprio, que consoante a sua magnitude podem, ou não, afectar significativamente os rácios e as políticas futuras de financiamento e de distribuição de resultados da Empresa.

## 9. Considerações Finais

Conforme já expresso ao longo deste Relatório, os objectivos da Empresa não poderiam ter sido alcançados sem a colaboração de um conjunto de entidades e individualidades a que o Conselho de Administração considera de toda a justiça expressar o seu reconhecimento, entre os quais se destacam:

- + Ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, na pessoa de Sua Excelência o Sr. Ministro, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio demonstrados;
- + No âmbito do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, agradecer o apoio recebido do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, Direcção Geral do Ambiente, Gabinete do Gestor do Programa Ambiente, Instituto dos Resíduos, Instituto da Água, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Agência Portuguesa para o Ambiente e Instituto para a Conservação da Natureza e Biodiversidade;
- + À AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. o reconhecimento pelo apoio e orientações desde sempre, prontamente prestadas;
- + Aos Municípios accionistas o profundo agradecimento pela participação empenhada nos diversos aspectos da actividade da Empresa;
- + Aos organismos regionais o reconhecimento pela colaboração prestada;
- + Aos órgãos da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências;
- + Às Entidades Bancárias, pela confiança depositada e pelas facilidades concedidas.

A todos os colaboradores da Empresa, que com a sua dedicação, competência e zelo, tornaram possível a concretização dos objectivos definidos.

## 10. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo de € 3 558 508,33 tenha a seguinte aplicação:

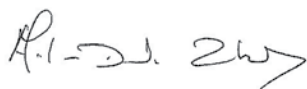
Reserva legal (5%)	1 77 925,42 €
Para distribuição de Dividendos aos Accionistas, a efectuar de acordo com o definido no contrato de concessão.	3 380 582,91 €
<b>Total</b>	<b>3 558 508,33 €</b>



## O Conselho de Administração



Joaquim Marques Ferreira  
(Presidente)



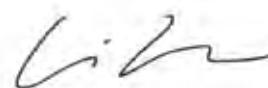
Artur Ribeiro  
(Vogal)



José Mestre  
(Vogal)



José Macário Correia  
(Vogal)



Luís Gomes  
(Vogal)

## II. Anexo ao Relatório

O Capital Social subscrito está representado por 5 965 000 ações de valor nominal de 5 Euros cada, e a sua estrutura em 31/12/2009 era a seguinte:

Accionistas	Ações			
	N.º	Valor €	%	Por realizar €
Águas de Portugal, SGPS, S.A	3.247.447	16.237.235	54,44	0,00
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	4,85	0,00
Município de Alcoutim	17.236	86.180	0,29	0,00
Município de Aljezur	34.046	170.230	0,57	0,00
Município de Castro Marim	32.787	163.935	0,55	0,00
Município de Faro	409.788	2.048.940	6,87	701.312
Município de Lagoa	187.813	939.065	3,15	0,00
Município de Lagos	202.726	1.013.630	3,40	0,00
Município de Loulé	338.797	1.693.985	5,68	0,00
Município de Monchique	25.718	128.590	0,43	0,00
Município de Olhão	230.791	1.153.955	3,87	594.125
Município de Portimão	369.206	1.846.030	6,19	0,00
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	0,83	0,00
Município de Silves	222.439	1.112.195	3,73	0,00
Município de Tavira	135.680	678.400	2,27	0,00
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	0,90	0,00
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	1,98	0,00
<b>Total</b>	<b>5.965.000</b>	<b>29.825.000</b>	<b>100,00</b>	<b>1.295.437</b>

## 12. Objectivos de Gestão

### Indicadores

Indicadores		Valor Fixado <sup>(1)</sup>	Valor Atingido <sup>(2)</sup>
<b>Indicadores Financeiros - Rentabilidade e Crescimento</b>			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
1. ROCE	(%)	3,60%	6,60%
2. EBITDA / Receitas	(%)	47,43%	55,35%
<b>Indicadores Financeiros – Eficiência</b>			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
3. Custos com Pessoal / EBITDA	(%)	22,85%	23,01%
4.1 Cash-Cost Abastecimento	(€/m <sup>3</sup> )	0,22	0,23
4.2 Cash-Cost Saneamento	(€/m <sup>3</sup> )	0,37	0,35
<b>Indicadores Financeiros – Investimento e Endividamento</b>			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
5. Investimento	(10 <sup>3</sup> €)	31.500.994	39.163.930
<b>Indicadores Financeiros - PMR e PMP</b>			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
6. Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	61	105
7. Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	69	72
<b>Indicadores de Serviço – Qualidade do Serviço</b>			
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)			
8. Volume de Actividade	(10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	112.153	105.316
9.1 Taxa de Cobertura de AA Potencial	(%)	90%	92,9%
9.2 Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	83%	77,4%
10.1 Qualidade da Água Fornecida	(%)	100,0%	100,0%
10.2 Cumprimento dos Parâmetros de Descarga	(%)	100,0%	99,4%
11. Reforço da Eficiência Contratual	(%)	83%	81,2%
<b>Indicadores de Reporte – Cumprimento de Reporte</b>			
(Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)			
12. Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	5	-5,5
13. Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100,0%	100,0%

Notas:

Valor Fixado <sup>(1)</sup> - Valor fixado pela Assembleia Geral de 12 de Maio de 2009

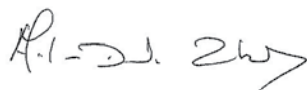
Valor Atingido <sup>(2)</sup> - Valor alcançado no exercício de 2009, devidamente auditados pela Ernst & Young.

Faro, 19 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração



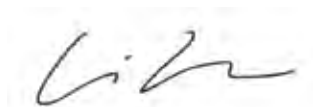
Joaquim Marques Ferreira  
(Presidente)



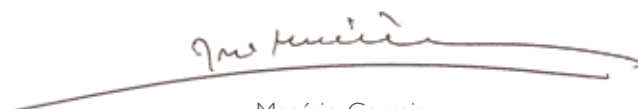
Artur Ribeiro  
(Vogal)



José Mestre  
(Vogal)



Luís Gomes  
(Vogal)



Macário Correia  
(Vogal)

[06]

Contas do Exercício de 2009







# Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

(os montantes estão expressos em euros, excepto quando expressamente indicado)

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas não incluídas neste Anexo não são aplicáveis ou significativas para a leitura das Demonstrações Financeiras.

## Nota Introdutória

### (a) Actividade

A Sociedade foi constituída através do Decreto-Lei N.º 168/2000 de 5 de Agosto, resultante da Fusão das Sociedades Águas do Barlavento Algarvio, S.A. e Águas do Sotavento Algarvio, S.A. Tinha então como objectivo exclusivo a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de Água aos Municípios do Barlavento e Sotavento Algarvio. Mais tarde e através do Decreto-lei nº172 B/2001 é - lhe concedida também a concessão do sistema multimunicipal de Saneamento do Algarve. Finalmente em 8 de Novembro de 2003 e por Dec. Lei 285/2003 faz a fusão dos sistemas do Barlavento e Sotavento criando o Sistema de abastecimento de água do Algarve.

Para concretização do objecto social, foram atribuídas pelo Estado Português à Sociedade Águas do Algarve, S.A., duas concessões em regime de exclusividade por um prazo de trinta anos na qual são estabelecidas as regras para a concepção, construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação renovação e manutenção do sistema Multimunicipal de abastecimento de água ao Algarve e saneamento do Algarve.

As referidas concessões estabelecem os critérios de fixação e aprovação das tarifas a praticar pela Sociedade em cada ano, de modo a garantir um adequado equilíbrio financeiro, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Assegurar, dentro do período de concessão, a amortização do montante efectivo do investimento inicial a cargo da concessionária, deduzido das comparticipações e subsídios a fundo perdido;
- b) Assegurar o bom funcionamento, conservação e segurança de todos os bens afectos às concessões, bem como a substituição prevista desses bens;
- c) Atender ao nível de custos necessários para uma gestão eficiente dos sistemas e à existência de receitas não provenientes da tarifa;
- d) Assegurar o pagamento das despesas de funcionamento do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, bem como assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária.

No cálculo das tarifas anuais está estabelecido que a margem anual necessária à remuneração adequada dos capitais próprios é devida desde a data de realização do capital. A remuneração atrás referida calculada de forma retroactiva será uma responsabilidade da Sociedade, assim que a sua situação financeira o venha a permitir.

O Sistema Multimunicipal de Água do Algarve abastece actualmente em "alta" os Municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

A sede da empresa situa-se na Rua do Repouso, nº 10, em Faro.

### (b) Princípios contabilísticos

Na definição dos critérios valorimétricos aplicáveis, descritos nas notas respectivas, foram tidos em conta os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e no particular das empresas em regime de concessão, os custos emergentes de despesas futuras em investimentos e renovações, bem como rendimentos garantidos no âmbito de alguns contratos.

Assim, as Demonstrações Financeiras ora reportadas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, foram preparados em obediência aos princípios de continuidade, consistência, especialização ou acréscimo, custo histórico, prudência, substância sob a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas de relevância, fiabilidade e comparabilidade, de modo a que as contas evidenciem uma imagem verdadeira e correcta dos resultados e situação financeira da empresa.

### 3. Principais critérios valorimétricos

#### (a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização fiscalmente aceites decorrentes das tabelas do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro (actualizado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/94, de 12 de Julho). Contudo, as relacionadas com o Fundo de Coesão e apoio ao investimento, é aplicada a vida útil estimada a qual corresponde ao período da concessão.

#### (b) Imobilizações corpóreas

São registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos, de acordo com as vidas económicas estimadas dos activos, as quais não diferem das taxas fiscalmente aceites. Os bens adquiridos em estado de uso também são contabilizados pelo custo de aquisição e amortizados em função do período de vida útil estimado. Os custos de financiamento dos sistemas concessionados são capitalizados como parte dos custos de aquisição até ao momento da entrada em funcionamento do equipamento respectivo.

Os intervalos das taxas anuais de amortização mais relevantes são:

Edifícios e outras construções	2% a 4%
Equipamento básico	6,25% a 12,5%
Equipamento de transporte	12,5% a 25%
Ferramentas e utensílios	7,14 % a 14,28%
Ferramentas e utensílios	7,14% a 14,28%

Os custos dos bens afectos às concessões, reversíveis para o Estado, incluindo os custos estimados de reposição dos bens de substituição são, globalmente e nos termos do contrato de concessão amortizados no período de vida da concessão de acordo com a Directriz Contabilística n.º 4/91 tendo por base o método das unidades de produção.

As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respectivos exercícios em que ocorrem.

#### (c) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal e incluem o Fundo de Reconstituição de Capital, conforme referido na Nota 18 do presente anexo.

#### (d) Existências

As existências adquiridas estão valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura, fretes e direitos aduaneiros (caso aplicável).

O método de custeio das saídas é o custo médio ponderado.

#### (e) Subsídios para investimento

Os que se destinam a financiar investimentos em activos imobilizados corpóreos são registados em proveitos diferidos e transferidos para resultados pelo mesmo período das amortizações dos bens.

#### (f) Formação do rédito

São considerados na formação do rédito, as receitas provenientes da facturação a clientes e ainda os ajustes por estimativa dos fornecimentos ainda não facturados, quando aplicável.

#### (g) Dívidas de terceiros

Todos os créditos de clientes estão reflectidos pelo seu valor nominal. Não foi constituído qualquer ajustamento para créditos de cobrança duvidosa por se considerar que todos os créditos sobre as Clientes são integralmente recuperáveis.

O ajustamento em terceiros de cobrança duvidosa, outros devedores, foi calculado com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança de contas a receber.

## 6. Imposto sobre o rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita ao regime geral de tributação em sede de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro e cinco anos, para o IRC e Segurança Social respectivamente.

A estimativa de imposto do exercício, é determinado com base no Resultado Líquido, devidamente ajustado com base em legislação fiscal.

São reconhecidos os efeitos das diferenças temporais subjacentes aos activos e passivos relevados no balanço no cômputo do encargo global de imposto sobre o rendimento do exercício.

(Unidade: euros)

Impostos Diferidos em Balanço	Saldo Inicial	Reforços	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Passivos	0,00			0,00	0,00
Reavaliação de activos					
Activos					
Prejuizos fiscais a reportar	0,00		0,00	0,00	0,00
Provisões, ajustamentos e outros custos	11.199,07	10.364,78	0,00	0,00	21.563,85

O Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. entende que eventuais correcções resultantes de inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão qualquer efeito com significado nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Foram estimados Impostos Correntes e Impostos Diferidos no valor de 1.633.600,47€ e -10.364,78€, respectivamente.

A reconciliação dos impostos é a seguinte:

(Unidade: euros)

	2008	2009
Resultado antes de imposto	2.861.039,55	5.181.744,02
Taxa nominal de Imposto	26,04%	26,01%
Imposto Esperado	745.014,70	1.348.025,31
Diferenças permanentes	46.872,00	271.161,47
Ajustamentos à Colecta	24.976,00	14.413,69
Ajustamentos de taxas e outras correcções	-11.199,00	-10.364,78
<b>Resultado Fiscal</b>	<b>805.663,70</b>	<b>1.623.235,69</b>
Taxa efectiva de imposto	28,16%	31,33%

## 7. Número médio de pessoas ao serviço da empresa

Durante o ano de 2009 o número médio de empregados ao serviço da Águas do Algarve S.A. foi de 180, sendo em 2008 também de 180.

## 8. Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento

As imobilizações incorpóreas são constituídas por custos com despesas de investigação de desenvolvimento, relacionadas com a preparação da candidatura aos Fundos Comunitários e despesas de instalação e arranque que dizem respeito exclusivamente a encargos com a constituição da Sociedade.

## 10. Movimentos ocorridos no activo imobilizado

As rubricas de imobilizações incorpóreas e corpóreas e respectivas amortizações detalham-se como se segue:

### 10.1 Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

(Unidade: euros)

	S. Inicial	Aumentos	Transf.	Alienações/Abates	S. Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Despesas de Instalação	339.902,29	0,00	0,00	0,00	339.902,29
Despesas de Inv. e Desenvolvimento	236.923,26	0,00	0,00	0,00	236.923,26
Prop. Industrial e Out. Direitos	433.431,41	0,00	0,00	0,00	433.431,41
	<b>1.010.256,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.010.256,96</b>
<b>Imob. Incorpóreas em Curso</b>					
Estudos e Projectos	0,00		0,00		0,00
Custos Ind. Capitalizados	0,00		0,00		0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Imob. Incorpóreas</b>	<b>1.010.256,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.010.256,96</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	10.077.559,32	3.750,00	169.358,52	0,00	10.250.667,84
Edifícios e Outras Construções	93.578.019,32	250.296,84	5.865.434,38	0,00	99.693.750,54
Equipamento Básico	223.158.989,43	2.594.120,18	42.206.287,75	0,00	267.959.397,36
Equipamento de Transporte	300.915,31	0,00	0,00	60.019,46	240.895,85
Ferramentas e Utensílios	1.126.893,76	26.292,38	0,00	0,00	1.153.186,14
Equipamento Administrativo	2.418.420,21	368.854,12	5.054,86	653,02	2.791.676,17
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out. Imob. Corpóreas	43.607,77	10.810,41	0,00	0,00	54.418,18
	<b>330.704.405,12</b>	<b>3.254.123,93</b>	<b>48.246.135,51</b>	<b>60.672,48</b>	<b>382.143.992,08</b>
<b>Imob. Corpóreas em Curso</b>					
Obras de Captação e Dist. Água	86.236.402,07	26.584.417,86	-8.748.632,59	0,00	104.072.187,34
Obras de Saneamento	37.646.812,15	29.021.770,64	-39.497.502,92	0,00	27.171.079,87
Adiantamentos	375.182,99	0,00	-232.907,59	0,00	142.275,40
	<b>124.258.397,20</b>	<b>55.606.188,50</b>	<b>-48.479.043,10</b>	<b>0,00</b>	<b>131.385.542,60</b>
<b>Total das Imob. Corpóreas</b>	<b>454.962.802,32</b>	<b>58.860.312,43</b>	<b>-232.907,59</b>	<b>60.672,48</b>	<b>513.529.534,68</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>					
Títulos e Out. Aplicações Financeiras	6.613.772,86	884.353,79	0,00	0,00	7.498.126,65
	<b>6.613.772,86</b>	<b>884.353,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.498.126,65</b>
<b>Total dos Invest. Financeiros</b>	<b>6.613.772,86</b>	<b>884.353,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.498.126,65</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>462.586.832,14</b>	<b>59.744.666,22</b>	<b>-232.907,59</b>	<b>60.672,48</b>	<b>522.037.918,29</b>

O acréscimo de 58.860.312,43€ em imobilizado corpóreo deve-se na sua maioria ao investimento realizado na construção e remodelação das infra-estruturas do sistema de Saneamento, bem como ao forte investimento no corrente ano na construção da Barragem de Odelouca.



## 10.2 Reconciliação das amortizações

(Unidade: euros)

	S. Inicial	Aumentos	Transf.	Alienações/Abates	S. Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Despesas de Instalação	173.313,72	5.744,43	0,00	0,00	179.058
Despesas de Inv. e Desenvolvimento	219.143,43	17.779,83	0,00	0,00	236.923
Prop. Industrial e Out. Direitos	39.959,20	21.365,01	0,00	0,00	61.324
	<b>432.416,35</b>	<b>44.889,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>477.305,62</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	1.787.248,79	426.300,37	0,00	0,00	2.213.549,16
Edifícios e Outras Construções	24.616.140,26	4.030.368,55	0,00	0,00	28.646.508,81
Equipamento Básico	51.096.286,08	10.880.141,26	-1.316,38	0,00	61.975.110,96
Equipamento de Transporte	173.903,71	8.858,21	0,00	29.254,12	153.507,80
Ferramentas e Utensílios	342.733,37	50.856,81	0,00	0,00	393.590,18
Equipamento Administrativo	1.332.790,71	234.843,78	1.316,38	509,19	1.568.441,68
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out. Imob. Corpóreas	9.400,28	2.476,27	0,00	0,00	11.876,55
	<b>79.358.503,20</b>	<b>15.633.845,25</b>	<b>0,00</b>	<b>29.763,31</b>	<b>94.962.585,14</b>
<b>TOTAL DAS AMORTIZAÇÕES</b>	<b>79.790.919,55</b>	<b>15.678.734,52</b>	<b>0,00</b>	<b>29.763,31</b>	<b>95.439.890,76</b>
<b>IMOBILIZADO LIQUÍDO</b>	<b>382.795.912,59</b>	<b>44.065.931,70</b>	<b>-232.907,59</b>	<b>30.909,17</b>	<b>426.598.027,53</b>

### Custos capitalizados

Em virtude da sociedade permanecer em fase investimento, tornou-se necessário definir uma política de capitalização de custos. Assim, foram capitalizados os seguintes custos, relativos à área de negócio do saneamento, e custos afectos à área da Barragem de Odelouca:

A totalidade dos custos financeiros directamente relacionados com o financiamento do Investimento;

Os custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos directamente relacionados com a actividade de planeamento e obra, que foram pela sua natureza registados nos centros de custos directamente relacionados com a construção do sistema;

Outros custos com o arranque das obras da Barragem de Odelouca.

Durante o ano de 2009 a empresa capitalizou 3.912.467,98€, sendo 3.385.331,07€ relativos a capitalização de encargos financeiros.

## 4. Imobilizações reversíveis

As imobilizações reversíveis atingiram um valor de 449.612.462,48€ apresentando-se a repartição do imobilizado por áreas de negócio da seguinte forma:

(Unidade: euros)

	Sistema de Saneamento			Sistema de Abatecimento de Água			Total
	Reversível	Não Rever.	Total Sanea.	Reversível	Não Rever.	Total Água	
Terrenos	5.870.108,35	0,00	5.870.108,35	4.291.959,74	88.599,75	4.380.559,49	10.250.667,84
Edifícios e outras construções	39.608.595,01	26.868,38	39.635.463,39	58.775.990,47	1.282.296,68	60.058.287,15	99.693.750,54
Equipamento básico	117.223.990,81	12.723,53	117.236.714,34	134.399.376,43	1.605,75	134.400.982,18	251.637.696,52
Equipamento transporte	16.572,18	0,00	16.572,18	125.478,90	98.844,77	224.323,67	240.895,85
Ferramentas e utensílios	38.672,75	850,00	39.522,75	1.105.842,39	7.821,00	1.113.663,39	1.153.186,14
Equipamento administrativo	279.397,39	179.497,85	458.895,24	878.318,68	1.454.462,26	2.332.780,94	2.791.676,18
Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	54.418,18	0,00	54.418,18	54.418,18
<b>Imobilizado Corpóreo</b>	<b>163.037.336,49</b>	<b>219.939,76</b>	<b>163.257.276,25</b>	<b>199.631.384,79</b>	<b>2.933.630,21</b>	<b>202.565.015,00</b>	<b>365.822.291,24</b>
Despesas de instalação	0,00	172.333,00	172.333,00	0,00	167.569,29	167.569,29	339.902,29
Despesas de investigação e des.	0,00	0,00	0,00	0,00	236.923,26	236.923,26	236.923,26
Prop. ind. e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	433.431,41	433.431,41	433.431,41
Out. imob. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Imobilizado Incorpóreo</b>	<b>0,00</b>	<b>172.333,00</b>	<b>172.333,00</b>	<b>0,00</b>	<b>837.923,96</b>	<b>837.923,96</b>	<b>1.010.256,96</b>
Obras em curso	27.485.127,40	0,00	27.485.127,40	59.458.613,80	0,00	59.458.613,80	86.943.741,20
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>27.485.127,40</b>	<b>0,00</b>	<b>27.485.127,40</b>	<b>59.458.613,80</b>	<b>0,00</b>	<b>59.458.613,80</b>	<b>86.943.741,20</b>
<b>Total Imobilizado</b>	<b>190.522.463,89</b>	<b>392.272,76</b>	<b>190.914.736,65</b>	<b>259.089.998,59</b>	<b>3.771.554,17</b>	<b>262.861.552,76</b>	<b>453.776.289,40</b>
<b>Imobilizado em Regime de Comodato</b>							
Comodato do Beliche	0,00	0,00	0,00	15.263.216,64	0,00	15.263.216,64	15.263.216,64
Comodato EE3 e Conduta EE3 - ETA de Tavira	0,00	0,00	0,00	1.058.484,20	0,00	1.058.484,20	1.058.484,20
Túnel Odelouda (Protocolo INAG)	0,00	0,00	0,00	44.299.526,00	0,00	44.299.526,00	44.299.526,00
<b>Total Comodato</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.621.226,84</b>	<b>0,00</b>	<b>60.621.226,84</b>	<b>60.621.226,84</b>
<b>Total</b>	<b>190.522.463,89</b>	<b>392.272,76</b>	<b>190.914.736,65</b>	<b>319.711.225,43</b>	<b>3.771.554,17</b>	<b>323.482.779,60</b>	<b>514.397.516,24</b>

Por força dos contratos de concessão revertem a favor de uma associação de Municípios representativa dos Municípios utilizadores do sistema, no final do período de concessão, ou seja em 2025 para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e 2030 para o Sistema Multimunicipal de Saneamento.

Encontra-se incorporado no imobilizado da empresa, em regime de comodato, a infra-estrutura e equipamentos da ETA do Beliche, no valor de 15.263.215,65€, que revertem a favor do INAG.

As amortizações atingiram um valor de 112.466.240,62€ apresentando-se a repartição face ao total das amortizações da seguinte forma:

(Unidade: euros)

	Amortizações de ex. anteriores	Amortizações do exercício	Abates e Ajustamentos	Amortizações Acumuladas
<b>Amortizações</b>				
Investimento reversível (Anos da Concessão)	77.936.031,42	15.417.438,11	-9.977,62	93.343.491,91
Investimento não reversível - D2/90	1.854.888,13	261.296,41	-19.785,69	2.096.398,85
	<b>79.790.919,55</b>	<b>15.678.734,52</b>	<b>-29.763,31</b>	<b>95.439.890,76</b>
<b>Ajustamentos</b>				
Relativos a investimento realizado	-18.654.870,15	-5.492.497,00		-24.147.367,15
Relativos a investimento futuro	36.834.432,48	4.338.927,71	356,82	41.173.717,01
	<b>18.179.562,33</b>	<b>-1.153.569,29</b>	<b>356,82</b>	<b>17.026.349,86</b>
<b>Amortizações Totais</b>	<b>97.970.481,88</b>	<b>14.525.165,23</b>	<b>-30.120,13</b>	<b>112.466.240,62</b>
Amortizações do imobilizado realizado DC4	59.281.161,27	9.924.941,11	-9.977,62	69.196.124,76
Amortizações do imobilizado futuro DC4	36.834.432,48	4.338.927,71	356,82	41.173.717,01
<b>Amortizações Reversíveis</b>	<b>96.115.593,75</b>	<b>14.263.868,82</b>	<b>-9.620,80</b>	<b>110.369.841,77</b>
<b>Amortizações Não Reversíveis</b>	<b>1.854.888,13</b>	<b>261.296,41</b>	<b>-19.785,69</b>	<b>2.096.398,85</b>
<b>Amortizações Totais</b>	<b>97.970.481,88</b>	<b>14.525.165,23</b>	<b>-29.406,49</b>	<b>112.466.240,62</b>

## 15. Bens utilizados em regime de locação financeira

Os valores de aquisição, amortizações acumuladas e contabilísticos, das viaturas utilizadas em regime de locação financeira encontram-se discriminados no seguinte mapa, à data de 31/12/2009:

(Unidade: euros)

Viaturas	Valor de aquisição	Amortizações	Valor contabilístico
Viaturas astra H Caravan 39-31-ZR	25.204,62	25.204,62	0,00
	25.204,62	25.204,62	0,00

## 16. Consolidação de contas

As Demonstrações Financeiras da Águas do Algarve, S.A. são incluídas na consolidação das contas da Águas de Portugal - SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra n.º 3, 1700-421 Lisboa, que detém uma participação de capital de 54,44 %.

À data de 31 de Dezembro de 2008 os principais saldos existentes com empresas do Grupo eram os seguintes:

(Unidade: euros)

	A21 e P21	A22 e P22	A25	A26	P26	A271 acréscimo de proveitos	P273 acréscimo de custos	Totais
AdP SGPS	0,00	874.712,53	10.000.000,00	0,00	0,00	1.091.750,30	0,00	11.966.462,83
AdP Serviços	0,00	266.327,45	0,00	0,00	0,00	38.972,73	0,00	305.300,18
Aquasis	0,00	0,00	0,00	67.252,80	0,00	0,00	0,00	67.252,80
Epal	0,00	0,00	0,00	56.911,80	0,00	0,00	0,00	56.911,80
Algar	1.809,22	-127.814,98	0,00	0,00	-13.946,45	79.943,22	-2.773,15	-62.782,14

Os principais movimentos efectuados com as empresas do grupo detalham-se no seguinte mapa:

(Unidade: euros)

	A44- Imob. Em Curso	R62- FSE	R72- Prestação de Serviços	R73- Proveitos Suplementares	R78- Proveitos Financeiros	Totais
AdP SGPS	0,00	874.712,53	10.000.000,00	0,00	0,00	10.874.712,53
AdP Serviços	0,00	266.327,45	0,00	0,00	0,00	266.327,45
Aquasis	0,00	0,00	0,00	67.252,80	0,00	67.252,80
Cávado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Epal	0,00	0,00	0,00	56.911,80	0,00	56.911,80
Algar	1.809,22	-127.814,98	0,00	0,00	-13.946,45	-139.952,21

## 18. Fundos afectos

### 18.1 Fundo de Reconstituição de Capital Social

Os Investimentos Financeiros estão valorizados pelo seu valor nominal e respeitam a:

Fundo de Reconstituição do Capital Social nos termos do disposto na cláusula 17ª do Contrato de Concessão, a Águas do Algarve S.A., encontra-se obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do Capital Social, para a criação de um Fundo de Reconstituição do Capital, que será gerido pela concessionária, a qual terá direito ao mesmo, no termo do contrato. Nestes termos foi registado em Títulos e Outras Aplicações Financeiras o depósito bancário de carácter permanente efectuado para o efeito.

Em 31/12/2009, foi efectuado o reforço de 884.353,79€, sendo que o valor acumulado respeitante ao Fundo de Reconstituição do Capital Social à mesma data ascendia a 7.498.126,65€.

(Unidade: euros)

	Saldo Inicial	Reforço	Saldo Final
Sistema Multimunicipal Abastecimento Água	5.232.269,99	348.078,99	5.580.348,98
Sistema Multimunicipal. Saneamento	1.381.502,87	536.274,80	1.917.777,67
<b>Total</b>	<b>6.613.772,86</b>	<b>884.353,79</b>	<b>7.498.126,65</b>

## 18.2 Fundo de Renovação do Investimento

Não foi efectuado a constituição deste fundo. A empresa solicitou ao Concedente autorização para a sua não constituição pelo motivo de continuar em plena fase de investimento.

## 23. Dívidas de cobrança duvidosa

Os saldos de Dívidas de Cobrança Duvidosa são os seguintes:

(Unidade: euros)

	Saldos	
	2008	2009
Clientes C/C	-	-
Outros Devedores	126.381,14	137.076,99
<b>Total</b>	<b>126.381,14</b>	<b>137.076,99</b>

Em 2009, foi constituída uma provisão de 10.695,85€ referente a saldos de Outros Devedores com antiguidade muito elevada.

## 25. Dívidas activas e passivas do pessoal

O saldo total das dívidas para com pessoal à data de 31/12/2009 apresentava um valor de € 1.471,87 respeitante a ajudas de custo e despesas de representação a liquidar em 2010. Existiam ainda € 9.377,31 de regularizações de remunerações, a favor da Empresa, referente a ajustamentos a efectuar nos processamentos de vencimentos em 2010. (ver nota 48.5)

## 28. Estado e Outros Entes Públicos

Não existiam dívidas, em situação de mora, com o Estado e Outros Entes Públicos, à data de 31 de Dezembro de 2009.

## 29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos

A 31 de Dezembro de 2009, a Empresa apresentava como dívidas a terceiros a mais de cinco anos, sete Financiamentos Bancários de longo prazo junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI).

(Unidade: euros)

Entidade Credora	Vencimento - mais de cinco anos (2014 e seguintes)
Banco Europeu de Investimentos	181.437.152,72
<b>Total</b>	<b>181.437.152,72</b>

Estes financiamentos têm um valor conjunto a mais de cinco anos de € 147.231.253,33 tendo-se iniciando a sua amortização no ano de 2004.

## 30. Compromissos Assumidos

A Empresa assumiu os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

### a) Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português não prevê qualquer contrapartida financeira ao concedente, fazendo repercutir integralmente todo e qualquer benefício na tarifa a praticar aos municípios abastecidos.

## b) Contratos de Empreitada

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

(Unidade: euros)

Empreitada	Data	Valor de Adjudicação €	Situação	
<b>Sistema de Abastecimento de Água</b>				
I/308-0023	Redefinição dos Espaços Exteriores e Interiores da ETA das Fontainhas e Controlo de Ruído das Instalações - Lig do PTC da ETA das Fontainhas	2008/02/06	10.218,60	Concluída
I/308-0134	Conduta Adutora a partir do Reservatório de Quelfes	2008/01/04	36.431,44	Em curso
I/308-0136	Reforço da Interligação entre os Sistemas do Sotavento e Barlavento	2008/01/04	29.338,89	Concluída
I/308-0138	Reforço do Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio a partir de captações no aquífero Querença-Silves - Equipamento e Sistema de Telegestão dos Furos	2008/12/15	81.896,89	Em curso
I/308-0144	Concepção e Execução do Armazém Pré-fabricado na ETA de Tavira e Concepção e Execução da Passagem para Peões na ETA das Fontainhas	2008/05/12	19.242,52	Concluída
I/308-0167	Reforço da Adução aos Municípios de Loulé e Tavira: Ligação ao Reservatório de Vila do Sol, Ligação aos Reservatórios de Almancil e Vale Formoso e Ligação ao Reservatório de Cruz do Areal	2008/01/30	461.378,60	Concluída
I/308-0169	Reforço da Adução aos Municípios de Loulé e Tavira: Ligação ao Reservatório de Vila do Sol, Ligação aos Reservatórios de Almancil e Vale Formoso e Ligação ao Reservatório de Cruz do Areal	2008/02/20	1.399.451,27	Em curso
I/308-0193	Protocolo sobre cláusulas da acção n.º 1409/07.4BELSB (Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa)	2008/11/26	6.649.672,02	Em curso
I/308-0193	Contrato de compra e venda do equipamento em obra na Barragem de Odelouca	2008/11/26	246.101,36	Em curso
I/308-0194	Linha de Média Tensão do Centro do Centro Nacional de Reprodução em Cativo do Lince Ibérico	2008/11/10	15.605,00	Em curso
I/308-0199	Execução de Pinturas nos Edifícios da ETA de Tavira	2008/02/19	367,00	Concluída
I/308-0212	Execução do Reservatório das Francesas e Trabalhos Complementares	2008/07/08	863.950,00	Em curso
I/308-0218	Solução Alternativa de Adução a Bemparece	2008/06/30	271.130,95	Em curso
			<b>10.084.784,54</b>	
<b>Saneamento Básico</b>				
I/308-0038	Lote III - Ligação de S. Brás de Aportel por Estoi e Conceição à ETAR Nascente de Faro - 2º Adicional	2008/01/10	184.033,26	Concluída
I/308-0040	Conclusão do Sistema Interceptor e Elevatório de Quarteira - Vilamoura	2008/04/29	388.975,18	Concluída
I/308-0040	Lote II - Sistema Interceptor e Elevatório de Quarteira e Vilamoura	2008/07/31	439.536,24	Concluída
I/308-0042	Construção e Ampliação do Sistema de Águas Residuais Domésticas no Concelho de Lagoa - Lote II - Sistema de Tratamento da Boavista - Sub-sistema de Vale da Lapa e Obras Complementares	2008/06/30	433.500,00	Concluída
I/308-0047	Execução de Linha Aérea de MT da Estação Elevatória das Francesas	2008/08/29	10.738,33	Em curso
I/308-0047	Ligação do Concelho de Monchique aos Sistemas Multimunicipais - Lote I + Lote II	2008/04/04	108.699,24	Em curso
I/308-0055	Sistema de Tratamento da Boavista - Sub-sistema de Vale da Lapa e Obras Complementares	2008/06/30	433.500,00	Em curso
I/308-0058	Construção do Sistema Interceptor de Águas Residuais de S. Brás de Alportel e Sanatório e Extensão do Sistema Interceptor e Elevatório de Quelfes - Ligação do Cerro Azul ao Sistema Nascente de Olhão	2008/07/18	1.177.658,88	Em curso
I/308-0081	Posto de Seccionamento/Transformação e Ramal de Média Tensão da Estação Elevatória de Águas Residuais EE2 Faro Noroeste	2008/10/10	41.666,12	Concluída
I/308-0108	Sistemas Interceptores e Elevatórios de Olhão e Reabilitação da ETAR de Olhão Poente - Instalação de Edifício Pré-Fabricado para PTD (junto à EEAR de Quelfes)	2008/02/06	8.410,00	Concluída
I/308-0122	Sistema Itermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	2008/04/17	524.524,78	Em curso
I/308-0122	Sistema Itermunicipal de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	2008/06/17	1.344.067,00	Em curso
I/308-0129	Inspeção das Soldaduras no Sistema Interceptor de Castro Marim	2008/05/16	25.200,00	Em curso
I/308-0129	Inspeção das Soldaduras no Sistema Interceptor de Castro Marim	2008/09/15	12.150,00	Em curso
I/308-0129	Alteração do Sistema Interceptor de Castro Marim na Rotunda da EN122	2008/02/22	79.966,21	Em curso
I/308-0132	Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila real de Santo António	2008/09/15	647.920,85	Em curso
I/308-0164	Estação de Tratamento de Águas Residuais de Águas Residuais de Alferce	2008/05/20	13.996,08	Concluída
I/308-0165	Optimização do Equipamento Electromecânico da ETAR de Alcoutim	2008/05/20	3.438,70	Em curso
I/308-0173	Remoção de Lamas da ETAR Poente de Olhão	2008/05/20	37.328,54	Concluída
I/308-0210	Reabilitação das ETARs de Ferreira e Paderne e Construção do Sistema de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Salir - Lote II	2008/03/10	1.645.534,89	Em curso
I/308-0226	Desvio da Conduta Elevatória CI - ETAR Poente de Olhão	2008/04/29	124.440,40	Em curso
I/308-0226	Desvio da Conduta Elevatória CI - ETAR Poente de Olhão - 2ª Fase	2008/10/01	163.015,77	Em curso
I/308-0226	Desvio da Conduta Elevatória CI - ETAR Poente de Olhão	2008/10/08	30.000,00	Em curso
I/308-0227	Muro de Suporte no Reservatório do Cabeço	2008/05/05	34.488,96	Em curso
			<b>7.728.756,17</b>	
<b>Total</b>			<b>17.813.540,71</b>	



### c) Investimentos Futuros

O investimento futuro previsto nos Contratos de Concessão e calculados com base nos estudos de viabilidade económica e financeira em vigor para as respectivas áreas de negócio da Empresa a preços constantes são os seguintes:

(Unidade: euros)

Investimentos Futuros	
Abastecimento de Água	61.301.492
Saneamento	151.918.147

Os investimentos futuros estão calculados com base em estudos de viabilidade económica e financeiros efectuados em Outubro de 2007 para o abastecimento de água e para o saneamento, não estando os mesmos ainda formalmente aprovados pelo Concedente.

### d) Barragem de Odelouca

Através do protocolo assinado em 22 de Dezembro de 2006 com o INAG, a empresa assumiu a construção da barragem de Odelouca, cujo valor do investimento, incluindo a construção do Centro Nacional de Reprodução em Cativeiro do Lince Ibérico, se estima ser de cerca de 81,9 Milhões de Euros. Para efeitos de cálculo das respectivas amortizações foi considerado um valor residual da mesma de € 42.787.596.

## 31. Garantias Prestadas

A Empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

(Unidade: euros)

Entidade	Garantias Bancárias	Valor (€)
<b>Abastecimento de Água</b>		
Ministério do Ambiente e Recursos Naturais		268.748,00
Tribunais Cívis		9.090.507,02
Petrogal		10.474,76
Euroscut		1.000.000,00
		<b>10.369.729,78</b>
<b>Saneamento Básico</b>		
Ministério do Ambiente e Recursos Naturais		306.374,53
Tribunais Cívis		2.977.662,31
		<b>3.284.036,84</b>
<b>Total</b>		<b>13.653.766,62</b>

## 35. a 38. Forma de Realização do Capital Social

O Capital Social subscrito está representado por 5 965 000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, e a sua estrutura em 31/12/2009 era a seguinte:

(Unidade: euros)

Accionistas	N.º	Acções Valor	%	Por realizar
Águas de Portugal, SGPS, S.A	3.247.447	16.237.235	54,44	0
Município de Faro	409.788	2.048.940	6,87	226.292
Município de Portimão	369.206	1.846.030	6,19	0
Município de Loulé	338.797	1.693.985	5,68	0
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	4,85	0
Município de Olhão	230.791	1.153.955	3,87	594.125
Município de Silves	222.439	1.112.195	3,73	0
Município de Lagos	202.726	1.013.630	3,40	0
Município de Lagoa	187.813	939.065	3,15	0
Município de Tavira	135.680	678.400	2,27	0
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	1,98	0
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	0,90	0
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	0,83	0
Município de Aljezur	34.046	170.230	0,57	0
Município de Castro Marim	32.787	163.935	0,55	0
Município de Monchique	25.718	128.590	0,43	0
Município de Alcoutim	17.236	86.180	0,29	0
<b>Total</b>	<b>5.965.000</b>	<b>29.825.000</b>	<b>100</b>	<b>820.417</b>

## 40. Movimentos Ocorridos nas Contas de Capitais Próprios

(Unidade: euros)

	S. Inicial	Aumentos	Transferências	S. Final
Capital Social	29.825.000,00	0,00	0,00	29.825.000,00
Reservas Legais	482.414,59	102.768,80	0,00	585.183,39
Reservas Livres	1.332,68	577.840,61	0,00	579.173,29
Resultados Transitados	6.625.905,81	0,00	-6.625.905,81	0,00
Resultados do Exercício	2.055.376,08	3.558.508,33	-2.055.376,08	3.558.508,33
<b>Total</b>	<b>38.990.029,16</b>	<b>4.239.117,74</b>	<b>-8.681.281,89</b>	<b>34.547.865,01</b>

No exercício de 2009, verificaram-se movimentos nos Capitais Próprios que resultam da aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2008, no montante de um lucro de 2.055.376,08€ por distribuição de dividendos através dos Resultados Transitados.

## 41. Demonstração do Custo das Matérias Consumidas

O custo das matérias consumidas durante o exercício de 2009 no processo produtivo, demonstra-se como se segue:

(Unidade: euros)

Movimentos	ETA de Tavira	ETA de Alcantarilha	ETA do Beliche	ETA das Fontainhas	ETAR Faro Noroeste	Matérias Consumidas Total (€)
Existências Iniciais	288.997,12	396.370,54	25.557,52	19.238,19	0,00	730.163,37
Compras	1.001.017,97	826.953,60	88.425,38	227.412,34	46.873,64	2.190.682,93
Regularização de existências	2.010,26	1.764,60	1.322,75	0,00	0,00	5.097,61
Existências Finais	308.187,88	466.413,79	25.284,48	32.385,01	46.773,49	879.044,65
<b>Custos do Exercício</b>	<b>979.816,95</b>	<b>755.145,75</b>	<b>87.375,67</b>	<b>214.265,52</b>	<b>100,15</b>	<b>2.036.704,04</b>

## 42. Demonstração do Custo das Vendas e das Prestações de Serviços

(Unidade: euros)

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Prestações de Serviços	Total
Existências Iniciais	730.163,37	0,00	0,00	730.163,37
Entradas da Produção + compras	13.278.543,49	0,00	20.626.002,66	33.904.546,15
Regularização de existências	5.097,61	0,00	0,00	5.097,61
Saídas para a Produção	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências Finais	879.044,65	0,00	0,00	879.044,65
<b>Custos das Vendas e das Prestações</b>	<b>13.124.564,60</b>	<b>0,00</b>	<b>20.626.002,66</b>	<b>33.750.567,26</b>

## 43. Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais no exercício de 2009 foram as seguintes:

(Unidade: euros)

Órgão Social	Remunerações dos Órgãos Sociais	
	2009	2008
Assembleia Geral	829,40	414,70
Conselho de Administração	289.425,04	278.328,67
Fiscal Único / ROC	16.200,00	16.550,00
<b>TOTAL</b>	<b>306.454,44</b>	<b>295.293,37</b>

## 44. Repartição do Valor das Vendas e Prestação de Serviços por Actividades e Mercados

(Unidade: euros)

Mercado Nacional	2009	2008	%
Venda de Água Tratada	30.938.976,50	29.029.207,67	6,58%
Prestação Serviços Águas Residuais	18.485.578,14	17.265.100,73	7,07%
<b>Total</b>	<b>49.424.554,64</b>	<b>46.294.308,40</b>	<b>6,76%</b>

## 45. Resultados Financeiros

(Unidade: euros)

Custos e Perdas Financeiras	2009	2008
Juros suportados	7.064.150,64	8.288.949,42
Dif. de Câmbio Desfavoráveis	0,00	0,00
Outros	1.575.570,97	808.314,88
<b>Total</b>	<b>8.639.721,61</b>	<b>9.097.264,30</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	2009	2008
Juros Obtidos	1.003.419,58	905.147,67
Descontos de p.p. obtidos	0,00	0,00
Outros	88,71	18.470,31
<b>Total</b>	<b>1.003.508,29</b>	<b>923.617,98</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-7.636.213,32</b>	<b>-8.173.646,32</b>

A rubrica Juros Suportados é assim decomposta da seguinte forma:

(Unidade: euros)

Juros Suportados	2009	2008	Varição
Encargos Bancários CP - C/C	1.352.643,07	3.072.122,65	-1.719.479,58
BEI	5.466.128,39	4.683.907,52	782.220,87
Juros de Mora e Compensatórios	6.842,21	11.811,33	-4.969,12
Juros de Locação Financeira	29.230,78	38.194,76	-8.963,98
Outros Juros	209.306,19	482.913,16	-273.606,97
<b>Total</b>	<b>7.064.151</b>	<b>8.288.949</b>	<b>-1.224.799</b>

As variações ocorridas nos Juros Suportados resultam do aumento do endividamento bancário corrente de curto prazo. As necessidades resultantes do contínuo melhoramento e aperfeiçoamento das infra-estruturas que integram o Sistema de Saneamento do Algarve, implicaram o recurso ao crédito de curto prazo, que no final do ano foi substituído em parte por um empréstimo a MLP do BEI.

Durante o ano de 2009 verificou-se uma redução substancial do custo médio do capital alheio, o que contribuiu para a redução dos encargos financeiros, apesar do aumento da dívida financeira total.

## 46. Resultados Extraordinários

(Unidade: euros)

	2009	2008
<b>Custos e Perdas Extraordinários</b>		
Donativos	37.244,09	81.515,60
Multas e penalidades	0,00	0,00
Perdas em existências	3.774,86	1.516,36
Perdas em imobilizações	30.551,30	596,42
Aumentos de Amortizações	0,00	0,00
Correções relativas a exerc. anteriores	271.578,83	93.747,18
Outros custos e perdas Extraordinárias	35.557,94	4.896,91
<b>Total</b>	<b>378.707,02</b>	<b>182.272,47</b>
<b>Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>		
Restituição de Impostos	0,00	12.431,83
Correções relativas a exerc. Anteriores	580.529,79	102.355,43
Ganhos em imobilizações	73.458,88	171.871,56
Ganhos em Existências	0,00	279,24
Outros ganhos e proveitos extraordinários	3.263.207,07	3.126.878,70
<b>Total</b>	<b>3.917.195,74</b>	<b>3.413.816,76</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>3.538.488,72</b>	<b>3.231.544,29</b>

A rubrica Outros Ganhos e Proveitos Extraordinários, no montante de € 3.263.207,07 correspondem na sua maioria ao reconhecimento dos Subsídios ao Investimento – Fundo de Coesão, no valor de € 3.262.568,95.

## 47. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), as disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a Águas do Algarve, S.A. não possui quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2008, não foram efectuados quaisquer negócios entre a Águas do Algarve, S.A. e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na nota 35 a 38. Capital deste relatório, é apresentada a estrutura accionista completa da Águas do Algarve, S.A.. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447.º e 448.º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Setembro, informa-se que a Águas do Algarve, S.A. não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2009, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de Dezembro, cujo pagamento se efectuou em Janeiro de 2010, nos prazos legais.

## 48. Outras Informações Relevantes

### 48.1 Remunerações dos Capitais Próprios

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

O Valor da remuneração do capital calculado nos termos de concessão á data de 31 de Dezembro de 2009 atingia o valor de 13.523.134,25€.

As taxas utilizadas para o cálculo dos montantes acima indicados foram os seguintes:

Ano	Taxa Sem Risco OT	Taxa Com Risco (base de calculo)
1995	10,0520%	13,0520%
1996	7,2671%	10,2671%
1997	5,4977%	8,4977%
1998	4,2660%	7,2660%
1999	2,9650%	5,9650%
2000	4,4667%	7,4667%
2001	5,1583%	8,1583%
2002	5,0058%	8,0058%
2003	4,1783%	7,1783%
2004	4,1439%	7,1439%
2005	3,4379%	6,4379%
2006	3,9147%	6,9147%
2007	4,4242%	7,4242%
2008	4,5199%	7,5199%
2009	4,2100%	7,2100%



## 48.2 Litígios e contingências

A Empresa tem quatro acções a correr em tribunal já devidamente contestadas.

- + A primeira acção refere-se ao Sistema do Barlavento e corre no Tribunal Administrativo de círculo de Lisboa no valor de 1.909.823,20€.
- + A segunda acção (processo 232/2000 - Soares da Costa, SA) refere-se ao sistema do Barlavento e corre no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no valor de 2.662.385,97€.
- + A terceira acção (processo 516/09.3 BELLE - Somague ,Engigás , Neopul, Construtores ACE), e tem como fundamento a alegada inexecutabilidade técnica das travessias da Ria Formosa, no valor de 9.191.597,54€. Por seu lado e além da contestação desta acção a Águas do Algarve instaurou uma acção aos mesmos no valor de 1.894.762,798€ por incumprimento definitivo do contrato de empreitada imputável ao empreiteiro.
- + A quarta acção é uma providência cautelar instaurada pelo mesmo empreiteiro Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE, da acção anterior, na qual vem pedida a suspensão de eficácia da decisão de rescisão do contrato de empreitada, por parte da Empresa.

Em todos os processos a Empresa entende que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias referentes às referidas empreitadas, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.

## 48.3 Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento da Águas do Algarve totalizaram até final de 2009 no Sistema da Água o montante de € 107.525.365,00, sendo € 48.460.051,00 do Sistema do Sotavento e € 59.065.314,00 do Sistema do Barlavento. Estes subsídios resultam da comparticipação do Fundo de Coesão às duas candidaturas ao II Quadro Comunitário em 84% e 85% respectivamente da despesa elegível e ao III Quadro Comunitário em 50% .

Do Sistema de Abastecimento de Água, estão reconhecidos em Balanço até final de 2009, os subsídios de € 95.581.749 e € 11.943.615,72 referentes respectivamente, ao II e III Quadros Comunitários de Apoio e € 4.252.002,00 referente à Construção do CNRC do Lince Ibérico.

No Sistema do Saneamento os subsídios totalizaram até final de 2007 os montantes de € 2.112.178,60 para Estudos e Projectos e de € 26.319.025,59 para as Obras, resultantes respectivamente da comparticipação do investimento elegível em 85% e 56% .

Do Sistema de Saneamento foram reconhecidos em Balanço os valores de € 2.123.228,60 referente à candidatura de Estudos e Projectos, € 26.319.025,59 referente á Candidatura de Obras e € 4.128.450, referente á Candidatura do Sistema de Intercepção e Tratamento de VRSA. Podem resumir-se nos três mapas seguintes a evolução do investimento comparticipado no âmbito do III QCA:

(Unidade: euros)

Interligação dos Sistemas Multimunicipais de Água Potável do Barlavento e do Sotavento Algarvios - Proc.FC.2000/PT/16/C/PE/006						
	2000	2001	2002	2003	2004 e seg.	Total
<b>Decisão em Vigor</b>	2.692	6.483	7.881	3.246	3.338	23.640
<b>Despesa realizada</b>	1.438	4.538	8.743	5.061	3.860	23.640

Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve Estudos/Projectos/Acessorias - 1ª Fase - Proc. FC2002/PT/16/C/PE/004						
	2002	2003	2004	2005	2006 e seg.	Total
<b>Decisão em Vigor</b>	600	1.047	629	209	0	2.485
<b>Despesa realizada</b>	172	436	323	339	1.215	2.485

Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve - Proc. FC2003/PT/16/C/PE/001						
	2003	2004	2005	2006	2007 e seg.	Total
<b>Decisão em Vigor</b>	3.393	22.146	16.012	5.447	0	46.998
<b>Despesa realizada</b>	64	38	9.287	18.558	26.287	54.234

Intercepção e Tratamento de Águas Residuais no Concelho VRSA - Proc. FC1996/021						
	até 2006	2007	2008	2009	2010	Total
<b>Decisão em Vigor</b>	9.761	331	2.638	1.889	0	14.618
<b>Despesa realizada</b>	9.761	0	3.795	0	0	13.555

Construção do CNRC do Lince Ibérico - Proc. POA 1.1/00067						
Anos	2007	2008				Total
<b>Decisão em Vigor</b>	703	4.967				5.669
<b>Despesa realizada</b>	703	4.967				5.669

Outras informações – Aquisição de infra-estruturas  
Em 2009 não se procedeu a nenhuma aquisição e infra-estruturas.

## 48.4 Detalhe de acréscimos e diferimentos

À data de 31/12/2009, a conta de Acréscimos e Diferimentos era composta pelos seguintes valores:

(Unidade: euros)

	Saldos	
	2008	2009
<b>Acréscimos de Proveitos</b>		
Juros a reconhecer	10.583,07	10.800,93
Outros	2.508.139,62	1.701.981,40
	<b>2.518.722,69</b>	<b>1.712.782,33</b>
<b>Custos Diferidos</b>		
Seguros	108.263,10	117.889,39
Outros	41.416,68	13.431,15
	<b>149.679,78</b>	<b>131.320,54</b>
<b>Acréscimos de Custos</b>		
Remunerações a Liquidar	902.778,16	1.056.504,93
Investimento Futuro Esperado	18.179.562,33	17.026.349,86
Juros a Liquidar	1.047.990,52	578.697,33
Seguros a Liquidar	23.539,13	5.189,68
Outros	2.325.706,91	1.967.628,28
	<b>22.479.577,05</b>	<b>20.634.370,08</b>
<b>Proveitos Diferidos</b>		
Subsídios ao Investimento	155.075.193,07	153.076.992,14
Comodato	11.188.672,93	11.913.385,71
Diversos	1.474.064,10	1.578.284,66
	<b>167.737.930,10</b>	<b>166.568.662,51</b>
<b>Impostos Diferidos</b>		
Impostos Diferidos Activos	11.199,07	21.563,85
	<b>11.199,07</b>	<b>21.563,85</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>-187.537.905,61</b>	<b>-185.337.365,87</b>

Os valores registados em «Acréscimos de Proveitos–Outros» corresponde a despesas incorridas pela empresa que serão debitadas em 2010 aos consórcios prestadores de serviços.

Em «Custos Diferidos – Outros» foram registados encargos bancários e custos diferidos com a Manutenção e as Assistências Técnicas estimadas com diversos equipamentos.

O valor registado em «Investimentos Futuros Esperado» é relativo ao valor acumulado da amortização dos bens reversíveis pelo método dos caudais de acordo com a Directriz Contabilística nº4.

O Saldo da rubrica de «Subsídios ao Investimento» representa o valor total do subsídio, deduzido dos valores já reconhecidos em proveitos até 31.12.2009.

Dos valores ainda por reconhecer em proveitos são:

- + Subsídio do II QCA para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Sotavento e Barlavento Algarvio – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 95.581.749. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 64.463.412;
- + Subsídio do III QCA para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 11.943.616. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 9.715.184
- + Subsídio do III QCA para o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve - Projectos e Assessorias – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 2.123.229. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 1.943.277;
- + Subsídio do III QCA para o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 26.319.026. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 24.084.855;
- + Subsídio do III QCA para o Sistema Interceptor e de Tratamento de Águas Residuais de Vila Real de Santo António – Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 4.128.450. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 3.947.627;
- + Subsídio do POA para a Construção do CNRC do Lince Ibérico - Foi reconhecido em Balanço um subsídio no total de € 4.252.002. Deste valor está por reconhecer em proveitos o valor de € 4.030.161;
- + Estão ainda por reconhecer € 56.781.066 referentes ao reconhecimento do Comodato do Beliche e integração de outras infra-estruturas. As contas de 2009, incluem a integração do Comodato da EE3 e da Conduta EE3 de Tavira no valor de € 1.058.484.

O reconhecimento dos subsídios acima referidos seguiu o critério de cálculo do método dos caudais utilizado no cálculo das amortizações do exercício.

## 48.5 Devedores e Credores

À data de 31/12/2009, estas rubricas apresentavam o seguinte detalhe:

(Unidade: euros)

	Saldos	
	2009	2008
<b>Outros Credores</b>		
Pessoal	2.081,76	1.471,87
Consultores, Assesores e Intermédios	18.259,52	6.887,72
Credores Diversos	3.106.203,15	825.292,80
Cauções de Fornecedores	169.950,13	114.828,69
Sindicatos	153,09	167,47
	<b>3.296.647,65</b>	<b>948.648,55</b>
<b>Outros Devedores</b>		
Fundo de Coesão	26.222.570,81	22.660.702,54
Pessoal	1.078,10	9.377,31
Outros Devedores Diversos	1.224,62	863.821,01
	<b>26.224.873,53</b>	<b>23.533.900,86</b>

A rubrica de «Credores Diversos» inclui os valores adiantados pelos accionistas para a realização do aumento de capital na área do Saneamento, dívidas a prestadores de serviços.

## 48.6 Empréstimos bancários:

Os Empréstimos Bancários vencem juros à taxa de mercado.

O montante de € 181.437.152,72 registado a médio e longo prazo refere-se a sete empréstimos do BEI, cujas datas finais de reembolso serão em 2018 e 2032, sendo que dois deles já estão a ser reembolsados trimestralmente.

## 48.7 Estado:

À data de 31/12/2009, a principal rubrica do Activo de «Estado e Outros Entes Públicos» era composta pelos pedidos de reembolso de IVA no valor de 856.710,95€ os quais estão a ser solicitados os respectivos reembolsos junto dos serviços competentes do IVA.

## 48.8 Comparabilidade da demonstração de resultados por funções

A Demonstração de Resultados por Funções foi elaborada de acordo com o previsto no POC. Todavia para a sua elaboração a Empresa utiliza a Contabilidade Analítica. Desde 2003 que se tem vindo a implementar um sistema de gestão baseado em um Modelo de Contabilidade Analítica diferente do adoptado em anos anteriores em virtude das suas necessidades nas duas áreas de negócio. Deste modo, a comparabilidade deste mapa em algumas rubricas pode sofrer algumas adaptações ao novo Modelo face a anos anteriores.

## 48.9 Outras

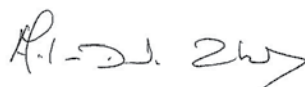
De acordo com o n.º12 da cláusula 17ª, do Contrato de Concessão, durante o ano de 2008, foi liquidado ao INAG (Instituto da Água) o valor de € 1.000.000, destinado à comparticipação nas despesas das obras e manutenção do Sistema Odeleite-Beliche. Este valor encontra-se reflectido na contabilidade na conta de fornecimentos e serviços externos.

Faro, 19 de Fevereiro de 2010

### O Conselho de Administração




Joaquim Marques Ferreira  
(Presidente)



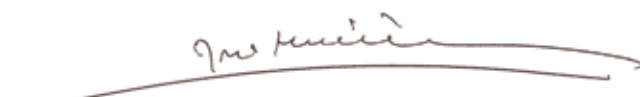
Artur Ribeiro  
(Vogal)



José Mestre  
(Vogal)



Luís Gomes  
(Vogal)



Macário Correia  
(Vogal)

# Demonstrações Financeiras de 2009

## Balanço

(Unidade: euros)

COD. Contas POC	Activo	Activo Bruto	2009 Amortizações Ac.	Activo Líquido	2008 Activo Líquido
<b>IMOBILIZADO</b>					
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
431	Despesas de instalação	339.902,29	179.058,15	160.844,14	166.588,57
432	Despesas de inv. e desenvolvimentos	236.923,26	236.923,26	0,00	17.779,83
433	Propriedade indust. e outros direitos	433.431,41	61.324,21	372.107,20	393.472,21
434	Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00
441/6	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiant. p/ conta imobiliz. Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>1.010.256,96</b>	<b>477.305,62</b>	<b>532.951,34</b>	<b>577.840,61</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
421	Terrenos e recursos naturais	10.250.667,84	2.213.549,16	8.037.118,68	8.290.310,53
422	Edifícios e outras construções	99.693.750,54	28.646.508,81	71.047.241,73	68.961.879,06
423	Equipamento básico	267.959.397,36	61.975.110,96	205.984.286,40	172.062.703,35
424	Equipamento de transporte	240.895,85	153.507,80	87.388,05	127.011,60
425	Ferramentas e utensílios	1.153.186,14	393.590,18	759.595,96	784.160,39
426	Equipamento administrativo	2.791.676,17	1.568.441,68	1.223.234,49	1.085.629,50
427	Taras e vasilhame			0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	54.418,18	11.876,55	42.541,63	34.207,49
441/6	Imobilizações em curso	131.243.267,20		131.243.267,2	123.883.214,21
448	Adiant. p/ conta imobiliz. Corpóreas	142.275,40		142.275,4	375.182,99
		<b>513.529.534,68</b>	<b>94.962.585,14</b>	<b>418.566.949,54</b>	<b>375.604.299,12</b>
<b>Investimentos financeiros:</b>					
4111	Partes de capital em empresas grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
4112	Partes de capital em empresas assoc.	0,00	0,00	0,00	0,00
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	7.498.126,65	0,00	7.498.126,65	6.613.772,86
4123+4133	Outros empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
441/6	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiant. p/ conta de invest. financ	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>7.498.126,65</b>	<b>0,00</b>	<b>7.498.126,65</b>	<b>6.613.772,86</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
<b>Existências:</b>					
36	Matérias-primas, subprod. e consumo	879.044,65	0,00	879.044,65	730.163,37
35	Produtos e trabalhos em curso		0,00	0,00	0,00
34	Subprod., desperd., resíduos e refugos		0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos p/conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>879.044,65</b>	<b>0,00</b>	<b>879.044,65</b>	<b>730.163,37</b>
<b>Dívidas de terceiros - curto prazo:</b>					
211	Cientes, c/c	26.276.050,00		26.276.050,00	13.560.880,52
212	Cientes - Títulos a receber			0,00	0,00
218	Cientes de cobrança duvidosa			0,00	0,00
252	Empresas do grupo			0,00	0,00
253+254	Empresas participadas e participantes			0,00	0,00
251+255	Outros accionistas (sócios)			0,00	0,00
229	Adiant. a fornecedores	22,82		22,82	22,82
2619	Adiant. a forneced. de imobilizado			0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	1.524.931,92		1.524.931,92	935.202,50
262+266/7/8+221	Outros devedores	22.713.490,18	137.076,99	22.576.413,19	26.098.492,86
264	Subscritores de capital	820.410,68		820.410,68	1.295.437,33
		<b>51.334.905,60</b>	<b>137.076,99</b>	<b>51.197.828,61</b>	<b>41.890.036,03</b>
<b>Títulos negociáveis:</b>					
1511	Acções em empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
1521	Obrig. e tít. de part. em emp. do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
1512	Acções em empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
1522	Obrig. e tít. de part. em emp. Assoc.	0,00	0,00	0,00	0,00
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>					
12+13+14	Depósitos bancários	372.399,52		372.399,52	7.764.497,10
11	Caixa	10.000,00		10.000,00	9.250,00
		<b>382.399,52</b>	<b>0,00</b>	<b>382.399,52</b>	<b>7.773.747,10</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>					
271	Acréscimos de proventos	1.712.782,33		1.712.782,33	2.518.722,69
272	Custos diferidos	131.320,54		131.320,54	149.679,78
276	Impostos Diferidos	21.563,85		21.563,85	11.199,07
		<b>1.865.666,72</b>	<b>0,00</b>	<b>1.865.666,72</b>	<b>2.679.601,54</b>
<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>			<b>95.439.890,76</b>		
<b>TOTAL DE AJUSTAMENTOS</b>			<b>137.076,99</b>		
<b>TOTAL DE ACTIVO</b>		<b>576.499.934,78</b>	<b>95.576.967,75</b>	<b>480.922.967,03</b>	<b>435.869.460,63</b>



COD. Contas POC		Capital Próprio e Passivo	2009	2008
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
51	Capital		29.825.000,00	29.825.000,00
Acções (quotas) próprias:				
521	Valor nominal			
522	Prémios e descontos			
53	Prestações suplementares			
54	Prémios de emissão de acções (quotas)			
55	Ajust. partes de capital em fil. e assoc.			
56	Reservas de reavaliação			
Reservas:				
571	Reservas legais		585.183,39	482.414,59
572	Reservas estatutárias			
573	Reservas contratuais			
574 a 579	Reservas livres		579.173,29	1.332,68
59	Resultados transitados			6.625.905,81
88	Resultado líquido do exercício		3.558.508,33	2.055.376,08
89	Dividendos antecipados			0,00
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>			<b>34.547.865,01</b>	<b>38.990.029,16</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Provisões:</b>				
291	Provisões para pensões		0,00	0,00
292	Provisões para impostos		0,00	0,00
293/8	Outras provisões		0,00	0,00
			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Dívidas a terceiros - Longo Prazo</b>				
231+12	Dívidas a instituições de crédito		159.674.905,61	146.437.152,18
			<b>159.674.905,61</b>	<b>146.437.152,18</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>				
Empréstimos por obrigações:				
2321	Convertíveis			
2322	Não convertíveis			
233	Empréstimos p/títulos participação			
231+12	Dívidas a instituições de crédito		64.192.643,91	29.648.165,24
269	Adiantamentos p/conta de vendas			
221	Fornecedores, c/c		3.795.657,04	5.774.038,71
228	Forneced.-Facturas recepção e confer.		89.341,97	380.255,96
222	Fornecedores - Títulos a pagar			
2612	Forneced. imobilizado-Títulos a pagar			
252	Empresas do grupo		10.000.000,00	400.856,11
253+254	Empresas participadas e participantes			
251+255	Accionistas		794.063,55	10.617.180,57
219	Adiantamentos de clientes			
239	Outros empréstimos obtidos			
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		16.225.008,43	9.697.017,42
24	Estado e outros entes públicos		3.451.800,37	410.610,48
262 a 265+	Outros credores		948.648,55	3.296.647,65
+267+268+211			<b>99.497.163,82</b>	<b>60.224.772,14</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
273	Acréscimos de custos		20.634.370,08	22.479.577,05
274	Proveitos diferidos		166.568.662,51	167.737.930,10
			<b>187.203.032,59</b>	<b>190.217.507,15</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>			<b>446.375.102,02</b>	<b>396.879.431,47</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>			<b>480.922.967,03</b>	<b>435.869.460,63</b>

# Demonstração dos Resultados por Naturezas

(Unidade: euros)

POC	CUSTOS e PERDAS	Sist.Sot 2001/12/31	Sist.Barl 2001/12/31	2009		2008	
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas						
	Mercadorias						
	Matérias			2.036.704,04	2.036.704,04	2.426.052,92	2.426.052,92
62	Fornecimentos e Serviços Externos	0,00	0,00	22.127.396,88	22.127.396,88	20.751.896,20	20.751.896,20
641+642	Remunerações			5.043.889,98		4.649.172,49	
	Encargos sociais		0,00				
643+644	Pensões						
645/8	Outros			1.249.385,74	6.293.275,72	1.100.847,59	5.750.020,08
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	0,00	0,00	14.525.798,57		14.010.042,90	
666+667	Ajustamentos			10.695,85		82.812,60	
67	Provisões				14.536.494,42		14.092.855,50
63	Impostos			839.036,40		918.232,04	
65	Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	7.051,98	846.088,38	7.923,93	926.155,97
	<b>(A).....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45.839.959,44</b>		<b>43.946.980,67</b>	
682	Perdas em empresas do grupo e associadas			0,00		0,00	
683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros			0,00		0,00	
	Juros e custos similares:						
	Relativos a empresas do grupo			209.306,19		482.913,16	
	Outros	0,00	0,00	8.430.415,42	8.639.721,61	8.614.351,14	9.097.264,30
	<b>(C).....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54.479.681,05</b>		<b>53.044.244,97</b>	
69	Custos e perdas extraordinários			378.707,02	378.707,02	182.272,47	182.272,47
	<b>(E).....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54.858.388,07</b>		<b>53.226.517,44</b>	
86	Imposto s/ rendimento do exercício			1.633.600,47	1.633.600,47	816.862,54	816.862,54
	Impostos Diferidos			-10.364,78	-10.364,78	-11.199,07	-11.199,07
	<b>(G).....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>56.481.623,76</b>		<b>54.032.180,91</b>	
88	Resultado Líquido do exercício				3.558.508,33		2.055.376,08
					<b>60.040.132,09</b>		<b>56.087.556,99</b>

POC	PROVEITOS e GANHOS	Sist.Sot	Sist.Barl	2009		2008	
71	Vendas						
	Mercadorias						
	Produtos			30.938.976,50		29.029.207,67	
72	Prestação de Serviços	0,00	0,00	18.485.578,14	49.424.554,64	17.265.100,73	46.294.308,40
75	Trabalhos para a própria empresa			3912.467,98	3.912.467,98	3.565.297,25	3.565.297,25
73	Proveitos suplementares			1.779.128,05		1.851.807,76	
74	Subsídio a exploração	0,00	0,00	3.277,39		38.708,84	
77	Reversões de Amortizações e Ajustamentos				1.782.405,44		1.890.516,60
	<b>(B).....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55.119.428,06</b>		<b>51.750.122,25</b>	
78	Proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00	1.003.508,29	1.003.508,29	923.617,98	923.617,98
	<b>(D).....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>56.122.936,35</b>		<b>52.673.740,23</b>	
79	Proveitos e ganhos extraordinários	0,00		3.917.195,74	3.917.195,74	3.413.816,76	3.413.816,76
	<b>(F).....</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60.040.132,09</b>		<b>56.087.556,99</b>	
	<b>Resultados Operacionais:</b>	<b>(B-A)=</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.279.468,62</b>	<b>7.803.141,58</b>	
	<b>Resultados Financeiros:</b>	<b>(D-B)-(C-A)=</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-7.636.213,32</b>	<b>-8.173.646,32</b>	
	<b>Resultados Correntes:</b>	<b>(D)-(C)=</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.643.255,30</b>	<b>-370.504,74</b>	
	<b>Resultados antes de impostos:</b>	<b>(F)-(E)=</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.181.744,02</b>	<b>2.861.039,55</b>	
	<b>Resultado líquido do exercício:</b>	<b>(F)-(G)=</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.558.508,33</b>	<b>2.055.376,08</b>	

O Conselho de Administração  
 Marques Ferreira (Presidente)  
 José Manuel Perdigão (Director Administrativo e Financeiro)  
 Artur Ribeiro (Administrador)  
 José Mestre (Administrador)  
 Carlos Tuta (Vogal)  
 Macário Correia (Vogal)  
 Luís Gomes (Vogal)  
 Desidério Jorge da Silva (Vogal)  
 Francisco José Leal (Vogal)

O Técnico Oficial de Contas  
 António Rabeca

## Demonstração de Resultados por Funções

(Unidade: euros)

	Exercícios	
	2009/12/31	2008/12/31
Vendas e Prestação de Serviços	49.424.554,64	46.294.308,40
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	32.543.063,64	34.139.916,14
<b>Resultados Brutos</b>	<b>16.881.491,00</b>	<b>12.154.392,26</b>
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	9.612.069,16	8.869.630,61
Custos de Distribuição	0,00	0,00
Custos de exploração	0,00	0,00
Custos Administrativos	5.366.460,07	5.727.963,18
Outros Custos e Perdas Operacionais	8.309.142,75	4.261.373,82
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>12.817.957,34</b>	<b>11.034.685,87</b>
Custo Líquido do Financiamento	-7.636.213,32	-8.173.646,32
Ganhos(Perdas) em Filiais e Associadas		
Ganhos(Perdas) em Outros Investimentos		
<b>Resultados Correntes</b>	<b>5.181.744,02</b>	<b>2.861.039,55</b>
Imposto Sobre os Resultados Correntes	1.623.235,69	805.663,47
<b>Resultados Correntes após Impostos</b>	<b>3.558.508,33</b>	<b>2.055.376,08</b>
Resultados Extraordinários	0,00	0,00
Imposto Sobre os Resultados Extraordinários	0,00	0,00
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>3.558.508,33</b>	<b>2.055.376,08</b>
<b>Resultados Por Ação</b>	<b>0,597</b>	<b>0,345</b>

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Unidade: euros)

	2009	2008
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>		
Clientes	40.985.837,62	47.833.505,70
Outros Devedores	0,00	0,00
Reembolsos de Impostos	1.539.999,19	933.541,91
Outros Recebimentos de Exploração	0,00	0,00
Recebimentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	5.528,47	71.407,79
<b>Recebimentos das Actividades Operacionais ...</b>	<b>42.531.365,28</b>	<b>48.838.455,40</b>
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>		
Fornecedores	27.960.167,66	29.043.597,86
Outros Credores	0,00	0,00
Pessoal	3.588.473,16	3.180.981,19
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento	2.396.935,48	2.075.813,63
Pagamento de Segurança Social, ADSE e CGA	1.512.888,51	1.416.644,10
Pagamento de Outros Impostos	46.860,85	42.610,65
Outros Pagamentos de Exploração	883.757,74	0,00
Pagamentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	27.550,00	0,00
<b>Pagamentos das Actividades Operacionais ...</b>	<b>36.416.633,40</b>	<b>35.759.647,43</b>
<b>Fluxo das actividades operacionais (1)</b>	<b>6.114.731,88</b>	<b>13.078.807,97</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>		
Alienação de Investimentos Financeiros	6.613.772,86	5.307.522,48
Alienação de Imobilizado Corpóreo	4.150,00	1.724,29
Alienação de Imobilizado Incorpóreo	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	4.133.869,72	8.173.442,64
Juros e Proveitos Similares	145.750,37	329.450,11
Rendimentos de Partes de Capital	0,00	0,00
Outros Não Especificados	0,00	0,00
<b>Recebimentos das Actividades de Investimento ...</b>	<b>10.897.542,95</b>	<b>13.812.139,52</b>
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>		
Aquisições de Investimentos Financeiros	7.498.126,65	6.613.772,86
Aquisição de Imobilizado Corpóreo	7.762.025,74	2.624.626,55
Aquisição de Imobilizado Incorpóreo	5.721,25	24.702,88
Aquisição de Imobilizado em Curso	44.419.834,74	49.711.603,09
Juros e Custos Similares	0,00	0,00
Outros não Especificados	0,00	0,00
<b>Pagamentos das Actividades de Investimento ...</b>	<b>59.685.708,38</b>	<b>58.974.705,38</b>
<b>Fluxo das actividades de investimento (2)</b>	<b>-48.788.165,43</b>	<b>-45.162.565,86</b>

	2009	2008
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>		
Empréstimos Obtidos	65.000.000,00	81.115.370,15
Aumentos de Capital, Prestações Suplementares e Prémios de Emissão	0,00	228.463,00
Subsídios e Doações	3.277,39	13.362,06
Venda de Acções (Quotas) Próprias	0,00	0,00
Cobertura de Prejuízos	0,00	0,00
Outros Não Especificados	178,20	13,94
<b>Recebimentos das Actividades de Financiamento ...</b>	<b>65.003.455,59</b>	<b>81.357.209,15</b>
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>		
Reembolsos de Empréstimos Obtidos	27.479.221,99	35.864.980,36
Amortizações de Contratos de Locação Financeira	0,00	0,00
Juros e Custos Similares	6.151.148,54	7.903.695,72
Dividendos	5.872.526,32	991.781,81
Reduções de Capital e Prestações Suplementares	0,00	0,00
Compra de Acções (Quotas) Próprias	0,00	0,00
Outros Não Especificados	5.000.000,00	0,00
<b>Pagamentos das Actividades de Financiamento ...</b>	<b>44.502.896,85</b>	<b>44.760.457,89</b>
<b>Fluxo das actividades de investimento (3)</b>	<b>20.500.558,74</b>	<b>36.596.751,26</b>
<b>Variação de Caixa e Seus Equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-22.172.874,81</b>	<b>4.512.993,37</b>
Efeito das Diferenças de Câmbio	0,00	0,00
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	-17.395.195,61	-21.908.188,98
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	-39.568.070,42	-17.395.195,61
<b>Discriminação dos Componentes de Caixa e Seus Equivalentes:</b>		
Numerário	10.000,00	9.250,00
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	372.399,52	7.764.497,10
Descobertos Bancários	-39.950.469,94	-25.168.942,71
<b>Disponibilidades constantes do Balanço</b>	<b>-39.568.070,42</b>	<b>-17.395.195,61</b>





PricewaterhouseCoopers  
& Associados - Sociedade de  
Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Palácio Sottomayor  
Rua Sousa Martins, 1 - 3º  
1069-316 Lisboa  
Portugal  
Tel +351 213 599 000  
Fax +351 213 599 999

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Algarve, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras, e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos, excepto nos aspectos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados excepto nos aspectos mencionados na Certificação Legal das Contas;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Águas do Algarve, S.A.  
23 de Março de 2010

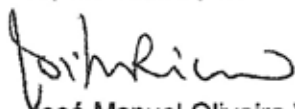
5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento, ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 23 de Março de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.  
representada por:



José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.

## Relatório dos auditores

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Algarve, S.A. as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 480.922.967 Euros e um total de capital próprio 34.547.865 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.558.508 Euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Algarve, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:
- 8.1 Tal como descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Não obstante, atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras;

8.2 Tal como descrito na Nota 30 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, para um conjunto de investimentos não previstos no Contrato de Concessão foi apurado um valor residual a receber no final da Concessão, o qual está reflectido nas demonstrações financeiras da Empresa, de acordo com a sua interpretação. Adicionalmente, a Empresa utiliza nas suas estimativas informação mais actual sobre a concessão (nomeadamente, os valores do investimento e dos caudais, os quais foram incorporados no orçamento de 2009 aprovado pelo Concedente) mas que diverge do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira previsto no contrato de concessão. Neste contexto, os pressupostos utilizados na preparação das demonstrações financeiras podem ser sujeitos a correcção por parte do Concedente.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)



## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 480.922.967,03 euros e um total de capital próprio de 34.547.865,01 euros, incluindo um resultado líquido de 3.558.508,33 euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

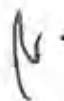
2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4 Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nºs 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Águas do Algarve, S.A.

23 de Março de 2010

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Reservas

7 A empresa estimou o seu investimento, custos e proveitos totais da Concessão com base num Estudo de Viabilidade Económico-Financeira actualizado, mas ainda não aprovado pelo Concedente, cujos principais pressupostos foram aprovados em Assembleia Geral, entre os quais a extensão do prazo da concessão, da competência única do Concedente. No entanto, dado que ainda não estão formalmente aprovadas as condições em que será recuperado o valor de investimento previsto, eventuais ajustamentos poderão revelar-se necessários caso aquelas sejam diferentes das consideradas pela empresa.

8 Considerando o exposto na lei de bases no que se refere a novos investimentos não previstos no contrato de concessão, aprovados ou impostos pelo Concedente, o método utilizado pela Empresa para determinar o valor de indemnização a pagar no final do contrato pelo Concedente e o respectivo complementar de valor amortizável resulta da sua interpretação das regras definidas naquele diploma, pelo que o valor de indemnização a pagar no final do contrato e o respectivo complementar de valor amortizável poderão diferir dos valores apresentados pela Empresa.

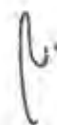
### Opinião

9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos nºs 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Águas do Algarve, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Ênfases

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para os seguintes factos:

- i) Por a actividade da Empresa se enquadrar no âmbito das actividades reguladas, em que se determinam tarifas e preços permitindo a recuperação dos custos necessários para providenciar os serviços regulados bem como a remuneração dos capitais aplicados, e não se encontrarem ainda reguladas as regras e métodos que permitam regularizar os excessos e insuficiências de recuperação, optou-se por não registar aqueles excessos ou insuficiências;



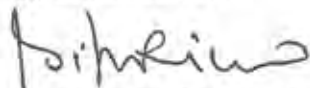
Águas do Algarve, S.A.

23 de Março de 2010

ii) De acordo com o nº 2 da cláusula 16ª do Contrato de Concessão de Saneamento, a Empresa deveria receber anualmente, dos utilizadores, os valores mínimos garantidos anexos ao Contrato de Concessão. Da leitura do nº 6 de mesma cláusula, entende-se que estes valores mínimos só começarão a ser aplicados quando se iniciar a utilização efectiva das infra-estruturas correspondentes, o que não se verifica. Acresce ainda que, de acordo com o nº 4 da mesma cláusula, a medição de caudais reais está sujeita ao reconhecimento do concedente, o que não aconteceu formalmente a esta data. Desta forma, entendeu a Empresa, com a concordância expressa dos utilizadores do sistema, efectuar a sua facturação de acordo com valores de caudal estimado ou com base em medições reais, quando possível.

Lisboa, 23 de Março de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.  
representada por:



José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.





Certificados: 2005/CEP2834; 2005/AMB.254  
2006/ST.077; 2007/GSA.0017

